

O PCP com os  
Trabalhadores

**Mais  
emprego  
com  
direitos**

**PCP**

Proletários de todos os países UNI-VOS!

**Avante!**

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Maio de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1276 • Director: José Casanova

# COM OS TRABALHADORES



Esta campanha nacional do PCP «visa realçar, alertar e consciencializar os trabalhadores e a opinião pública sobre uma nova ofensiva protagonizada agora pelo PS, para abrir caminho ao ataque contra direitos e a dignidade do trabalho e dos trabalhadores».

(Da declaração de Carlos Carvalhas no lançamento da campanha.)

Págs. 5, 15, 16, 17 e 18

**EM FOCO**

**O peso  
da consciência  
... de que  
se faz falta**

O papão das ideologias, com o argumento de que elas desapareceram ou que elas só servem para dividir, vem da parte de quem utiliza a sua ideologia naturalmente para defesa dos seus interesses como classe dominante e exploradora.



■ Luísa Araújo

Pág. 20

**Droga  
e branqueamento  
de capitais**

**Dois  
flagelos  
directamente associados**

■ Forum promovido pelo PCP

Págs. 14 e 19



**Editorial Confirmações**



Mais de 40 mil pessoas participaram no teste às estruturas da Expo'98

## RESUMO

### 6 Quarta-feira

Fernando Rebelo é eleito reitor da Universidade de Coimbra ■ A pedido d'«Os Verdes», a ministra do Ambiente vai ao Parlamento falar da política geral no domínio da água ■ Inicia-se, em Nova Iorque, a quarta ronda negociada luso-indonésia ao nível de embaixadores, promovida pela ONU ■ Em Espanha, um vereador do Partido União do Povo de Navarra é assassinado pela ETA ■ Na Holanda, o Partido Trabalhista volta a ganhar as eleições legislativas ■ O mau tempo em Itália continua a provocar mortos e desaparecidos.

### 7 Quinta-feira

O PCP organiza, em Lisboa, um fórum sobre «Droga e Branqueamento de Capitais» ■ Em Fornos de Algodres, uma criança de 10 anos é regada com gasolina e queimada pela amante do pai ■ José Barata-Moura toma posse como reitor da Universidade de Lisboa ■ O Conselho de Ministros aprova o pedido de inquérito sobre os alegados favorecimentos do governo a grupos económicos ■ A Inspeção de Saúde instaura processos disciplinares a 86 médicos, por alegados envolvimento com laboratórios farmacêuticos ■ O ministro da Defesa da Indonésia admite a implantação de reformas de uma forma «gradual e constitucional», enquanto os estudantes se continuam a manifestar contra o governo e a situação económica ■ As autoridades italianas calculam que cerca de 100 pessoas estão desaparecidas devido às tempestades.

### 8 Sexta-feira

Têm lugar as Jornadas Parlamentares do PCP, em Santarém ■ A DORL do PCP promove uma iniciativa pela segurança social, na baixa de Lisboa ■ O ministro Ferro Rodrigues anuncia o início da reforma de fundo da segurança social ■ O Governo britânico revela que a população decidiu, em referendo, a criação da Grande Autoridade de Londres ■ Os estudantes indonésios continuam a promover grandes manifestações ■ O Governo do Brasil anuncia que vai iniciar uma ofensiva policial contra os organizadores dos saques aos supermercados, verificados no nordeste do país ■ As autoridades do Ruanda suspendem formalmente a missão do Alto-Comissário dos Direitos Humanos no país.

### 9 Sábado

Realiza-se em Lisboa, um Encontro Nacional do PCP sobre o

Ensino Superior, com a presença de Carlos Carvalhas ■ Mais de 40 mil pessoas participam num teste às estruturas da Expo'98, considerado positivo pela organização do evento ■ No Porto, centenas de pessoas participam num cordão humano em solidariedade com Cuba e contra o bloqueio norte-americano ■ Desconhecidos lançam «cocktails Molotov» para uma unidade da PSP de Macau ■ Em Espanha, o tenente reformado, da Guarda Civil Alfonso Parada é morto com um tiro na cabeça pela ETA.

### 20 Domingo

Em Macau, o policiamento é reforçado de forma a impedir novos crimes das triádes ■ O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, rejeita a proposta norte-americana para a realização de uma cimeira sobre o processo de paz do Médio Oriente e a retirada de 13 por cento das suas tropas das zonas palestinianas ocupadas ■ Na Irlanda do Norte, o Sinn Fein apoia o acordo de paz ■ O Partido Socialista vence a primeira volta das eleições legislativas na Hungria ■ Realizam-se eleições legislativas e presidenciais no Paraguai.

### 11 Segunda-feira

O ministro da Economia ameaça levar a tribunal a deputada do PSD Manuela Ferreira Leite, caso não retire as acusações de favorecimento do governo a grupos económicos ■ É inaugurada a semana do Governo no Alentejo ■ O novo regime de sanções laborais é discutido pela Comissão Permanente de Concertação Social ■ Cerca de 20 veículos são incendiados em Macau pelas triádes ■ Em Espanha, três militantes da ETA são presos no País Basco ■ O governo brasileiro pede a prisão preventiva de 15 líderes dos Sem-Terra ■ O primeiro-ministro indiano anuncia a realização de três ensaios nucleares ■ Realizam-se eleições presidenciais nas Filipinas ■ Inicia-se, em Genebra, a Assembleia da Organização Mundial de Saúde.

### 12 Terça-feira

O PCP lança uma campanha pela valorização do trabalho e dos trabalhadores e pela defesa e concretização dos direitos sociais ■ Forças policiais, em Jacarta, dispersam a tiro uma manifestação de cinco mil pessoas, na maioria estudantes, matando 6 jovens ■ Bispo de Leiria, na perenigração de Fátima, apela ao «não» à IVG ■ UE critica o plano de emergência de criação de emprego português, por ser «vago» ou insuficientemente fundamentado.

## EDITORIAL

# Confirmações

**A**parentemente, tudo começou quando, em Tavira, o recém-eleito líder do PSD acusou o Governo do PS de, no processo de privatizações, favorecer e privilegiar os interesses de meia dúzia de grupos económicos. A resposta a esta acusação não se fez esperar: quer o Primeiro-Ministro e os seus ecos, quer os chefes dos referidos grupos económicos - indignados porque conscientes de que, também nesta matéria, o Governo do PS não fazia nada que o anterior governo não tivesse feito - passaram ao ataque. A acusação constituía «uma infâmia» contra «um governo que» - diz José Manuel de Mello - «merece todo o aplauso» porque «se preocupa com os grupos económicos portugueses»; contra um governo que - diz António Guterres - privatizou «em dois anos tanto quanto foi privatizado em dez»; contra um governo que conduz um processo de privatizações do qual - diz Pina Moura - «até hoje, nenhum agente económico ou de mercado pôs em causa uma única operação».

Assim se confirma que os grandes grupos económicos estão satisfeitos com o Governo e o Governo está satisfeito consigo próprio.

*E assim se confirma que uma política que serve os interesses do grande capital é sempre contrária aos interesses dos trabalhadores.*

**A**dada altura (precisamente quando foi colocada a hipótese de se proceder a um inquérito parlamentar às práticas privatizadoras do Governo do PS), Belmiro de Azevedo interveio publicamente através de um «comunicado pessoal». Diz-nos o Público de 2 de Maio: «Defende então o presidente da Sonae que se os deputados alargarem o leque do inquérito, será «com todo o gosto» que ajudará na investigação. Mais: à laia de ameaça, será «com particular deleite» que Belmiro de Azevedo colaborará no inquérito parlamentar se se quiser também «comparar os vários negócios ou «negociatas» de 1989 a 1995, e também «o comportamento dos vários actores» nas privatizações do Banco Totta e Açores, do «Jornal de Notícias» e «Diário de Notícias», do Banco Espírito Santo e da operação pública de aquisição do Banco Comercial Português/Banco Português do Atlântico.»

Assim se confirma que em assuntos capitais... ninguém como um grande capitalista está em condições de dizer como é.

**P**ostas as coisas neste pé não há dúvida que tudo fica mais claro.

Mais claro ainda se atentarmos nesta declaração produzida por Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuense: «Eu acredito que haja favorecimentos. Mas quantas vezes não são a contrapartida de desfavorecimentos?» (...) «Não venha Marcelo Rebelo de Sousa levantar o espantinho do favorecimento. Eu chamo-lhe incentivos para alguém investir».

«Incentivo», «favorecimento», «negociata»: assim se confirma a riqueza da língua portuguesa...

**A**vança, então, o inquérito a esses «incentivos» promovido pelo PSD (que, no entanto, recusa o alargamento do inquérito ao período em que esteve no Governo...), enquanto o Governo PS, remetendo a questão para a Procuradoria-Geral da República, procura «fugir pela porta lateral» e eludir a questão. E é precisamente para esclarecer e clarificar «o jogo de sombras entre socialistas e sociais-democratas para ver quem tem mais responsabilidades nos favoritismos ilegítimos ao grande capital» - como afirmou Octávio Teixeira nas Jornadas Parlamentares em Santarém - que o Grupo Parlamentar do PCP propôs um inquérito parlamentar que abranja casos ocorridos quer durante o Governo do PSD quer agora com o Governo do PS.

Assim se confirma a enorme diferença existente entre um partido que assume a verdade, a seriedade e a transparência... e os outros.

**E** é importante sublinhar que o PCP não acordou agora para esta situação. Para avivar memórias, aqui ficam alguns extractos da Resolução Política aprovada no XV Congresso do PCP: «Acentuou-se a política de direita, prosseguida primeiro pelo Governo do PSD e, mais recentemente, pelo actual Governo do PS, de

reconstituição, restauração e intucionalização do capitalismo monopolista de Estado como sistema socioeconómico e sua associação ao capital estrangeiro» (...) «Apoiados e incentivados através da concessão de benesses e privilégios e de fraudulentos processos de privatização talhados à sua medida, formaram-se e consolidaram-se novos grupos económicos, ressurgiram velhos e poderosos grupos dos tempos do fascismo (Champalimaud, Mello, Espírito Santo, entre outros) que não só reforçaram o seu poder económico como recuperaram poder político» (...) «O reforço do poder do grande capital sobre a economia portuguesa tem tido como principais instrumentos o poder político submetido aos seus interesses, o nefasto processo de privatizações, com o desmantelamento do sector público da economia e a entrega de sectores-chave ao grande capital (nacional e estrangeiro).»

Assim se confirma que, ao contrário do que por aí se diz, o PCP está atento às «novas realidades», conhece-as e analisa-as como ninguém.

**Q**uanto às consequências imediatas das privatizações para os trabalhadores e para a população em geral também o XV Congresso se pronunciou: «As privatizações significam pior e menos emprego efectivo» (...); «imposição crescente da polivalência e precariedade no emprego; cargas e ritmos de trabalho cada vez mais intensos; pressões para a prática de horários de trabalho acima das oito horas, sem remuneração; avaliação do desempenho de funções como meio de discriminar trabalhadores; mais caro e pior serviço público prestado.»

E assim se confirma que uma política que serve os interesses do grande capital é sempre contrária aos interesses dos trabalhadores.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,  
7.º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,  
- 1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B.L. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EURÓPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	
Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

## Uma família portuguesa, com certeza

Teixeira dos Santos, secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, veio a público (Diário Económico de 11/5) defender entusiasticamente a forma e o conteúdo dessa coisa medonha que dá pelo nome de «campanha de informação sobre o Euro». Apreciando a campanha dita de informação, o secretário de Estado considera que é «incompreensível falar-se de propaganda política». A verdade, diz ele, é que «tínhamos que explicar aos portugueses as razões da mudança de moeda, por isso explicitamos as vantagens que o Euro traz à economia portuguesa». E comentando a qualidade do anúncio com que temos vindo a ser massacrados todos os dias nas várias tēvês, Teixeira dos Santos rejubila: «Embora não seja técnico, acho que a mensagem está lá. Pelo menos para mim passou.»

Estamos, assim, perante mais uma demonstração concreta do estado a que chegou este Governo no que toca ao desrespeito pela inteligência dos portugueses e ao desprezo pela opinião de quem não concorda com ele. Na verdade, a referida campanha (na qual vão ser gastos 420 mil contos que são de todos nós)

constitui não só uma baixa manobra propagandística político-governamental como é reveladora de um «conceito» de informação que, não sendo original, é extremamente preocupante.

E importa sublinhar aqui o tom e o conteúdo da crítica da DECO a esta manobra: uma crítica simpática, generosa, lisonjeira, compreensiva, de faz-de-conta (há «um pezinho de política e de propaganda panfletária» à política do Governo? Há, reconhece timidamente a DECO que acrescenta: «no melhor pano cai a nódoa»), - uma crítica que, por tudo isto e bem vistas as coisas, acaba por ser mais um elogio ao Governo do que a condenação devida àquela despudorada manobra de manipulação e mistificação.

Honestamente, uma campanha de informação sobre matéria tão complexa e controversa não pode ficar-se pela divulgação, numa perspectiva superencomiástica, das opiniões dos adeptos do Euro. Dir-se-á que eles constituem a maioria e que os seus críticos são uma pequena minoria. Serão? A verdade é que, como se sabe, a política de direita, na altura de Maastricht representada pelo PSD mas

apoiada pelos actuais governantes, recusou-se, por óbvio receio dos resultados, a realizar um referendo sobre a matéria, pelo que nunca se chegou a saber quem era maioria... E o que esta campanha de propaganda visa é precisamente criar uma maioria. Supervalorando as vantagens do Euro, apresentando-o como coisa incontestável e incontestada e silenciando a opinião e os argumentos dos que têm vindo a sublinhar as desvantagens, a Comissão Euro do Ministério das Finanças está conscientemente a desinformar o povo e o país. À «conversa em família» que todas as noites nos entra em casa (e que tão facilmente convenceu o secretário de Estado... a ponto de o fazer sentir-se como fazendo parte da família) falta apenas, como música de fundo, qualquer coisa que, devidamente adaptada às novas realidades, substitua a «Casa Portuguesa» de outros tempos. Porque, de facto, há momentos do filme de propaganda do Euro que nos trazem à memória a encenação, o estilo, o ambiente e os critérios das peças de propaganda do defuncto SNI.

■ José Casanova

## O super-Portas e o rato-Marcelo

Os últimos dias confirmaram o novo figurino populista com que os partidos da direita - PSD e PP - abriram a caça aos ingénuos e aos desesperados, já com as eleições europeias e as legislativas de 99 debaixo de mira.

Portas, meio *dandy* aperaltado em dia de corridas em Ascot, meio «Raposão» nacional a dirigir-se à titi d'A Relíquia queiroziana, é de partir os corações: «Se Deus Nosso Senhor quiser havemos de fazer justiça aos pensionistas!»

Marcelo fala finalmente às «pessoas concretas», «aos milhares de portugueses que não têm médico de família e aos 80 mil que estão meses e anos à espera de uma operação» - situação pouco invejável em que de facto muitos ainda se encontram desde o longo consulado do PSD de dezasseis anos à frente da área da Saúde - para lhes dizer «que não podemos cruzar os braços».

Não diz, porém, toda a verdade alguma da comunicação social que se afadiga agora a «vender» a dupla Marcelo e Portas na sua nova vertente «social».

É que quando o super-Portas se vangloria, «com mês e meio como presidente do PP, de já ter preparado a única reforma estru-

tural desta legislatura», manda a verdade dizer que ele se limitou a recorrer aos eficientes serviços do braço segurador do grupo BCP/BPA. E que a sua proposta de aumento (mais que justo) das pensões mínimas, é afinal muito mais que isso, e não passa de um «brinde» pela destruição do sistema público de Segurança Social, com a sua redução a um modelo assistencial de mínimos e a liquidação dos direitos de quem constrói a sua pensão através de contribuições ao longo da vida.

E quando o rato-Marcelo se condói com «anos e anos de espera e sofrimento dos doentes», manda também a verdade que se diga que ele propõe a assinatura de ainda mais convenções entre o Estado e os privados, agravando assim uma das principais causas das filas de espera que existem no Serviço Nacional de Saúde.

Com a manutenção pelo actual Governo, em aspectos essenciais, da política dos anteriores, não é também de pedir contas ao PS por estar a facilitar que se soltem da garrafa estes novos «génios» do antigamente?

■ Edgar Correia

## A intransigência de NETANYAHU

O apodrecimento do processo de paz no Médio Oriente é uma realidade indesmentível. Os círculos dirigentes israelitas com Netanyahu à cabeça insistem em sabotar os Acordos realizados em Madrid, Oslo e conduzem a região para um clima de guerra. Não havendo paz e mantendo-se a ocupação da Cisjordânia e Jerusalém Este, continuará a luta dos palestinianos pela sua soberania. Continuará o confronto de Israel com a Síria, o Líbano e todo o mundo árabe. Neste quadro, é legítimo perguntar: para onde vai o Médio Oriente? Que quer Israel? Quem apoia esta intransigência?

Netanyahu jurou liquidar o processo de paz e os Acordos de Oslo. Aliás, foi Netanyahu quem conduziu a violenta campanha contra o processo, criando condições políticas para o assassinato de Isaac Rabin. Os EUA, que apoiavam o governo do ex primeiro-ministro israelita, continuam a apoiar política, económica, diplomática e militarmente Israel.

O facto dos EUA proporem uma retirada de 13,1% dos territórios ocupados da Cisjordânia da zona C para a B, de acordo com os Acordos de Oslo, não significa que os EUA estejam em oposição a Israel, tanto mais quanto a saída desta zona já devia ter sido concluída há muito tempo. É Israel quem está contra o processo que os EUA «apadrinharam». Há um jogo duplice dos EUA. Por um lado, dizem-se a favor da retirada de tropas israelitas. E, por outro lado, face à intransigência de Israel, mantêm o apoio ao seu protegido. Os EUA têm outros meios para fazer cumprir os Acordos ao país que está fora da lei, mas não é isso que faz. Bastar-lhes-ia cortar no seu gigantesco apoio económico a Israel, o que nunca foi feito até hoje. Pelo contrário, os EUA sempre se opuseram a sanções a Israel pelo facto de continuar reiteradamente a violar resoluções da ONU. Netanyahu sabe que pode sabotar os Acordos de Oslo e continuar a ter as costas quentes.

É neste contexto que o papel da Europa deve assumir maior relevo. Israel depende, no plano comercial, da Europa. Cerca de 70% do comércio israelita faz-se com a União Europeia (U.E.). O próprio processo de paz tem tido um forte apoio económico e financeiro da U.E. que apesar deste apoio ele está bem longe do montante acordado aquando das negociações. Portos, aeroportos, infra-estruturas dos territórios têm o apoio dos países da U.E. No entanto, algumas destas obras não estão concluídas porque Israel não permite que certos instrumentos de segurança possam fazer funcionar portos, aeroportos e instalações industriais. O governo de Netanyahu não permite a criação de infra-estruturas onde possa assentar a futura soberania palestiniana. Ora esta situação exige da U.E. medidas políticas enérgicas contra a intransigência israelita. Os dirigentes norte-americanos querem dominar o Médio Oriente para terem o controlo da região e do petróleo. Os países da U.E., alguns dos quais com laços históricos e profundos com todo o Mediterrâneo Oriental, embora com interesses concorrentes têm uma importante palavra a dizer em defesa dos direitos nacionais do povo palestiniano. Esta é a posição que Portugal deve desempenhar, por dever inalienável. O governo português deve tornar bem claro a sua oposição à política de Netanyahu, o que até agora não tem feito.

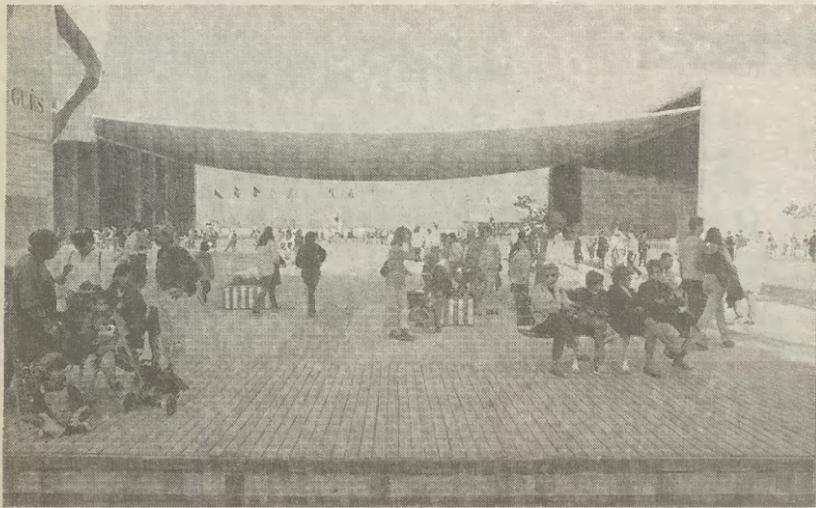
Para além das grandes e pequenas diplomacias há sempre um outro protagonista cujo papel é também muito importante. O papel das opiniões públicas. Em Portugal há um espaço por preencher. É preciso fazer mais pela solidariedade com a causa palestiniana. A luta pelos direitos nacionais do povo palestiniano é um exemplo acabado e perfeito da profunda injustiça em que assenta a nova ordem mundial proclamada por Bush após a guerra do Golfo. Povo milenar, com uma cultura ímpar, árabe de cultura, o povo palestiniano tem escrito páginas gloriosas da luta dos povos pela sua libertação nacional. Contra esta fortíssima causa enfrenta dois obstáculos de respeito: Israel e os EUA, ou seja, a coligação sionista-imperialista. Cabe-nos a nós comunistas levar mais longe a nossa solidariedade e ganhar outros para esta causa.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

## SEMANA



## EXPO'98 «à experiência»

Realizou-se no passado sábado um «ensaio geral» da EXPO'98, com acesso livre para cerca de 50 mil convidados (estavam previstos 45 mil) vindos da Área Metropolitana de Lisboa, que serviram para testar os diversos equipamentos, desde os sistemas de segurança, de controlo de entradas, estacionamento, informações, circulação, etc. Neste «exercício» também não faltou a testagem das

inaugurações oficiais, com o ministro António Costa a desempenhar o papel de Presidente da República, à frente de uma vasta comitiva. O afluxo de visitantes não defraudou as expectativas, o mesmo não se podendo dizer do resultado dos testes, onde falhas com vários níveis de gravidade mostraram que muito é preciso afinar na Exposição, quando faltam menos de duas semanas para a sua

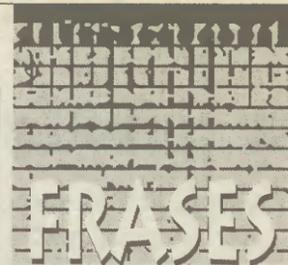
abertura oficial. É o caso do controlo das entradas, do funcionamento do teleférico e do elevador da Torre Vasco da Gama, da funcionalidade e eficácia da rede de equipamentos de restauração, da sinalização no vasto recinto, das zonas de estadia e da rede de serviços de informação e assistência ao visitante, sem se falar das numerosas estruturas que estão por concluir, como é o caso de muitos

pavilhões nacionais. Entretanto, apesar desta visita ter sido de acesso livre, os preços praticados pelos restaurantes e similares, que neste dia também «testaram» a sua eficácia, indicaram o que já se sabia: uma visita à EXPO'98 - onde tudo se paga a preços a puxar para o exorbitante - será algo que custará bastante caro, pelo menos para as bolsas da generalidade dos portugueses.

## Protesto dos jornalistas contra Parque Expo

Sindicato dos Jornalistas enviou à direcção da Parque Expo, responsável pela EXPO'98, uma carta de protesto contra o conjunto de dificuldades que estão a ser levantadas à acreditação de jornalistas para a cobertura do evento, nomeadamente o convite a alguns órgãos de Comunicação Social para determinados eventos, com discriminação de outros órgãos de informação que têm igual direito ao acesso da informação. Igualmente sob protesto

do Sindicato dos Jornalistas estão as exigências que o Parque Expo, em nome da «segurança», tem estado a fazer aos jornalistas no acto da acreditação, nomeadamente impondo como condição o fornecimento de identificações pessoais, como morada e números de telefone da residência. O Sindicato recorda que, nos termos da lei, a carteira profissional é o único documento exigível para identificação dos jornalistas.



FRASES

“Portugal assume a sua história e a sua identidade. Mas como país democrático e moderno, o seu Estado não tem, nem quer ter, uma historiografia oficial nem uma versão homologada do passado. Quem escreve a História são os historiadores e ela resulta, como sabemos, de leituras plurais que se sucedem ou coexistem, se corrigem e completam.”

(Jorge Sampaio na conferência internacional sobre Vasco da Gama, em Paris, citado em «Diário de Notícias», 12.05.98)

“É cada vez mais evidente a necessidade de um poder político democrático a nível da União Europeia, e a introdução do euro só irá acentuar a urgência da sua definição.”

(José Medeiros Ferreira - «Diário de Notícias», 12.05.98)

“Gostamos de chamar «os bois pelos nomes» e queremos desmascarar a hipocrisia da pergunta do referendo. Interrupção voluntária da gravidez é, na prática, um aborto.”

(D. Eurico Nogueira, Arcebispo de Braga - «24 Horas», 10.05.98)

“É com curiosidade que vemos, por exemplo, o PS fazer campanha a favor e contra o aborto. O referendo parece ganho pelos partidários do «sim». O PS pode pensar que, desta forma, alcança mais votos nos dois tabuleiros. Mas quem muito abraça pouco aperta. E quem não aperta engana e acaba enganado.”

(Victor Cunha Rego, «Os Dias de Amanhã» - «Diário de Notícias», 11.05.98)

“Não nos esconderemos atrás de movimentos de cidadãos nem na posição do «nim», à Pilatos, a especialidade do PS.”

(Carlos Carvalhas, nas Jornadas Parlamentares do PCP, citado em «Expresso», 09.05.98)

“Em 95, quando eram oposição, os socialistas partiram em caravana pelo País a mostrar a nova maioria. Agora, sem «roulottes», bem instalados no Poder, vão anunciar a terra prometida e apresentar-se como os messias salvadores.”

(António Ribeiro Ferreira - «Diário de Notícias», 12.05.98)

“Em 17 de Abril deixei de exercer funções de presidente da EDP. Por falta de perfil energético. Nunca por falta de lealdade para com o Governo. Muito menos para com António Guterres.”

(António de Almeida - «Diário Económico», 07.05.98)

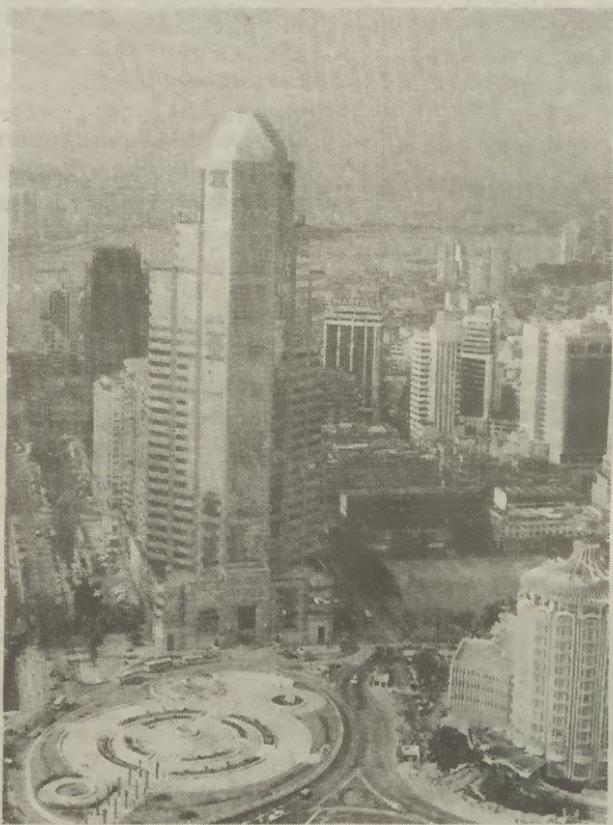
“Podemos ganhar as eleições sem o apoio dos grupos económicos.”

(Isabel Damasceno, PSD - «A Capital», 07.05.98)

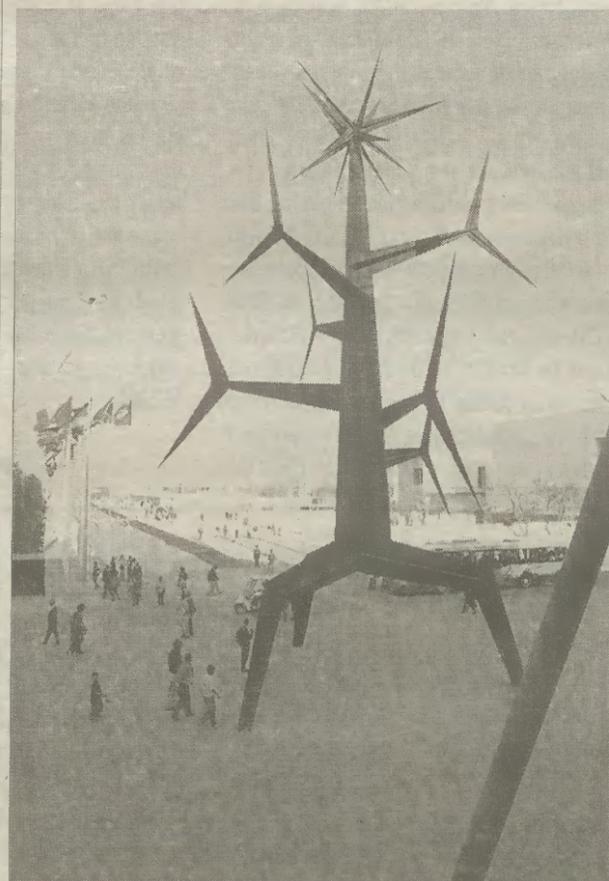
## Violência criminosa «dispara» em Macau

Na sequência da prisão, no passado dia 4 de Maio, de Wan Kuok-kei, líder da «triade» 14K (associação secreta criminosa actuando em território macaense), pela Polícia Judiciária portuguesa, registaram-se esta semana mais de duas dezenas de atentados com fogo posto em Macau, num crescendo inusitado da violência criminosa que parece estar em ligação directa com a detenção do líder da triade. Este crescendo de violência desencadeou também fortes críticas à actuação das autoridades portuguesas vindas de diversos sectores tanto no nosso país como no estrangeiro,

nomeadamente acusando-as de pouca firmeza no combate ao crime organizado, não atacando coerentemente a sua verdadeira fonte de



poder - a extorsão, o jogo ilegal, a prostituição, a emigração clandestina, a lavagem de dinheiro, etc.



## Vasco da Gama na Sorbonne

Integrado no Festival dos 100 Dias e no quadro da EXPO'98, realiza-se na Sorbonne, em Paris, um congresso internacional de três dias subordinado ao tema «Vasco da Gama e a Índia», co-promovido pela Fundação Gulbenkian e pela Chancelaria das Universidades de Paris e que reuniu mais de 70 investigadores europeus e indianos. Paralelamente

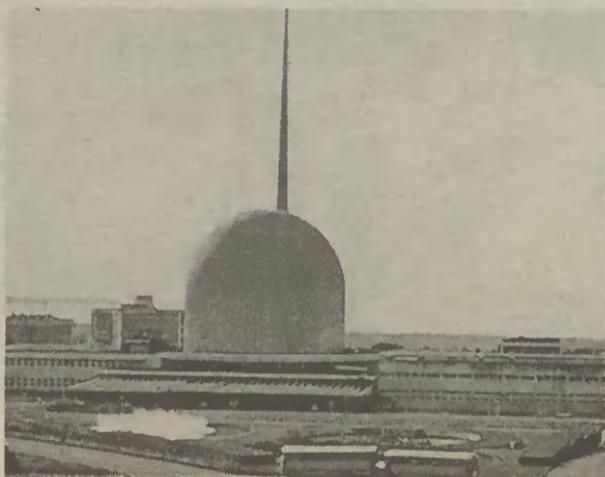
ao Congresso e para o seu acompanhamento, a Fundação Gulbenkian organizou ainda uma exposição de peças indo-portuguesas, mapas antigos e diversos artigos raros e preciosos relacionados com o navegador português e as Descobertas, presente na capela da Sorbonne e que foi inaugurada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, acompanhado do seu homólogo francês, Jacques Chirac. O Congresso «Vasco da Gama e a Índia» dividiu-se em três grandes núcleos temáticos - «História Política e Militar», «História Social e Económica» e «História Religiosa, Cultural e Artística», com sessões simultâneas na Sorbonne e no Centro Cultural Calouste Gulbenkian de Paris.



## Índia realiza testes nucleares

Apanhando de surpresa a comunidade internacional, a Índia realizou na passada segunda-feira três testes nucleares subterrâneos, o que foi imediatamente interpretado pelo vizinho Paquistão (com quem a Índia já travou três guerras por conflitos fronteiriços) como uma «provocação», ameaçando efectuar experiências semelhantes. À excepção da França e da China - protagonistas de recentes explosões nucleares apesar do coro de protestos internacionais (França em 1995 e China em 1996) - a generalidade dos países expressou o seu «choque» e «repúdio» por estas explosões que a Índia, à semelhança do que fizera a França, justificou como «necessárias para testar a capacidade de segurança do país», tendo os EUA

ameaçado retaliar com sanções económicas. Estas explosões levantaram o receio de uma corrida ao armamento nuclear na região, com o perigo para a segurança da própria Humanidade que tal implicará. Em Portugal, o partido Os Verdes emitiu um comunicado onde relembra que «cada ensaio nuclear representa um atentado ecológico de incalculáveis dimensões para o Planeta» e exorta a comunidade internacional para que «condene todo o tipo de experiências nucleares, as quais têm em si claramente um fim essencialmente bélico, ameaçando a paz no Mundo», sublinhando a urgência de «que se cumpra o Tratado da não proliferação nuclear e o Tratado de proibição de ensaios nucleares, porque é a Humanidade que está em perigo».



## TRABALHADORES

PCP lança campanha  
para valorizar o trabalho

# O Governo é que está a semear instabilidade

— *acusou Carlos Carvalho, exigindo que a nova ofensiva legislativa seja suspensa até ao fim da Expo'98*

**N**a rua, a campanha tem hoje a sua arrancada, com várias iniciativas em empresas e locais de concentração de trabalhadores, onde militantes comunistas vão vender o «Avante!» e distribuir um folheto onde se sublinha que «Os trabalhadores precisam do PCP» e «O PCP precisa dos trabalhadores».

A campanha em que os comunistas vão empenhar esforços até 6 de Junho tem por lema «Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos» e - como realçou Carlos Carvalho durante a sessão pública de anteontem à tarde, no CT Vitória (intervenção que publicamos nas págs. 15 a 18 deste número) - «visa realçar, alertar e consciencializar os trabalhadores e a opinião pública sobre uma nova ofensiva, protagonizada agora pelo PS, dissimulada com algumas medidas positivas, que estão a ser anunciadas pontualmente, para abrir caminho ao ataque contra direitos

e a dignidade do trabalho e dos trabalhadores».

«O Governo tem vindo a reclamar aos trabalhadores e aos sindicatos um período de estabilidade social, em nome do êxito e da imagem da Expo'98. Mas é o Governo que parece que quer aproveitar o período da Expo para, de forma célere, proceder a mais uma ofensiva legislativa desregulamentadora de direitos dos trabalhadores, contra a segurança e o conceito do emprego, contra os conceitos de retribuição e de profissão, contra o direito a férias e pelo alargamento da precarização nos contratos a prazo e no trabalho temporário» - acusou o dirigente comunista, contrapondo



O Governo parece querer aproveitar a EXPO para atacar de novo os direitos dos trabalhadores

que, «se o Governo pede estabilidade, então não deve ser ele a desestabilizar e a avançar com alterações legislativas gravosas e polémicas durante a realização da Expo». «O mínimo que o Governo tem a fazer é suspender esta ofensiva legislativa durante a realização

da Expo'98», concluiu Carlos Carvalho.

## Novo impulso

O secretário-geral do Partido inseriu a campanha «O PCP com os trabalhadores»

também «no esforço que o Partido tem vindo a desenvolver para dar um novo impulso à organização e ao estreitamento e intensificação da sua ligação à classe operária e aos trabalhadores».

Carlos Carvalho reafirmou o empenho do PCP em

«demonstrar que, na nossa intervenção política quotidiana, nas iniciativas legislativas que apresentamos, fomos consequentes com o que dissemos nas campanhas eleitorais», estando ao lado dos trabalhadores «nas empresas, na Administração Pública, nos seus protestos e na sua luta directa, mas também com eles na Assembleia da República, incorporando em lei, em projectos e propostas as suas justas aspirações, reivindicações e direitos».

Na intervenção de anteontem em Lisboa, o secretário-geral do PCP anunciou que os comunistas vão tomar a iniciativa de, na AR, prosseguir a batalha pela redução do horário de trabalho até às 35 horas semanais, sem diminuição dos salários nem perda de direitos. O Partido vai ainda repor na agenda parlamentar uma série de projectos de lei sobre questões sociais e laborais.

## Concentração distrital dia 27 em Lisboa

O encontro de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa decidiu convocar uma concentração, na Praça da Figueira, a partir das 15.30 horas do próximo dia 27, «em defesa da Segurança Social e contra as privatizações, em defesa da função social do Estado; contra as anunciadas e conhecidas alterações na legislação laboral, pela redução dos horários de trabalho; pelos salários e pelos direitos», como se lê na moção aprovada na passada sexta-feira.

Convocado pela USL/CGTP e pela coordenadora das CTs do distrito (CIL), o plenário denunciou a «contínua ofensiva patronal» e as «medidas e propostas do Governo, favorecendo as intenções do patronato e dando corpo a compromissos que com ele assumiu». Na moção indica-se o caminho da luta, pois «não são inevitáveis as opções económicas e políticas geradoras de desemprego, de precariedade e de desregulamentação».

No documento são apontados os motivos de rejeição das alterações legislativas que o Governo está a preparar:

- a modificação do regime de trabalho a tempo parcial, tendo por base a «partilha do emprego», pre-

tende dar mais benesses aos patrões e pressionar os trabalhadores a abdicarem do trabalho a tempo inteiro, vai descapitalizar a Segurança Social, favorece uma precarização generalizada que penalizará com acentuada gravidade os direitos das mulheres e dos jovens;

- a alteração do conceito de retribuição do trabalho, excluindo prestações como os prémios, reduziria a remuneração dos trabalhadores e as futuras pensões de reforma e subsídios de doença e de desemprego;

- com as mudanças que propõe para as condições de suspensão dos contratos de trabalho (lay-off), o Governo diminui os encargos patronais e sobrecarrega a Segurança Social.

Além destas iniciativas, já apresentadas aos parceiros sociais, o Governo pretende ainda, até Julho, avançar com outras alterações, como a redução do período em que o trabalho é considerado nocturno, a ligação do direito a férias com a assiduidade, a subversão do conceito de carreira profissional na Administração Pública, a admissão da participação dos patrões na elaboração das leis laborais.

A União dos Sindicatos de Aveiro convocou para hoje um plenário distrital onde vai propor a realização de uma semana de luta, de 25 a 30 de Maio.



## O PCP com os trabalhadores

No momento em que estão em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, em que prossegue uma ofensiva desregulamentadora visando mais precarização e insegurança nas empresas e nos locais de trabalho, o PCP afirma e propõe a valorização do trabalho e dos trabalhadores e a defesa e concretização dos seus direitos, como condição de progresso e de justiça social.

**Mais  
emprego  
com  
direitos**  
Salários dignos  
Redução do horário  
Melhor segurança social



A esquerda  
que faz a diferença

## TRABALHADORES

## Petrogal em greve

A célula do PCP na Petrogal manifestou «inteiro apoio» à luta dos trabalhadores da petrolífera, onde está convocada para hoje uma greve geral. Os comunistas sublinham que «quem luta nem sempre ganha, mas quem não luta perde sempre» e apontam a Petrogal como um exemplo das consequências altamente negativas da política privatizadora, que conduziu à eliminação de 650 postos de trabalho em 1997, à recusa de negociar aumentos salariais, à fuga à negociação de carreiras profissionais, à decisão de não distribuir pelos trabalhadores qualquer percentagem dos lucros de 1997, ou à distribuição de bonus salariais discriminatórios.

## EMEF em plenário

Para hoje à tarde, junto ao edifício da administração, no Conde Redondo, em Lisboa, a Federação dos Ferroviários convocou um plenário-concentração dos trabalhadores da EMEF, procurando «pressionar a administração a desbloquear o processo negociado do acordo de empresa, de modo a garantir direitos e melhorar as condições profissionais e salariais dos trabalhadores». A federação pretende ainda que seja retomada a negociação do Regulamento de Carreiras. No plenário poderão ser aprovadas novas formas de luta na Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, admite a FSTFP/CGTP.

## Vitórias

Uma lista unitária venceu as eleições para a Comissão de Trabalhadores da CM de Cascais, realizadas no dia 7, conquistando 6 mandatos com um total de 277 votos. A lista que integrava candidatos identificados com o PS, o PSD e o PP obteve 263 votos e 5 mandatos. Votaram 562 trabalhadores, num universo de 1309 eleitores. As eleições para a CT (e subcomissões) da ABB-S (ex-Sorefame), realizadas recentemente, foram ganhas por esmagadora maioria por uma lista apresentou como princípios da sua actuação a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, a melhoria das condições de vida, a salvaguarda do património técnico e tecnológico da empresa e das suas potencialidades também em recursos humanos, bem como a exigência de aproveitamento dos recursos nacionais. A lista A obteve 206 votos, que lhe asseguram 4 mandatos na CT. A lista B teve 91 votos, garantindo um lugar.

# O mau negócio da venda da Cimpor

Para o País e o seu desenvolvimento não há «nenhum» interesse na privatização de mais um lote do capital da Cimpor, afirma o PCP, realçando que «o encaixe imediato não compensa os lucros e os impostos que deixam de entrar, ano a ano, no Orçamento do Estado».

«Uma parte importante dos lucros, que, sendo do Estado, poderiam contribuir para o desenvolvimento económico e social do País, vai parar aos bolsos dos privados, crescentemente grupos económicos que se perfilam para o controlo da empresa», afirma-se num comentário da coordenadora nacional do Sector Cimenteiro do Partido, a propósito da terceira fase da privatização da Cimpor, que tem o seu desenlace na operação especial marcada para segunda-feira, na Bolsa de Lisboa. É aí que se vai conhecer o preço de cada uma dos 21 milhões de acções que vão ser alienadas, correspondentes a 25 por cento do capital social.

A Cimpor deu lucros de 81,4 milhões de contos, nos últimos 4 anos, e pagou de IRC 38,1 milhões, de 1994 a 1996, refere a coordenadora, notando que, depois de dia 18, apenas 10 por

cento das acções da empresa ficarão na posse do Estado.

O PCP considera ainda que «a privatização da Cimpor, enquadrada numa perspectiva de abertura de novas áreas de expansão ao grande capital, traz consequências muito negativas para os trabalhadores e para o País, com o crescente domínio da economia e da vida nacionais pelos grandes grupos económicos nacionais ou transnacionais». A venda aos privados «traz ainda efeitos graves no domínio do poder político pelo poder económico, com redução de receitas no Orçamento do Estado e previsível agravamento de taxas e impostos a pagar pelos contribuintes, com a redução dos postos de trabalho, com a violação dos direitos dos trabalhadores, com o agravamento da exploração e a regressão social que tudo isto significa».



O folheto de propaganda mostra bem o grande valor da empresa, mas não explica por que tem que ser privatizada

Tal como noutras operações de privatização, foi concedido aos trabalhadores da Cimpor um desconto de três por cento na compra de acções, «pretendendo neutralizar a resistência dos trabalhadores». «Mas a administração liderada por Sousa Gomes, destacado quadro do PS, foi mais longe: antecipou para a semana anterior à privatização o pagamento dos

salários, dos subsídios de férias, da distribuição de lucros de 1997 e ainda oferece bilhetes para a Expo'98», denuncia o PCP.

## Solidariedade

Depois de recordar que «a redução de efectivos, o agravamento das condições de trabalho e o ataque aos direitos são já hoje uma realidade da Cimpor», a coordenadora da Sector Cimenteiro do PCP «um futuro difícil para os trabalhadores e para as populações» após esta fase da privatização, pois a empresa passará a actuar num quadro de crescente competição e onde se faz sentir um clima hostil e de feroz competição.

«Na Cimpor nacionalizada, sempre os trabalhadores puderam contar com o PCP. Também na Cimpor privatizada, numa Cimpor em que a dimensão social será obviamente secundarizada, podem continuar a contar com o PCP, não só na denúncia, mas também na defesa do emprego, dos salários, dos direitos e da dignidade do trabalho e de quem trabalha», conclui o comentário.

## Reagir à chantagem salvar a Siderurgia

«Se, como tudo indica, a SN Longos pretende pressionar o Governo para que este lhe dê cobertura aos seus intentos, não é menos verdade que cabe ao Governo não ceder às pressões do capital e tomar medidas que viabilizem a nossa indústria», reclama-se numa resolução aprovada sexta-feira em Paio Pires, num plenário geral de trabalhadores da Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços, convocado pela Comissão de Trabalhadores.

A resolução refere que a SN Longos, já privatizada, «para além das investidas contra os direitos dos trabalhadores, de que é exemplo a iniciativa de dois despedimentos colectivos, no plano industrial denunciou os contratos de compra de bilhetes e da concessão de exploração da aciaria que tem com a SN Serviços» (esta de capitais públicos). Para os participantes no plenário de dia 8, «tal posição aparece como mais uma manobra de chantagem perante o Governo português e a SN Serviços, para obter contrapartidas mais favoráveis» e, inclusive, para os patrões da SN Longos tentarem «utilizar a propriedade do Estado a seu favor e apenas enquanto lhes interessar».

«Tudo indica que estas manobras chantagistas têm, como sempre o afirmámos, o objectivo de eliminar a indústria siderúrgica portuguesa como seu concorrente», acusa-se na resolução, que conclui estar-se «em presença de mais um ataque à Siderurgia», depois de apontar outros factos recentes, como o corte de encomendas por parte da SN Longos e a tentativa de desmembrar a SN Serviços em empresas por áreas de negócio.

Dos contactos desenvolvidos pela CT e pela Federação dos

Metalúrgicos junto do Governo ainda não resultaram quaisquer garantias quanto ao futuro da indústria siderúrgica ou à manutenção dos postos de trabalho.

Os trabalhadores defendem que o Governo «repondere as suas decisões e tome medidas que conduzam ao aproveitamento da nossa indústria como um todo», pois consideram «pouco credível a produção do aço a partir de sucatas ferrosas», pugnando antes pela produção a partir do minério de ferro.

Opondo-se a mais desmembramentos, os trabalhadores reclamam do Governo uma pronta actuação para salvaguardar os interesses do País e da indústria siderúrgica nacional (garantindo, nomeadamente, vários anos de vida útil das actuais instalações). Na resolução propõe-se que seja ouvidos os quadros técnicos ligados ao sector e, em particular, às instalações fabris.

## A CGTP e a Segurança Social Reforma fiscal está primeiro

O coordenador da CGTP defendeu que é difícil existir uma reforma da Segurança Social sólida sem que se faça «a mãe de todas as reformas»: a fiscal. Carvalho da Silva comentou assim no Porto, no Dia da Segurança Social, a estratégia apresentada pelo ministro Ferro Rodrigues.

A reforma pretendida pelo Governo merece da CGTP algumas preocupações, designadamente no que se refere à pretensão de tratar os descontos dos trabalhadores «como se se tratasse de um qualquer imposto», o que «é um absurdo porque os descontos para a Segurança Social são feitos por quem trabalha e para os períodos em que não pode trabalhar», sublinhou Carvalho da Silva, citado pela Lusa.

O coordenador da CGTP considerou que «as bases essenciais para uma correcta distribuição

de riqueza têm que ser encontradas nos impostos», acrescentando que a CGTP «não se fica apenas por uma posição crítica, vai continuar a intervir construtivamente».

Carvalho da Silva teceu estes comentários no final da sessão de abertura da conferência sobre «Matemática, Ensino e Cultura», uma das iniciativas que visam assinalar os 50 anos da morte de Bento de Jesus Caraça.

O dirigente sindical sublinhou o papel de Bento de Jesus Caraça enquanto matemático, pedagogo e homem da cultura, considerando que «o seu pensamento é profundamente actual e poderia ser projectado no futuro». «Perante a sua obra temos obrigatoriamente que retirar indicações quanto aos caminhos a prosseguir», frisou o coordenador da CGTP.

## Manobra no Alentejo

O Governo arrisca-se a que a sua estadia no Alentejo seja mais uma manobra política, afirma o Secretariado Inter-Regional da CGTP, que gostaria de ver, da parte do executivo, «verdadeiros sinais de querer mudar alguma coisa». Entre outras questões, a nota de imprensa divulgada domingo pela estrutura que reúne as uniões de sindicatos dos distritos alentejanos pretendia respostas para os trabalhadores das Pirites Alentejanas (que mais uma vez se deslocaram a Lisboa, no dia 7, exigindo a prometida reabertura das minas de Aljustrel), da Robinson's, da Panificadora de Portalegre, da Fabrimar de Santa Eulália, da Portucel de Mourão. O SIRA/CGTP pretende também que o Governo diga onde estão os postos de trabalho a ser criados pela Papelaco e pela Somincor e quantos empregos vão ser efectivamente criados na Siemens de Évora, bem como que política fundiária pretende para a região e quem vai beneficiar das mais-valias de Alqueva.

Na nota, os sindicatos consideram lamentável que o Governo não se tenha mostrado disponível para ouvir as suas posições durante esta visita ao Alentejo, que nos dois anos e meio de governação Guterres/PS «continua a assistir à manutenção de uma elevada taxa de desemprego e mesmo ao seu agravamento, nos primeiros três meses deste ano».

## Feira Nova ilegal

Cerca de 200 trabalhadores do Hipermercado Feira Nova, no Lavradio (Barreiro) estavam a sofrer actuações ilegais, detectadas na semana passada pela Inspeção Geral do Trabalho, revelou o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal no dia 7. Em comunicado de imprensa, o CESP/CGTP refere que a maioria das infracções tinha a ver com repositoras-promotoras de mercadorias das empresas fornecedoras, que «são intimadas à prestação do trabalho suplementar não remunerado e, se recusam, é-lhes vedada, no dia seguinte, a entrada ao serviço». Quanto aos restantes trabalhadores do hipermercado, a IGT verificou, segundo o CESP, que o horário de trabalho semanal de 40 horas foi largamente ultrapassado, o trabalho prestado no regime suplementar não estava registado, os mapas não estão afixados e que a organização do horário como estipula o contrato colectivo de trabalho não estava a ser cumprida. «As acções pontuais revelam que é necessário que a IGT desenvolva acções globais e nacionais, por forma a combater as ilegalidades que as grandes empresas de distribuição vêm fomentando», reclama o sindicato.

## ALCOCHETE

### Atrasos preocupantes no acesso à Ponte

Mais de um mês após a inauguração da Ponte Vasco da Gama, a Comissão Concelhia de Alcochete do PCP veio a público reiterar a sua discordância face ao valor da portagem imposta pela Lusoponte, defendendo que em relação ao último lanço da Auto-Estrada de acesso à ponte (Montijo/Pinhal Novo) seja abolida, tal como acontece com a Ponte 25 de Abril (Fogueteiro/Pragal).

A Concelhia do PCP manifesta-se ainda preocupada com os atrasos nas obras de acesso à ponte e exige a reparação imediata das Estradas Municipais degradadas pelas obras da responsabilidade do Governo.

Por outro lado, os comunistas criticam a forma - sem diálogo - como a Câmara Municipal do Montijo procedeu à mudança do Mercado da «Ervilha» da Montigri para a Atalaia e exigem do Ministério do Ambiente que clarifique rapidamente as soluções que preconiza em termos de ETAR's para o concelho.

## PORTO

### Assembleia impulsiona actividade

Na primeira reunião realizada após a 4ª Assembleia, a nova Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP elegeu a Comissão Executiva, integrando 12 dos 35 elementos que a compõem, e procedeu à análise da situação política local, regional e nacional.

Na sequência da apreciação feita, os comunistas portugueses propõem-se organizar sessões de esclarecimento sobre as posições do PCP em relação ao euro, intensificar a acção em defesa da regionalização e planificar a sua intervenção pelo «Sim» à descriminalização da IVG, que em 28 de Junho será sujeita a Referendo.

Para além do Dia do Ambiente - que será também motivo de várias iniciativas -, a DOCP deu particular destaque aos transtornos para as populações de Miragaia e Massarelos, decorrentes das obras em curso na zona, em relação às quais os eleitos autárquicos prometeram tomar medidas.

## VERDERENA

### «Vale tudo» para o PS

Quatro meses, para a Comissão de Freguesia da Verderena do PCP, é pouco tempo para se fazer um balanço positivo ou negativo - que não seja «irreal e demagógico» - à actuação dos novos órgãos da freguesia. Mas é possível constatar que há quem use na política o «vale tudo», inclusive a calúnia, para atingir os seus objectivos.

O PCP refere-se ao comunicado que, em véspera de eleições, quando o visado já não se podia defender, foi metido nas caixas de correio, afirmando, entre outras «falsidades», que, «não obstante a débil situação de tesouraria da Junta, o Presidente [então da CDU] era o único membro do executivo que exigia impreterivelmente os seus honorários, correspondentes ao regime de permanência a meio tempo». Afinal, agora, a presidente eleita nas listas do PS exerce o mandato a tempo inteiro. O que, independentemente de se poder ou não justificar, leva os comunistas a perguntar: «Já não há dificuldades de tesouraria?»

## PERAFITA

### Relatório confirma ilegalidades

Depois de, durante vários anos, a CDU ter reclamado que as contas da Junta de Freguesia de Perafita relativas a 1993 e a 1994 fossem inspeccionadas, finalmente a Inspeção Geral de Finanças concluiu um Relatório, confirmando as irregularidades e ilegalidades que há muito vinham a ser denunciadas.

Entre outras, o Relatório da I.G.F. detectou situações de eleitoralismo, negligência, compadrio e simulação de contratos, irregularidades financeiras, falta de controlo interno da actividade financeira, emissão de cheques sem cobertura. Há, porém, indícios que apontam para situações mais graves, razão por que o PCP entende que o Relatório deverá ir mais longe e averiguar outras eventuais ilegalidades.

Entretanto, «o arrastar do processo» impediu que nas últimas eleições a população de Perafita «pudesse julgar com melhor informação o trabalho e a postura do Executivo PS de Perafita». Um quadro que deveria levar a Junta de Freguesia, nomeadamente a sua presidente, a demitir-se, defendem os comunistas.

# Carvalhas no Dia da Segurança Social

## Governo quer encher bolsos das seguradoras

O Dia Nacional da Segurança Social foi assinalado na passada sexta-feira na Praça da Figueira, durante uma iniciativa promovida pela DORL, com a participação de Carlos Carvalhas. Perante centenas de pessoas, o dirigente comunista anunciou o PCP vai propor na AR um aumento extraordinário de três contos para as pensões mais degradadas.

Precedido no uso da palavra pela sindicalista Ana Avoila, Carlos Carvalhas considerou o sistema de Segurança Social como um «património maior dos trabalhadores e do povo português, erguido com o trabalho e com o sacrifício de várias gerações de trabalhadores portugueses». Fazendo um balanço negativo dos dois anos e meio de Governo PS, lembrou que, segundo a Constituição, «todos têm direito à segurança social», orientada para «proteger os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho», Carlos Carvalhas fez questão de sublinhar que «incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado».

No entanto, não são estes os objectivos das propostas apresentadas pelo Governo na Assembleia da República para a reforma da Segurança Social, a qual, afirmou o dirigente comunista, «não passa de um plano de inspiração neoliberal para reduzir direitos e para levar por diante a privatização parcial do sistema público».

Insistindo na necessidade de denunciar amplamente o conteúdo da proposta do Governo, Carvalhas disse que ela «prevê substituir a segurança social, enquanto suporte social universal e enquanto sistema público que lhe serve de suporte, por um sistema assistencialista».

Explica-se assim a introdução do plafonamento, ou seja, os que mais ganham passarão a descontar para sistemas privados, medida que para o secretário-geral do PCP não só não apresenta vantagens para os contribuintes/beneficiários como provocaria o abaixamento das receitas do sistema público.

Procurando garantir os seus intentos, «o Governo pretende multiplicar os benefícios fiscais, à custa de todos nós, para que as pessoas sejam forçadas a adquirir produtos de poupança privada, enchendo desse modo os bolsos das seguradoras e das gestoras dos fundos privados de pensões».

Em contrapartida, sublinhou Carvalhas, «o Governo não parece assumir qualquer compromisso efectivo em relação ao pagamento, mesmo a prazo, da elevadíssima dívida que o

Estado contraiu em relação ao sistema de segurança social e que é devida ao património social de todos nós».

### Por uma reforma no sentido oposto

Contra o facto de Portugal ao Euro com as baixas prestações sociais, que qualificou de «terceiro-mundistas»,

Carvalhas afirmou, «em análise, a média comunitária consagrada pelos Estados membros para despesas sociais é 28,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), mas em Portugal as verbas representam apenas 21 por cento do PIB mostra que essa ladainha não corresponde à verdade».

O PCP, salientou, defende «a necessidade e a possibilidade de realização de uma reforma de sentido inteiramente oposto, que defenda, reforce e aperfeiçoe o direito à segurança social e o sistema público que o suporta e garante».

Entre as principais orientações estratégicas dessa reforma democrática, Carvalhas definiu cinco:

direito de todos os cidadãos à segurança social, independentemente da sua situação profissional.

- A autonomia institucional, a descentralização democrática e o reforço da participação social no sistema.

- O reforço e a adequação do financiamento da segurança social, com a elevação dos recursos dos contribuintes e a clarificação do que deve ser financiado pelas contribuições dos contribuintes/beneficiários e os que deve ser financiado pelos impostos pagos por todos os portugueses, por forma a garantir os compromissos assumidos e a permitir uma resposta de nível mais elevado aos riscos sociais.



O PCP defende uma reforma da Segurança Social que aperfeiçoe e reforce o sistema público

Carlos Carvalhas desafiou o Governo a apresentar ao país um plano plurianual de aproximação ao nível médio das que vigoram na generalidade dos países da União Europeia.

«Conhecemos todos a ladainha de que Portugal não pode ter prestações sociais mais elevadas. Mas o facto - agora vindo a público - com base num estudo da Comissão Europeia que Portugal faz parte do grupo de países da União Europeia que menos dinheiro canalizou para as despesas sociais em 1995; e que no perf-

- A garantia dos direitos adquiridos e em formação a todos e individualmente a cada um.

- A melhoria das prestações sociais e a elevação dos seus valores, em especial das prestações que se encontra num nível. Neste plano, o secretário-geral anunciou que o PCP vai apresentar na AR a proposta de um aumento extraordinário de três contos para as pensões mais degradadas inferiores ao salário mínimo nacional.

- A concretização da universalidade, de modo a cumprir o

A concluir, Carlos Carvalhas considerou o debate sobre a Segurança Social de «crucial importância para o futuro da sociedade portuguesa», frisando que «é fundamental assegurar uma ampla informação sobre o assunto e garantir a participação activa e esclarecida dos trabalhadores e do povo português».

O secretário-geral do PCP apelou mesmo a um «vasto e diversificado movimento de opinião, de intervenção e luta» para defender, reforçar e aperfeiçoar a Segurança Social.

## Portalegre

### Estagnação contrasta com promessas de bem-estar

A situação social em Portalegre é caracterizada «por fenómenos de estagnação e preocupação social» que contrastam com as promessas eleitorais do PS de mais bem-estar social e combate às assimetrias regionais.

A afirmação pertence à Comissão Concelhia de Portalegre do PCP que chama a atenção para a degradação progressiva dos serviços públicos, o aumento da precariedade de trabalho e do desemprego, o regresso dos salários em atraso (caso da Robinson), a crescente insegurança que se verifica em todas as áreas, da agricultura ao turismo, à indústria ou aos serviços.

Entretanto, na comunicação social, surge a suspeita de o actual deputado do PS eleito pelo círculo de Portalegre, Francisco Camilo, ter deixado

um buraco de 30 mil contos na Região de Turismo de São Mamede.

Face a tais notícias, a Concelhia do PCP considera que os portalegrenses devem ser esclarecidos sobre a sua veracidade e o porquê de uma tal situação, uma vez que é sabido que o actual Governador Civil de Portalegre concedeu em Dezembro de 95 um subsídio de dois mil contos à Região de Turismo para «tapar esses buracos».

O PCP denuncia ainda a falta de isenção de alguns órgãos de comunicação social afectos ao PS, que «usam todos os métodos censórios para silenciar a voz do PCP e da CDU» e manifesta a sua particular solidariedade aos reformados e idosos do concelho, para quem reclama a cedência de um local para sede da organização.

# Desenvolvimento urbano da Península de Setúbal

## Autarcas esclarecem polémica

A inauguração da Ponte Vasco da Gama, o projecto de revogação do DL 9/93 e a eventual localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa são questões que têm gerado alguma polémica nos órgãos de comunicação social. Questões que a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP detalhadamente aborda, face a comentários que põem em causa a política que tem vindo a ser desenvolvida pelos autarcas da Península de Setúbal.

Numa análise – ponto por ponto – aos comentários surgidos a público, a DORS do PCP começa por referir a questão do previsto aumento da população na zona.

“Afirma-se nalguns órgãos de comunicação social que de acordo com dados do próprio Ministério do Planeamento a população prevista pelo conjunto dos PDMs da AML ascende a 3,6 milhões de habitantes, ou seja um aumento de quase 50% em relação à população recenseada em 1991 (cerca de 2,5 milhões de habitantes).” Uma perspectiva que, sublinha o documento dos comunistas sobre “Desenvolvimento urbano da Península de Setúbal”, ignora factos como as previsões de crescimento tendo em conta a oferta urbanística que nos municípios de Alcochete, Montijo, Palmela, Moita, Barreiro, Almada, Seixal, Sesimbra e Setúbal, é de cerca de meio milhão de habitantes. Facto a que será de acrescentar que as novas áreas de expansão urbana estão dependentes da aprovação de Planos de Pormenor, “regulando-se deste modo o ritmo e o

tempo de crescimento do espaço urbano”.

Assim, e mesmo que os números considerados à partida se tornassem realidade, “a população da Península de Setúbal passaria a representar cerca de 30% da população total da Área Metropolitana de Lisboa, ao invés dos actuais 25%”.

Se se tiver em conta a oferta urbanística prevista nos municípios vizinhos da Ponte Vasco da Gama e da eventual futura localização no novo aeroporto (sendo ela totalmente preenchida), tal corresponderia a “um aumento de cerca de 120.000 habitantes ou seja cerca de 10% do crescimento global previsto nos PDMs de toda a Área Metropolitana de Lisboa”.

O documento sublinha ainda a confusão estabelecida entre oferta urbanística e crescimento demográfico. “Se analisarmos a oferta urbanística prevista no conjunto dos PDM do país rapidamente chegaríamos à conclusão que a sua concretização faria duplicar a população do país num passe de mágica”, dizem os comunistas de Setúbal que consideram que “enquanto a produ-

ção de solo urbano no nosso país continuar a depender exclusivamente da iniciativa privada, e enquanto não existirem meios de penalização eficazes do solo urbano-urbanizável expectante em busca de mais-valias, os planos municipais de ordenamento do território terão necessariamente de prever expansões urbanísticas superiores às necessidades de molde a não haver ruptura de oferta de solos urbanizáveis e a reduzir a especulação com o solo urbano”.

O documento lembra algumas iniciativas dos autarcas comunistas na área do ordenamento económico e desenvolvimento sustentado, nomeadamente a elaboração, em 1988, do PIDDS (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal), então uma iniciativa pioneira a nível nacional; o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Área de Coima, “procurando articular as políticas urbanísticas dos diversos municípios numa área sujeita a grande pressão”; e ainda a reivindicação, há muito reclamada, de um Programa Operacional Integrado para o Distrito de Setúbal (PROIDS).

A exigência de revogação do DL 9/93 - decreto que impõe que toda e qualquer construção na área abrangida seja sujeita ao



Os autarcas comunistas continuam a bater-se pelo desenvolvimento

parecer prévio da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, “com toda a burocracia e atrasos que este processo envolve” – prende-se com o facto de os municípios abrangidos passarem a ter Planos Directores eficazes. Planos Directores que “não prevêem o crescimento anárquico apregoado por alguns alarmistas” e que foram aprovados em simultâneo com as respectivas Cartas da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

Neste quadro, os autarcas

comunistas afirmam que continuarão a reivindicar para a Península de Setúbal “tudo aquilo a que tem direito – mais acessibilidades, mais investimentos na área do ambiente e do abastecimento de água, na área da saúde, na área da educação, na área da cultura e desporto” para que o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa se faça “através de uma rede polinucleada de centros urbanos de média densidade e não numa solução em que Lisboa é o centro de tudo”.

Por isso se considera fundamental a Cintura Regional Interna da Península de Setúbal, a construção do Metropolitano Sul do Tejo, a conclusão da ligação ferroviária Foguetreiro/Pinhal Novo, uma nova ponte rodoferroviária no chamado “corredor central”. É por isso também “e ainda porque consideramos ser a solução que melhor serve os interesses do País, que defendemos a localização do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa no rio Frio”, conclui o documento.

## Mais um estudo anunciado

A eventual elaboração de um estudo sobre os impactes estratégicos de desenvolvimento económico da Região de Setúbal, recentemente assumida pelo Governo, é questionada pelos comunistas de Setúbal que sublinham que “a região, as forças políticas, económicas e sociais, os trabalhadores e as populações necessitam de saber do que se trata nesta anunciada iniciativa governamental”.

Em comentário a *mais um estudo anunciado*, a DORS do PCP lembra as inúmeras iniciativas dos comunistas, da generalidade dos órgãos autárquicos, dos sindicatos, estruturas empresariais e associações e movimentos de opinião diversos, “defendendo a necessidade da realização de estudos que conduzam de facto à concretização de um conjunto de projectos, obras e empreendimentos e aprofundem o desen-

volvimento sustentado da região e a melhoria da qualidade de vida das populações”. Única via que assegurará o combate “às crises cíclicas a que o distrito tem sido sujeito”, às consequências de um corte nos Fundos Comunitários e aos efeitos da política transnacional.

Neste sentido, o PCP reclama de há muito a aplicação de um **Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDS)**, preconizando:

- Verbas cujo montante extraordinário tivesse em conta a situação e o peso económico e social do distrito;
- O financiamento às estruturas regionais e locais em áreas de promoção do emprego e formação profissional, ambiente, acção social, saúde, ensino, habitação, cultura, desporto, convívio e lazer, entre outros;

• A articulação de forma equilibrada do crescimento económico, o ordenamento do território, a defesa do ambiente, o património cultural e a qualidade de vida;

• A garantia de uma intervenção decisiva dos agentes de desenvolvimento locais e regionais na aprovação, gestão e acompanhamento das verbas, investimentos e projectos a realizar.

Neste sentido, foram, entretanto, elaborados vários instrumentos – como o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, o Sistema Integrado de Águas Residuais ou o Sistema de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano – que possuem, directa ou indirectamente, “o cunho incontornável dos comunistas e do PCP”.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Henrique Pereira

Faleceu na passada terça-feira, dia 12, com 86 anos, **Henrique Pereira**, membro do Partido desde 1940, participante e dirigente das grandes lutas operárias de 1942/43/44 na zona ocidental de Lisboa, de cujo comité de zona foi responsável.

A sua vida foi um exemplo de dedicação ao Partido e à luta antifascista. O camarada continuou, apesar da sua avançada idade, a militar na organização do Partido, em Alcântara.

#### João Alves Filipe

Faleceu, com 92 anos, o camarada **João Alves Filipe**, que militava na freguesia da Sé da cidade de Lisboa. O funeral realizou-se na passada terça-feira.

#### Irene Cadima Gonçalves

Faleceu, no passado dia 9 de Maio, **Irene Cadima Gonçalves**, que contava 87 anos, e estava organizada na Freguesia de Pernes, onde era muito estimada. Militante do Partido desde a década de 40, a sua casa, a «Casa do Moinho», serviu durante muitos anos de apoio ao Partido, tendo por ali passado vários quadros e dirigentes do Partido na clandestinidade, nomeadamente, Soeiro Pereira Gomes, Guilherme da Costa Carvalho e Álvaro Cunhal.

#### António Pereira

Faleceu, no passado dia 10 de Maio, com 86 anos, **António Pereira**, que pertencia à organização de Vialonga.

#### Francisco Nunes Camarão

Faleceu, no passado dia 7 de Maio, com 83 anos, **Francisco Nunes Camarão**, militante do partido desde 1978, organizado na Freguesia de Vialonga.



Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Évora Assembleia de Organização

Dia 23 de Maio terá lugar, em Évora, no Hotel D. Fernando, a partir das 14 horas, a IV Assembleia da Organização Concelhia de Évora do PCP.

Esta Assembleia da Organização realiza-se num quadro de reanimação e renovação de processos de trabalho e de funcionamento, que inclui a identificação, com rigor, das deficiências e insuficiências que mais têm afectado a acção do Partido no Concelho de Évora, nestes últimos anos.

Com a realização desta Assembleia pretende-se restabelecer laços de envolvimento de todos os comunistas do Concelho na organização, intervenção e afirmação política do Partido, na perspectiva de, em conjunto com outros democratas, ampliar a compreensão e a consciência

de que é possível criar uma alternativa progressista e de esquerda.

Na Assembleia irão ser discutidos e aprofundados temas como a situação económica, social e cultural e a intervenção dos comunistas nas autarquias e apresentadas propostas no sentido de uma melhor gestão no Poder Local. Pretende-se ainda reafirmar a indispensabilidade da concretização das Regiões Administrativas.

Por último, e na sequência de um empenhado esforço de animação da organização, que se traduziu na realização de várias reuniões de células por local de trabalho, por local de residência ou por sector socioeconómico, será apresentada para discussão e votação a proposta de composição da nova Comissão Concelhia de Évora do PCP.

PCP

NACIONAL

# Encontro Nacional debate Ensino Superior

## Contestação pode agudizar-se

«Mais e Melhor Ensino Superior» foi o lema do Encontro Nacional do PCP, realizado no passado sábado nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, que contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Os trabalhos foram organizados em dois painéis: o primeiro, que ocupou a manhã, centrado nas questões do financiamento e da acção escolar, foi moderado por Carlos Guedes, tendo igualmente preparado intervenções Ângela Seixas, João Cunha Serra e Rui Namorado Rosa. O segundo painel, que decorreu na parte da tarde, contou com a moderação de Helena Seródio, que deu a palavra a Mário de Carvalho, Nuno Rilo, Teresa Almeida e Sousa Lopes que intervieram, nesta ordem, sobre os temas da qualidade, autonomia e gestão, avaliação e sucesso. Temas que o «Avante!» pretende abordar proximamente.

Abrindo os trabalhos, Edgar Correia, membro da Comissão Política, explicou que, face aos numerosos acontecimentos verificados neste ano lectivo, era urgente proceder «a um balanço actualizado da situação, à avaliação das forças e da sua dinâmica e a uma primeira reflexão sobre o futuro».

### Crise continuada

Caracterizando a realidade existente no ensino superior como «uma continuada crise que se desenvolve num quotidiano frustrante», Edgar Correia enumerou algumas das principais causas:

- a escassez dos recursos disponibilizados pelo Estado para o ensino público;
- quanto à autonomia, a proclamação verbal do seu respeito, mas na prática o prosseguimento e a acentuação de mecanismos que limitam fortemente a capacidade de decisão dos estabelecimentos públicos de ensino superior, designadamente através dos mecanismos do financiamento, introdução de rácios economicistas, etc);
- as orientações conducentes a uma crescente selectividade no

acesso ao ensino superior público e a manutenção do sistema de *numerus clausus*;

- a continuada permissividade em relação a fenómenos de falta de qualidade e de negociamento no ensino privado.

Recordando as «posturas críticas do PS» enquanto oposição, anotou que «uma vez chegado ao Governo - variantes de estilo e de ritmo à parte -, não demorou a retomar o essencial das políticas que vinham a ser conduzidas, desde há uma década e

nuada, crescente e massiva contestação estudantil - em que a questão do financiamento do ensino superior público e da acção social escolar constituem um tema central das reivindicações, mas que está longe de ser exclusivo. Para não ver a movimentação dos docentes que, sem deixar de equacionar importantes questões de natureza profissional, assume uma postura cada vez mais activa na luta por recursos e por outras condições indispensáveis para um ensino superior de qualidade. E para não ver, também, a atitude mais activa e independente - que os órgãos académicos mostram querer assumir na situação, como resulta da leitura política dos resultados das eleições para

deixar de ser antecipadamente responsabilizado pelo agudizar da situação e pela ocorrência inevitável de uma gravíssima crise académica no próximo ano lectivo».

«Em democracia, uma má lei pode ser sempre substituída por uma boa lei. E bom governo é aquele que sabe ouvir os cidadãos, que está atento às opiniões e às vontades que emergem da sociedade e que as tem em conta nas decisões políticas.

«É por isso que o PCP sustenta que se deve procurar encontrar, a tempo, uma saída política para a situação criada nas universidades e politécnicos públicos em consequência da política do Ministério da Educação», afirmou Edgar Correia.

Como referiu, isso «passa,



A lei de financiamento do ensino superior é o principal motivo de contestação académica

do Ministério de Roberto Carneiro, pelos anteriores governos do PSD».

«De tal forma que, ao fim de dois anos e meio, apenas, a sensação que se tem é a de que o actual ministro da Educação já se prolonga no cargo indefinidamente. Preso a uma retórica-educativa que pouco tem a ver com a realidade. Sem ideias nem iniciativas. Incapaz de um diálogo efectivo que transcenda simples operações de show-off».

«Um ministro cada vez mais orgulhosamente só», foi como Edgar Correia definiu o actual responsável pela pasta da Educação, que «se limita a fazer como o avestruz, a meter a cabeça na areia, para não ver a conti-

Reitor que recentemente se verificaram em Lisboa e em Coimbra».

### Uma lei que não serve

Reafirmando as críticas do PCP à lei do financiamento do Ensino Superior, Edgar Correia deixou um aviso: «Se à cegueira do ministro da Educação se vier a somar uma posição irredutível e obstinada do Primeiro-Ministro, contrária à possibilidade de alteração da política de inspiração neoliberal que tentou impor no domínio do financiamento do ensino superior público, o Governo não poderá

prioritariamente, pela aprovação de uma legislação em relação ao financiamento do ensino superior público e à acção social escolar que corresponda verdadeiramente à necessidade de mais e de melhor ensino superior».

«Essa é uma primeira e imediata medida concreta, susceptível de restabelecer condições de diálogo e de funcionamento minimamente normal dos estabelecimentos escolares e da vida académica. Mas é uma medida que precisa de ser inserida na perspectiva de uma reorientação política mais geral, da adopção de uma política de esquerda para o ensino superior, que cada dia que passa surge como mais urgente e indispensável», concluiu.

## Sim pela tolerância

### Linhas de orientação

Os mandatários do Movimento Sim pela Tolerância aprovaram, as linhas de orientação que vão reger a campanha pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), em reunião realizada, no passado sábado, na Faculdade de Arquitectura do Porto.

«Colocar a questão do aborto como um grave problema de saúde pública, apresentando dados que ilustram a situação» e «defender a ideia de que não se devem criminalizar as mulheres que tenham que interromper uma gravidez não desejada, dentro das condições e prazos legalmente previstos», são duas das ideias que integram as linhas de orientação, que saliente-se, foram na sua globalidade aprovadas por unanimidade.

«A despenalização da IVG na lei não obriga ninguém a tal prática, mas ajuda a resolver problemas que decorrem do aborto clandestino e inseguro e que atingem milhares de mulheres e raparigas», sublinha-se ainda no documento. Os participantes da reunião reafirmaram o seu apoio ao Manifesto *Sim pela Tolerância* divulgado, no passado dia 21, em que o Movimento se define como «um movimento de quem, qualquer que seja a sua posição quanto à interrupção voluntária da gravidez (IVG), entende não poder julgar e condenar quem tenha a necessidade de a realizar».

Diversos foram os argumentos sugeridos pelos presentes com vista, por um lado, a desmontar ideias feitas e, por outro, a esclarecer os votantes para que o *sim* seja vitorioso, no dia 28 de Junho.

A Comissão Executiva do Movimento, composta por 61 membros, foi eleita durante a reunião. Dela fazem parte: Adelaide Pereira, Adélia Pinhão, Alberto Martins, Albino Aroso, Alda Sousa, Ana Maria Mesquita, Ana Paula Xavier, Ana Sara Brito, Andreia Peniche, António Dias da Cunha, António Galamba, António Regedor, Cláudio Torrès, Diana Andringa, Duarte Vilar, Eduardo Maia Costa, Eduardo Prado Coelho, Elisa Damião, Fernanda Mateus, Ferreira dos Santos, Francisco Louçã, Gomes Motta, Graça Mexia, Helena Lopes da Silva, Helena Pinto, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Irene Pimentel, Irene Santos Silva, Isabel Castro, Isabel Cruz, Isabel Sena Lino, João Amaral, João Martins Pereira, Jorge Lação, Laura Soutinho, Luís Moita, Luís Pedro Martins, Madalena Barbosa, Maria do Céu Guerra, Manuel Lopes, Manuela Tavares, Margarida Botelho, Maria Antónia Palla, Maria Emília Reis, Maria José Alves, Maria José Gamboa, Marques Perestrello, Miguel Portas, Odete Santos, Orlando Garcia, Pedro Brito Coelho, Sérgio Sousa Pinto, Sónia Fertoziños, Virgínia Ferreira, Octávio Cunha, José Teixeira de Sousa, Albertina Lemos, Helena Araújo, Isabel Cardoso, Marcela Torres.

## Daniel Branco renuncia a mandato

Daniel Branco, ao longo de 20 anos presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, apresentou, no passado dia 6 de Maio, a sua renúncia ao cargo de vereador.

Na Declaração escrita então apresentada, Daniel Branco afirma que «quatro meses após o funcionamento da nova Câmara Municipal é fácil verificar como se têm acentuado os traços negativos das más soluções que aqui foram tomadas pelo PS, com a conivência do PSD». E sublinha: «Restringiu-se todo o espaço de debate e diálogo democrático, tendo sido posta a funcionar uma ligação que, penso, será de curta duração e de crescentes conflitos dentro em breve».

Daniel Branco considera ainda que «a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vai andar agora, por vontade do PS, associada ao desacreditado PSD, em período de permanente conflito e de campanha eleitoral continuada. Isto é precisamente o contrário do que foi a prática quotidiana de todas as Câmaras Municipais de maioria CDU em que participei e que me coube presidir, ao longo dos últimos 20 anos».

A concluir, Daniel Branco afirma: «Pela minha parte, retiro-me do colectivo da Câmara Municipal mas não me demito em nada da minha forma de ver e de viver. Sou comunista, continuarei a trabalhar empenhadamente para procurar concretizar as ideias que tenho e que defendo e, para além de outras tarefas políticas de âmbito mais geral que me ocupam neste momento, não deixarei de colaborar, tão activamente quanto me for possível, para que a CDU consiga, no futuro próximo, ser ainda mais determinante no caminho do progresso que decididamente impulsionámos no nosso Concelho.»

## Estaleiros Navais de Viana DORVIC denuncia plano de reestruturação

O Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo - ENCV «procura serenar os trabalhadores para, em benefício próprio, garantir por um lado a confiança política do governo e por outro obter o reconhecimento e agradecimento dos privados que venham a participar na gestão da empresa», denuncia a Direcção da Organização Regional de

Viana do Castelo (DORVIC), em comunicado distribuído à porta da empresa.

Comentando a comunicação feita pelo Conselho de Administração sobre o plano de reestruturação da empresa, a DORVIC lembra os exemplos da Lisnave e da fábrica Renault, em Setúbal.

Na Lisnave, o Grupo Mello embolsou cerca de 80 milhões de contos, enquanto 450 traba-

lhadores receberam o aviso de despedimento colectivo e a outros 1050 foi-lhes *amigavelmente* imposta a ida para o Fundo de Desemprego.

Na Renault, apesar das promessas de viabilização da empresa e de que os empregos seriam assegurados, os seus trabalhadores foram notificados do processo de despedimento colectivo.

No comunicado agora distribuído, a DORVIC alerta para a necessidade de os trabalhadores e seus representantes «estarem atentos e exigirem o saneamento económico e financeiro da empresa, a par de uma gestão competente e do aproveitamento e participação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo na reestruturação da Marinha Portuguesa».

## Contribuição autárquica

# Ausência de reforma fiscal agrava injustiças

O recente aumento das taxas da contribuição autárquica levado a cabo por vários municípios foi objecto de discussão no Parlamento. Para o CDS/PP, que suscitou a questão, em debate de urgência, em causa está o que considerou ser a "violação clara e inequívoca" do compromisso eleitoral do PS de não aumentar os impostos.

Lembrado foi, concretamente, o facto de o actual secretário de Estado do Orçamento (então deputado do PS) ter prometido durante o debate do Orçamento do Estado para 1997 que o alargamento do leque da contribuição autárquica não implicaria um aumento de impostos.

Procurando alijar responsabilidades, a bancada socialista, pela voz de Manuel Vargues, limitou-se a situar a questão no plano da autorização inscrita na lei do Orçamento, recordando que a mesma fixara um novo intervalo para a cobrança da contribuição autárquica cuja aplicação é da estrita competência dos municípios.

O Grupo Parlamentar do PCP, pelo seu lado, distanciou-se de qualquer das posições assumidas nesta matéria pelas restantes formações parlamentares. Coube a Octávio Teixeira separar as águas, invocando uma questão de princípio para criticar, desde logo, os próprios termos em que o CDS/PP requereu o debate. "A fixação da taxa da Contribuição Autárquica é uma prerrogativa exclusiva das assembleias

municipais", lembrou, recusando, por conseguinte, qualquer intromissão da Assembleia da República que questione o livre exercício desse direito próprio daquele órgão autárquico.

Posto isto, detendo-se na questão de fundo, independentemente do limite máximo da taxa, o líder parlamentar comunista concordou que o "peso fiscal é excessivo". Para tal, concorrem, em sua opinião, dois factores: por um lado, a concentração da contribuição durante o período de maior número de contribuintes; por outro lado, a profunda desactualização do valor tributável da grande maioria dos prédios rústicos e urbanos.

"Enquanto este problema não for resolvido, a contribuição autárquica continuará a pesar excessivamente sobre um reduzido número de contribuintes e a ser fonte de uma grande injustiça relativa entre os detentores do património predial", observou.

Octávio Teixeira foi, porém, mais longe ao acusar os governos do PSD e do PS de nada terem feito neste domínio, assinalando, a este respeito, que "sem um adequado e justo alargamento da sua base tributável não se resolve o problema da contribuição autárquica", do mesmo modo que "sem uma reforma fiscal mais ampla continuará a imperar a injustiça que sacrifica a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem".

## Gestão dos recursos hídricos

# O desnorte do Governo

Em matéria de gestão dos recursos hídricos, a exemplo do seu antecessor, o Governo do PS evidencia uma atitude irresponsável e de desnorte, faltando-lhe uma orientação e uma estratégia clara. Sintetizando a posição do PCP, a acusação é do deputado comunista Joaquim Matias. Estava-se na interpelação sobre política da água, que preencheu a agenda de uma das sessões plenárias da passada semana.

Da iniciativa do Partido "Os Verdes", o debate voltou a mostrar as fragilidades nacionais num domínio tão vital como é o da água. À baila, entre os muitos exemplos citados por Joaquim Matias que testemunham esta realidade, veio de novo a questão dos caudais e escorrências provenientes de Espanha. Por si lembrado foi, concretamente, o facto de o Ministério do Ambiente não conseguir determinar o significado e o impacto do Plano Hidrológico Nacional de Espanha, continuando igualmente por explicar as causas que levaram à redução em 20 por cento dos caudais nas bacias do Douro e do Tejo e a mais de metade na bacia do Guadiana.

Isabel de Castro, deputada de "Os Verdes", abordando também esta questão, acusou a ministra do Ambiente de andar "a reboque dos calendários fixados por Espanha".

"A Espanha já aprovou, à margem de qualquer concertação séria com o Estado Português, os planos hidrográficos dos rios Douro, Tejo e Guadiana, cujos caudais ecológicos nem sabemos se foram considerados", denunciou.

Esquecendo as pesadas responsabilidades que teve neste capítulo num passado recente, a bancada do PSD parece ter agora despertado para o problema, assinalando, pela voz da sua deputada Lucília Ferra, que "em Espanha, prossegue-se a política de transvasos nos rios ibéricos", enquanto "Portugal parece apenas remetido ao papel de espectador, a quem resta esperar que chova".

Na resposta, a ministra do Ambiente negou a existência de qualquer atraso na elaboração dos planos de bacias nacionais. Por esclarecer ficaram, todavia, questões da maior importância. Introduzidas no debate pelo deputado comunista Joaquim Matias, sem resposta satisfatória ficaram, por exemplo, entre outras, a escassez de caudal do Lima que já levou praticamente ao desaparecimento de espécies piscícolas outrora abundantes, a contínua pilhagem de areias nos leitos dos rios, o licenciamento sem controlo de furos de captação nas reservas aquíferas subterrâneas, ou o défice de realização do programa com fundos comunitários de tratamento de águas residuais urbanas e industriais, a manutenção de uma prática de gestão dos recursos hídricos centralizada e governamentalizadora.

Tudo razões para que Heloísa Apolónio (PEV), na conclusão do debate, tenha condenado a acção do Governo em matéria de Ambiente, considerando que este continua a entender esta área fundamental ao desenvolvimento económico-social "como um negócio e uma questão de obras públicas".

## Jornadas Parlamentares do PCP aprovam medidas

# Por melhores pensões e mais garantias para direitos laborais

Garantir um aumento extraordinário das pensões mínimas de reforma em três mil escudos, sem prejuízo do crescimento dos valores globais que tem defendido para a generalidade das pensões, eis, em síntese, o objectivo visado pelo Grupo Parlamentar do PCP em projecto de lei que muito em breve dará entrada na Mesa da Assembleia da República. Mantendo no eixo central das suas preocupações as áreas de natureza social e laboral, a formação comunista tem já praticamente pronto um outro diploma com o qual pretende assegurar os direitos dos trabalhadores em todos os casos de cedências de trabalhadores, ocasionais ou não, sempre que haja criação de agrupamentos de empresas ou o seu desmembramento. O anúncio foi feito por Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, em conferência de imprensa, no último sábado, destinada a apresentar as conclusões das Jornadas Parlamentares.

Realizadas em Santarém, com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, as Jornadas tiveram-se na análise de um conjunto vasto de questões e matérias que se inscrevem nas prioridades da agenda política dos deputados comunistas. Em resultado da sua reflexão, outras importantes decisões foram tomadas, quer no plano da materialização de projectos de lei quer de outras iniciativas legislativas com

incidência parlamentar, designadamente no plano da sua agenda plenária e do trabalho em comissão. De entre este conjunto vasto de iniciativas, destaca para a interpelação do PCP marcada para dia 27 centrada na segurança social e sua reforma, para o agendamento potestativo do seu projecto que visa a actualização das pensões de aposentação degradadas, para a proposta de um debate de urgência sobre os resultados da

actualização extraordinária do recenseamento eleitoral, e para a audição parlamentar sobre a intervenção do SIS na Expo'98.

A interpelação agendada para o próximo dia 27 sobre segurança social, na perspectiva de Octávio Teixeira, justifica-se pela necessidade de que a sua reforma não deixe de atender a uma "melhoria sensível e real das pensões", no quadro de um sistema de segurança social público sustentado que "assegure mais e melhores prestações sociais para os trabalhadores, mais e melhores pensões de reforma".

Tanto mais que, lembrou, em Portugal - onde o peso das despesas com a protecção social em termos de PIB (19,5 por cento) é o mais baixo da União Europeia -, o nível médio das prestações sociais, e em especial das pensões de reforma, continua a ser extremamente reduzido, persistindo "grandes manchas de pobreza e exclusão social".

### Garantir direitos

O projecto de lei visando acautelar os direitos dos trabalhadores consubstancia, por sua vez, uma resposta às intenções do Governo



Os deputados comunistas querem ver as pensões mínimas de reforma aumentadas no imediato em três mil escudos

em alterar a legislação laboral, claramente espelhadas nos anteprojectos de lei por si apresentados no Conselho Permanente de Concertação Social. Dos aspectos já conhecidos, segundo Octávio Teixeira, resulta claro que o objectivo visado não é o "reforço de mais garantias para os direitos laborais ou mais democracia nas empresas", mas, ao contrário, a "fragilização de direitos individuais e colectivos", os quais "têm vindo a ser progressivamente postos em causa".

Testemunhos assim obtiveram-nos os deputados comunistas no decorrer das visitas e encontros que efectuaram no âmbito das Jornadas, nomeadamente da reunião com a União dos Sindicatos de Santarém e da visita à Empresa de Manutenção e Equipamento Ferroviário, nascida a partir do desmembramento da CP.

Os casos relatados, revelou o líder parlamentar comunista, confirmam que "não estão assegurados os direitos dos trabalhadores nas situações cada vez mais generalizadas de transfereências de trabalhadores, cessação das posições contractuais, desagregação de empresas, criação de empresas paralelas na base de trabalhadores das empresas-mãe".

"Por termo a uma situação de injustiça social e politicamente insuportável", assim foi justificada, noutro plano, a utilização do direito de agendamento potestativo do PCP para debater o seu projecto de lei que tem como objectivo actualizar as pensões de aposentação mais degradadas.

Depois das muitas promessas feitas por todos os quadrantes políticos e da sistemática recusa do PS em agendar o diploma - entregue pela bancada comunista há mais de um ano - para o PCP, não se pode adiar mais o momento de o Parlamento se pronunciar sobre a matéria, concretamente sobre a "brutal degradação das pensões da generalidade dos trabalhadores da Função

## «Combatemos as desigualdades»

Carlos Carvalhas

As orientações e posicionamento do Grupo comunista perante os problemas com que se confrontam os trabalhadores e o País deram o mote à primeira parte da intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, com que abriu as Jornadas Parlamentares.

"Quem acompanha mais de perto e com atenção a vida parlamentar e não se fica apenas pelos aspectos mais teatrais e mediáticos - começou por referir - sabe que o nosso grupo parlamentar desenvolve, uma grande actividade legislativa e construtiva, a par de uma fiscalização rigorosa e que com grande empenho procura dar voz aos problemas mais vivos e sentidos pelos trabalhadores e pelas populações.

Somos, pela orientação e pela prática, oposição de esquerda. Isto significa na nossa intervenção que apoiamos sem qualquer dificuldade tudo o que nos parece ser positivo para o povo e para o país e que combatemos e rejeitamos firmemente a política de direita venha ela do PSD, do PP ou do PS.

Combatemos e rejeitamos a política de concentração da riqueza e da acentuação das desigualdades, tenha ela o nome de ajuda à internacionalização dos grandes empresários, de privatização ou de mero benefício fiscal.

Combatemos e rejeitamos as políticas de inspiração neoliberal que têm vindo a fragilizar o nosso aparelho produtivo cada vez mais dependente e subcontratado.

Combatemos e rejeitamos uma política que tem acentuado as desigualdades, os vínculos laborais precários, a desregulamentação laboral e que continua a não dar resposta aos mais de 500 000 desempregados.

Combatemos e rejeitamos uma política que declarou que iria fazer da droga o inimigo número um, mas que continua a privilegiar o marketing político pese embora tal ou tal medida pontual positiva e o trabalho aturado dos técnicos desta área.

Combatemos e rejeitamos a política dos *jobs for the boys* quer ela tenha sido praticada pelo PSD ou agora pelo PS pese embora toda a retórica moralista que este partido desenvolveu na campanha eleitoral.

Combatemos e rejeitamos a política de favorecimento dos grupos económicos amigos à custa do erário público, tenha sido ela praticada pelo PSD ou agora pelo PS".

Carvalhas equacionou em seguida, a propósito destes casos de favorecimento, a oportunidade de aprofundar através de um inquérito parlamentar o esclarecimento cabal de todas as "decisões muito pouco claras tomadas quer pelo governo do PS quer pelos governos de Cavaco".

Sublinhando que "o PS não pode fugir pela porta lateral dizendo que entregou o caso à Procuradoria Geral da República, pois as questões não se prendem com a legalidade no sentido restrito, mas sim com a equidade e a verdade dos actos administrativos na utilização dos dinheiros públicos", o dirigente comunista considerou que o PSD, por sua vez, "também não pode fazer de conta que o que passou já passou e que agora só contam os casos presentes".

"Tem de ser coerente e não pode mostrar que 'assimilou e assume a ideia' que nos governos de Cavaco o poder político esteve subordinado ao poder económico, parafraseando uma sua deputada", concluiu.

Depois de ter chamado a atenção para a situação das muitas famílias, trabalhadores e reformados que ficam à "margem do crescimento económico", e de ter concluído pela necessidade urgente de um aumento extraordinário das reformas e pensões mais baixas, Carlos Carvalhas centrou a sua intervenção na questão do Euro.

"Após os festejos sobre o parto do Euro teve-se agora com cada vez mais insistência que para o êxito da decisão tomada são necessárias reformas.

É um novo eufemismo para dizer que o Governo, para continuar a cumprir os critérios de Maastricht, tem de se desresponsabilizar das suas funções sociais.

Fala-se na reforma da segurança social, da saúde, do ensino e com voz mais baixa na reforma fiscal.

Mas em que sentido é que se querem essas reformas? Na segurança social é cada vez mais claro que com pezinhos de lá, o que se pretende é criar, gradualmente, uma segurança-zinha de baixo patamar para os pobrezinhos, e deixar o lucrativo para as seguradoras privadas. No ensino e na saúde o que se pre-



tede é o mesmo. É no fim de contas levar à prática, com muito verbalismo caritativo, em que é especialista este Governo, a máxima de que quem quer saúde e ensino que o pague. Quanto à reforma fiscal, como há propostas positivas da Comissão Silva Lopes, o Governo entende que o melhor é esquecê-la.

Ao mesmo tempo têm em sede de Concertação Social propostas que, tirando o embrulho teórico, o que pretendem é precarizar ainda mais os vínculos laborais, restringir o conceito de retribuição e das férias fazendo depender estas da assiduidade!

Um fartote! E tudo isto com a assinatura de um Governo socialista! É por isso que o PSD tem cada vez mais dificuldade em se apresentar como alternativa e só lhe resta o acessório e a gritaria oposicionista para disfarçar a sua concordância com o essencial.

Cabe também ao nosso grupo parlamentar na esfera da Assembleia da República, com seriedade mas também com firmeza não deixar que a mentira passe por verdade, isto é, que o grande oposicionismo verbal do PSD não esconda a convergência no essencial com a política do Governo. De agora em diante é isso que vamos ter. O PS é o responsável pelas sucessivas cedências e acordos que fez com o PSD da tralha e da desconfiança com que muitos vêm hoje essa importante reforma que é a Regionalização, assim como são os responsáveis pela vergonha e pelo descrédito que é para a Assembleia da República, depois de ter aprovado a lei sobre a despenalização do aborto, ter agora de esperar pelo resultado do referendo".

Esta questão do referendo sobre o regime legal do aborto dominou, aliás, a parte final da intervenção de Carlos Carvalhas na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares. Salientando a posição do PCP sobre esta questão e a coerência política que sempre o caracterizou, Carvalhas explicou que, em conformidade com esta postura, "o nosso Partido vai defender abertamente o 'Sim', não se escondendo atrás de movimentos de cidadãos que também apoiamos, nem vai ficar numa posição de um 'nini' à Pilatos, que é cada vez mais uma especialidade do Governo PS."

E prosseguiu: "No nosso partido também não há dirigentes que há oito anos aprovaram a lei sobre a despenalização do aborto e que agora afirmam publicamente estarem com o 'Não', nem há elementos da juventude que abraçam os seus pares em pose para a imagem quando a lei foi aprovada para agora darem o seu acordo a que o seu partido fique sem posição oficial no referendo!... A coerência pode ter custos, mas por isso mesmo é a coerência.

A nossa postura será assim a de defender o conteúdo da lei aprovada na Assembleia da República, lutando para que o 'Sim' saia vitorioso.

A nossa posição testemunha também nesta matéria uma clara sensibilidade e atenção aos agudos problemas da nossa sociedade.

A alternativa que vamos enfrentar não é entre o «ser pelo aborto» ou «ser contra o aborto».

Nas condições actuais, a alternativa é entre o aborto clandestino e o aborto legal com segurança, informação e prevenção. A nossa posição não visa promover o aborto, mas sim promover esse indiscutível progresso que será o de transferir o recurso ao aborto da esfera clandestina para a esfera da defesa da legalidade e da segurança médica. E, como é evidente, a legalização proposta não cria nenhuma obrigação aos que não pretendem usufruir dessa possibilidade legal. Cada um pode decidir de acordo com a sua consciência e vontade. A legislação em vigor por ser fortemente restritiva cria coacção e clandestinidade. É por isso que nos batemos por legislação que valoriza a liberdade, a dignidade e a responsabilidade".

Recordando as críticas fundadas dirigidas ao PS e PSD pelas suas negociatas de bastidores em matérias como os referendos à regionalização e ao aborto, Carvalhas sublinhou, a concluir, que o PCP "declina qualquer responsabilidade nestes caminhos e nas eventuais fracturas que estes venham a produzir na sociedade, ou nas dificuldades que eles venham a introduzir à concretização de importantes reformas para o país. Mas declaramos que nestas batalhas, o PCP não terá um papel passivo, que lutará com empenho pelo seu êxito, serenamente, mas com decisão e determinação.

Teremos uma postura ofensiva e mobilizaremos as nossas forças, sem hesitação e com uma só cara".

## A "secreta" na Expo'98

# Violados os direitos dos cidadãos?

O PCP vai requerer a "comparência urgente" dos ministros da Justiça e da Administração Interna no Parlamento para prestarem esclarecimentos sobre um banco de dados informáticos com informações dos cidadãos acreditados na Expo'98.

Ao encerrar as Jornadas Parlamentares de Santarém, o líder parlamentar comunista considerou que o referido banco de dados "levanta gravíssimas suspeitas de

violação da lei e dos direitos fundamentais dos cidadãos".

Octávio Teixeira manifestou-se preocupado com notícias veiculadas na Comunicação Social sobre o banco de dados informáticos, que estará a cruzar informações e registos de polícias e outras entidades, presumivelmente sob a direcção do SIS (Serviço de Informações de Segurança).

"O PCP pronuncia-se pela existência na Expo'98 dos ade-

quados sistemas de segurança, mas não pode tolerar que uma "espécie policíaca" leve a atingir os direitos fundamentais dos cidadãos e à devassa da sua vida", enfatizou, antes de considerar inadmissível que um banco de dados possa conter informações sobre as posições políticas dos cidadãos, designadamente dos abaixo-assinados e manifestações em que participaram.

## Esclarecer favorecimentos com grupos económicos

Anunciada por Octávio Teixeira no final das Jornadas foi também a apresentação de um projecto de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para "apreciação dos actos dos Governos do PS e do PSD envolvendo o Estado e alguns grupos económicos".

Os comunistas querem, deste modo, alargar o âmbito do inquérito parlamentar, requerido pelo PSD, sobre o favorecimento de alguns agentes económicos e al-

gungos "negócios" praticados durante o executivo de Cavaco Silva. O que está em causa, na perspectiva do PCP, é a transparência dos negócios envolvendo o Estado e grupos económicos, princípio ético que considera inalienável "independentemente da cor partidária dos governos".

Os trabalhos da comissão de inquérito, de acordo com a proposta do Grupo comunista, deverão analisar concretamente os casos da alienação da Torralta, a

participação do IPE no capital da "Companhia Real de Distribuição" do Brasil, o processo de atribuição da terceira rede de telemóveis, as dívidas ao Estado do grupo Grão-Pará, a substituição de gestores da EDP, Transgás e Portucel, os processos de privatização do Banco Totta e Açores, do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e do Jornal de Notícias e Diário de Notícias, e o processo de oferta pública de aquisição do BPA lançado pelo BCP.

## INTERNACIONAL

## Dinamarca ratifica Tratado de Amesterdão

O projecto de adesão da Dinamarca ao Tratado de Amesterdão apresentado pelo Governo foi aprovado pelo parlamento na semana passada, com 92 votos a favor e 22 contra. O passo seguinte será o referendo à população sobre a adesão ao tratado, que terá lugar no próximo dia 28. Os partidos de esquerda (Partido Socialista e Lista da Unidade) e de extrema-direita (Partido do Povo Dinamarquês e Partido do Progresso) afirmam-se contra a ratificação.

## Embargo a investimentos na Jugoslávia

O Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia decidiu, no sábado passado, implementar um embargo a todos os investimentos feitos na República Federal da Jugoslávia. Como explicou Robin Cook, secretário do Departamento de Assuntos Externos, o objectivo desta decisão é pressionar as autoridades jugoslavas a dialogar com os albaneses revoltosos da província do Kosovo. Dos seis países que integram esta comissão, apenas a Rússia se mostrou contrária a esta pena e se recusou a aplicá-la.

## Londres com Câmara Municipal eleita

A população de Londres, consultada em referendo na quinta-feira, manifestou-se favoravelmente quanto à criação de uma Câmara Municipal eleita, com um presidente e uma assembleia de 25 membros, possuindo poderes executivos alargados, nomeadamente em relação a transportes, emprego, cultura e ambiente. Mais de 70 por cento dos eleitores votou a favor. A afluência às urnas foi muito baixa: apenas 34 por cento votou. No mesmo dia, realizaram-se eleições locais em Inglaterra. O Partido Trabalhista perdeu 5 por cento dos seus votos, enquanto os conservadores aumentaram ligeiramente a sua votação.

## Socialistas reeleitos na Hungria

O Partido Socialista (ex-comunista) venceu a

# Alemanha Desemprego a nível recorde

O desemprego na Alemanha continua a um nível recorde. De acordo com os dados oficiais divulgados a semana passada, o número de desempregados atingia em Abril 4,4 milhões de pessoas, embora se tenha registado uma recuperação maior do que em igual período de 1997.

Em Abril de 1997, havia 4,347 milhões de pessoas sem trabalho na Alemanha, e a repartição federal do trabalho tinha registado uma recuperação sazonal de 130.000 empregos, em relação ao mês anterior.

Em Março de 1998, as instâncias oficiais falavam de 4,623 milhões de desempregados, mais 150.000 do que em Março do ano passado.

Segundo notícias veiculadas pela Lusa, a vice-presidente da Confederação Alemã dos Sindicatos (DGB), Ursula Engelen-Kefer, reconheceu que o retrocesso do desemprego foi «melhor do que é habitual nesta estação do ano», mas disse não acreditar numa melhoria geral da situação.

Um dos problemas mais graves, refere a dirigente sindical, «é o elevado número de jovens até 25 anos que estão desempregados», cuja quota atinge 12,5 por cento na parte ocidental e 18 por cento na ex-RDA.

A anunciada recuperação não satisfaz as organizações de

desempregados, que sexta-feira promoveram a sua quarta jornada de protestos por todo o país. Ponto alto da jornada foi a manifestação franco-alemã, em Estrasburgo. Alemães e franceses encontraram-se junto à fronteira entre a Alemanha e a França, na ponte entre Estrasburgo e Kehl, protestando em conjunto contra uma «Europa dos consórcios».

Rolf Ruef, dirigente da poderosa federação dos sindicatos alemães (DGB), lembrou na ocasião que «os desempregados devem ser solidários para além das fronteiras numa Europa que conduz uma política financeira comum sem ter em conta os mínimos sociais».

As acções de protesto dos desempregados alemães prolongar-se-ão até 27 de Setembro deste ano, dia das eleições gerais alemãs, e realizar-se-ão uma vez por mês, sempre no dia em que forem anunciados os novos números oficiais sobre o desemprego.



Desempregados alemães e franceses manifestam-se na ponte entre Estrasburgo e Kehl contra «o desemprego, a miséria e a exclusão»

Segundo números divulgados pela comissão coordenadora das acções de protesto, em Bielefeld, em Fevereiro, Março e Abril participaram nas diversas acções entre 40.000 e 60.000 pessoas.

Entretanto, dados publicados pelos serviços sociais da Embaixada de Portugal, referentes a Dezembro de 1997, dão conta que também o desemprego entre os portugueses residentes na Alemanha tende a agravar-se,

atingindo naquela data os 15,1 por cento, correspondente a mais de 8.000 dos 52.000 portugueses naquele país.

Em relação aos estrangeiros na Alemanha, que ultrapassam os sete milhões, o desemprego afecta no entanto com maior intensidade os turcos, italianos e gregos.

País com uma tradição velha de quarenta anos de destino privilegiado de imigração, a Alemanha vive hoje um fenómeno

novo: os trabalhadores alemães começam eles próprios a procurar emprego no estrangeiro, em particular nos países limítrofes como a Suíça, Dinamarca e Holanda. Em 1997, os pedidos de emprego registados ascenderam a 50.000. Mas para os alemães não é fácil a adaptação ao estrangeiro: como escrevia há dias o *Die Zeit*, «os salários na Holanda, por exemplo, correspondem... à ajuda social alemã».

## Dinamarca Governo impõe acordo para acabar com greve

«Os sindicatos e o patronato não conseguiram chegar a acordo. A situação tornou-se grave e exigia acção» - assim justificou o primeiro-ministro social-democrata, Poul Nyrup Rasmussen, a sua decisão de intervir, por via parlamentar, para pôr termo a 11 dias de greve que paralisaram a Dinamarca.

O «acordo» imposto às duas partes, consubstanciado num projecto de lei aprovado dia 7 no parlamento dinamarquês, obrigou o meio milhão de grevistas a voltar ao trabalho, condição essencial para o Governo dar início à campanha do referendo sobre o tratado de Amesterdão, agendado para 28 de Maio.

O «acordo» procura fazer a síntese entre as reivindicações dos grevistas - que reclamavam uma sexta semana de férias pagas, e rejeitavam o aumento de um dia de férias, um aumento de 0,9 por cento por ano para as contribuições para a segurança social e um aumento de duas coroas no salário mínimo, que se situa actualmente em 76.40 coroas (1.834 escudos) por hora - e do patronato, apostado em não ultrapassar os aumentos salariais já acordados em Março (4,25 por cento em 1998, 4 por cento em 1999).

Assim, a legislação consagra mais dois dias de férias a todos os trabalhadores dos sectores envolvidos no conflito e mais

três aos que tiverem filhos com menos de 14 anos. Em contrapartida, a contribuição patronal para as pensões de reforma dos trabalhadores é reduzida e o seguro de doença de 325 coroas (48,2 dólares) por trabalhador, pago desde 1 de Janeiro último, é suprimido.

Tanto a confederação sindical LO como a federação patronal DA acolheram mal a intervenção do governo.

O dirigente sindical da LO, Hans Jensen, qualificou de «inaceitável esta diminuição das quotizações patronais para as pensões de reforma», considerando que «a confiança no governo sofreu um sério golpe, por causa desta intervenção».

Embora reconhecendo que «o projecto de lei governamental contém aspectos positivos», Hans Jensen critica a forma encontrada pelo executivo para financiar os dias de férias suplementares.

Por seu lado, o director do patronato DA, Joern Neergaard Larsen, lamentou «esta intromissão do governo, que favorece

os assalariados», sublinhando ser «preocupante que o governo, apoiado pelo parlamento, recompense a base - trabalhadora - que rejeitara em 24 de Abril o compromisso sobre as convenções colectivas concluído entre os seus representantes e os empregadores». Com efeito, a greve surge na sequência da

recusa pelas «bases» do acordo concluído previamente entre os seus representantes sindicais e o patronato, o que levou a LO a exigir a revisão do acordo que havia assinado cerca de um mês antes.

Segundo dados do Ministério das Finanças da Dinamarca, o conflito - o maior dos últimos

13 anos - custou ao país cerca de 8.500 milhões de coroas (1.260 milhões de dólares) em perdas de produção. Nas contas da Câmara de Comércio, as perdas foram mais elevadas, oscilando entre 12.000 e 15.000 milhões de coroas (entre 1.800 e 2.200 milhões de dólares).

## Um sistema diferente

O movimento grevista vivido na Dinamarca parece no mínimo estranho numa Europa onde a grande batalha que se trava é a do combate ao desemprego. Acontece que, na sequência de reformas levadas a cabo nos últimos quatro anos, a taxa de desemprego no país baixou de 12 por cento para 7 por cento, enquanto a economia regista um crescimento de três por cento desde há alguns anos.

O sistema dinamarquês assenta na flexibilidade salarial, liberdade quase total para efectuar despedimentos, elevadas indemnizações, consenso global entre os parceiros sociais. Se é verdade que não há praticamente qualquer protecção contra o despedimento, não é menos verdade que todos os que perdem o emprego têm a garantia, no prazo máximo de dois anos, de uma oferta de emprego (de aceitação obrigatória) e da respectiva formação, sempre que se trate de uma área para que o trabalhador não está qualificado. Ou seja, ao contrário do que sucede na generalidade dos países, em que os serviços de emprego procuram colocações compatíveis com a qualificação do trabalhador, na Dinamarca, quando o desempregado não encontra colocação na sua área de actividade, o Estado garante a formação para o emprego disponível.

Segundo os especialistas, esta mistura entre o tradicional Estado social escandinavo e a flexibilidade à americana, que origina uma elevada rotatividade a nível do emprego, contribui não apenas para a reinserção dos desempregados na vida activa, mas garante sobretudo a formação contínua, o que permite às empresas «melhorar a sua combatividade e, em última análise, criar novos empregos».

O desacordo agora registado entre trabalhadores e patronato assenta em visões distintas quanto à aplicação do sucesso do sistema dinamarquês: enquanto os primeiros entendem chegada a hora de ver compensada a sua produtividade e a aceitação do plano de austeridade que levou à recuperação da economia, os segundos temem que o aumento dos custos salariais prejudique a competitividade das empresas.

É neste contexto que ocorre a intervenção governamental. Os governos dinamarqueses intervieram 10 vezes em 11 nos conflitos sociais que atingiram o reino desde a segunda guerra mundial, impondo através de uma lei do Parlamento uma solução às duas partes (sindicatos e patronato) e obrigando os grevistas a retomar o trabalho. Uma vez aprovada a legislação, a greve é considerada ilegal e os grevistas passíveis de sofrerem multas.

## Indonésia

# O julgamento de Suharto

**As manifestações contra o regime de Suharto continuam por toda a Indonésia. Mas a contestação não se fica pelas ruas. Os protestos têm agora uma cara: Amien Rais. O líder da segunda organização mais importante do país, vai ao encontro das reivindicações dos estudantes e reclama a demissão do presidente.**

Amien Rais, dirigente da associação islâmica Muhammadiyah - que conta com 28 milhões de associados -, encabeça uma lista de personalidades indonésias signatárias de um documento que exige a queda de Elias Suharto, «como pede o povo». O objectivo é pôr fim aos «confrontos sangrentos que diariamente se registam» e demitir o governo que está à frente do «país mais corrupto do universo».

«Tentarei que ele caia. Quanto mais cedo melhor», afirmou Rais, numa conferência de imprensa realizada na segunda-feira passada, em que apresentou o texto assinado por 39 ex-apoiantes do regime como antigos generais, antigos ministros e antigos altos funcionários.

A estratégia apresentada passa por formar uma comissão de políticos, líderes religiosos e étnicos, e conseguir a anulação da reeleição de Suharto pela Assembleia Consultiva Popular, que teve lugar no passado mês de Março.

«Se a Assembleia Consultiva Popular respeitar, de facto, as aspirações e os interesses do povo, deve anular a eleição do presidente Suharto e do vice-presidente Habibie», lê-se no texto.

Na opinião de Rais - que declarou em entrevista ser a favor da autodeterminação de Timor-Leste -, «as Forças Armadas só têm duas escolhas: proteger a família Suharto ou proteger os interesses do povo».

### Estudantes prosseguem «manifs»

As ruas da Indonésia continuam a ser palco dos protestos estu-

dantis contra as medidas económicas e as autoridades. Na sequência dos confrontos entre a polícia e os manifestantes, o



Estudantes e polícias em confronto em Bandung

número de mortos e de feridos vai aumentando, bem como o número de detidos. Jacarta, Medan, Bandung e Ujung Pandang são as cidades mais envolvidas.

Contra bastões, gás lacrimogéneo e balas de borracha, os estudantes usam pedras sem se deixarem intimidar pela forte presença militar e policial nas ruas.

A população civil começa a juntar-se aos protestos. O primeiro passo foi dado pelos motoristas

dos transportes públicos, na semana passada.

As perspectivas não são muito optimistas. Suharto rejeita qualquer remodelação imediata do seu gabinete, advertindo que «as forças de segurança actuarão contra os que perturbem e arruinem a estabilidade nacional». Para o presidente, há que fazer «sacrifícios dolorosos» e «reunir todas as reservas de disciplina social».

Mas, parece que a referida «estabilidade nacional» já nem sequer é aparente. O ministro da Defesa e comandante do exército, o general Wiranto, apelou aos estudantes para porem fim à contestação, admitindo a possibilidade da realização de reformas. «O exército está pronto a discutir as reformas e a concretizá-las, mas isso deve ser feito de forma gradual e respeitando a Constituição», disse.

Na sua reunião de sábado, o G7 - o grupo dos sete países mais industrializados - mostrou-se preocupado com a situação na Indonésia. Segundo uma fonte citada pela agência Lusa, não referiram os problemas políticos no país, defendendo que «é necessário, em primeiro lugar, lutar contra as consequências sociais da crise económica».

«Os países participantes, incluindo os Estados Unidos, estão de acordo em que a Indonésia está a aplicar de maneira satisfatória o acordo» com o FMI, acrescentou.

Contando com o apoio de todos os países, as autoridades indonésias vão continuar a lutar contra a contestação interna o melhor que podem. Até quando é que não se sabe...

## Rússia

# Inquérito à «nova» juventude russa

O jornal do Partido Comunista Australiano, *The Guardian*, publicou recentemente um artigo do seu correspondente Rob Gowland sobre a juventude pós-soviética da Rússia, a partir de um inquérito anual sobre atitudes sociais realizado pelo Instituto Russo da Juventude. Publicamos o artigo de seguida.

Terão visto os artigos na imprensa sobre o último inquérito sobre as atitudes sociais dos jovens russos? Tenho a certeza que os capitalistas o lerão com prazer.

Metade dos jovens com 17 anos concorda com um emprego onde haja boas possibilidades de ser subornado. Nove por cento

diz querer apenas um trabalho com essas condições.

Nos tempos soviéticos, os jovens tinham uma carreira garantida, que podiam melhorar ou alterar com os seus próprios esforços. A ausência de quaisquer garantias para os jovens da Rússia de Ieltsin reflecte-se no facto de 65 por cento considerar que se

casariam por dinheiro. Mais de um jovem em quatro aceitará dinheiro em troca de sexo.

Este tipo de concepções surge dos valores promovidos pela sociedade capitalista. Pode-se constatar até onde chegaram os valores morais referindo o facto de quase metade dos jovens inquiridos acreditar que é aceitável conseguir aquilo que se quer utilizando a força.

Esta é uma geração cujos objectivos de vida são aparentemente casar com alguém rico, vender-se a alguém rico ou enganar alguém rico. Quase 57 por cento considera o dinheiro a coisa mais importante no mundo.

Devido ao advento capitalista, a maioria dos russos viram todo o seu dinheiro evaporar com a hiperinflação, os preços a subir vertiginosamente e os empregos a desaparecer, num país que não conhecia o desemprego há duas gerações.

E qual é a carreira de eleição da juventude da Rússia pós-soviética? A maioria prefere a gerência de um banco comercial. A segunda escolha vai para gestor executivo, negócio aparentemente irrelevante.

Em terceiro lugar aparece a profissão de guarda-costas. A segurança um dos sectores com um crescimento mais rápido na Rússia, com quase meio milhão de pessoas a trabalhar nele.

A quarta escolha é a de chefe da máfia. Não é surpreendente, visto serem eles quem têm dinheiro. E em muitos casos eles são também investidores.

O inquérito foi levado a cabo pelo Instituto Russo da Juventude.

O seu presidente, o professor Boris Ruchkin, diz que os dados são preocupantes, mas não se mostrou muito perturbado. «Os jovens estão melhor adaptados às condições da economia de mercado», afirmou.

No entanto, o inquérito constatou que um grande número dos entrevistados acabou por se empregar como pequeno comerciante ou segurança, ou a trabalhar na indústria do jogo.

Os jovens russos podem dizer a si próprios que ninguém lhes diz o que fazer - e essa parece ser uma atitude comum -, mas na verdade têm menos liberdade e muitas mais preocupações do que os seus predecessores.

Pode parecer que as suas escolhas em relação às carreiras são fruto das sua própria escolha, mas na verdade são circunscritas pelas necessidades económicas, pela falta de opções de emprego, por uma educação fraca e por uma visão de mundo limitada. Eles são livres de escolher entre as poucas opções que o sistema lhes oferece. Ou morrem de fome, ou juntam-se ao crime organizado.

Mais ou mais tarde - e provavelmente mais cedo -, os jovens desiludiram-se com a falta de oportunidades nesta sociedade de mercado livre e com a actual pobreza. Procurarão algo melhor, algo basicamente diferente.

E não sentirão nostalgia de um sistema de que não se lembram. Revoltar-se-ão contra um sistema que exprimentaram em primeira mão, contra as suas iniquidades e injustiças, a sua anarquia e a sua falta de humanidade. E irão mudar tudo isso.

primeira volta das eleições legislativas húngaras, realizadas no domingo, com 32 por cento dos votos.

O partido de direita Federação de Jovens Democratas ficou com 28 por cento, mais sete por cento do que em 1994. Este aumento de votação deve-se à concentração da maioria dos votos da oposição neste partido. Outras formações de direita conseguiram entrar no Parlamento, como é o caso do partido «A Verdade e a Vida» (de filosofia fascista) e o Partido dos Pequenos Proprietários (nacionalista).

## Israel põe em causa processo de paz

O primeiro-ministro israelita recusou, no fim de semana, a proposta dos Estados Unidos de retirar as suas forças de 13 por cento do território palestino ocupado e de participar numa nova cimeira a realizar em Washington. Com esta decisão, Benjamin Netanyahu diz não ao relançamento do processo de paz e põe em causa a resolução do problema. Apesar de Israel e a Autoridade Palestiniana terem acordado uma retirada de 30 por cento nos Acordos de Oslo, o governo judeu recusa agora uma saída que ultrapasse os nove por cento. Os palestinianos, por seu lado, aceitam o plano dos EUA.

## Sinn Fein aceita acordo da Irlanda do Norte

Reunidos em congresso extraordinário, os republicanos irlandeses do Sinn Fein aceitaram o acordo de paz do Ulster. Cerca de 95 por cento dos 1500 delegados presentes votaram a favor, entre os quais se encontravam quatro presos do IRA libertados por 48 horas graças à intervenção da ministra britânica para a Irlanda do Norte. Para o líder da organização, Gerry Adams, trata-se de um acontecimento «histórico» que permite o início de uma «nova fase», sem que sejam postos de lado os objectivos de acabar com a «separação da ilha, o veto unionista e o domínio britânico».

## Espanha

# Manifestações contra assassinio de vereador

O assassinio do vereador da Câmara de Pamplona, Tomás Caballero, pela ETA, na passada quarta-feira, motivou manifestações de protesto em toda a Espanha. Dezenas de milhar de espanhóis saíram à rua no dia 7 exigindo o fim da violência, enquanto nos locais de trabalho se cumpria uma paragem de meia hora convocada por sindicatos e entidades patronais.

Tomás Caballero, edil da União do Povo Navarro (UPN), foi assassinado por dois membros da ETA com dois tiros na cabeça em frente de casa. Trata-se de o sexto vereador assassinado nos últimos três anos e meio, e o primeiro que não pertence ao Partido Popular de José Maria Aznar, no poder. A UPN está no entanto coligada com os «populares» na Câmara de Pamplona.

O enterro, no cemitério de São José em Pamplona,

celebrou-se depois de o cortejo fúnebre de um quilómetro de comprimento, formado por uma centena de veículos, percorrer as principais ruas da cidade, entre os aplausos de milhares de pessoas.

No Congresso e no Senado espanhol guardaram-se cinco minutos de silêncio em memória de Tomás Caballero, tal como em muitas outras instituições e municípios de todo o país.

Este assassinio colocou de novo na ordem do dia a polémica entre os que defendem um diálogo «sem condições» com a ETA, principalmente os nacionalistas bascos, e os que se opõem a isso, entre eles o Governo de Madrid. Declarações do primeiro-ministro José Maria Aznar, afirmando que os membros da ETA e do Erribatasuna seriam todos presos, provocaram entretanto um acirrar dos ânimos, já que este último é um partido legal.

Texto:  
Margarida Folque  
Fotos:  
Jorge Caria  
e Vitor Castro

## Droga e branqueamento de capitais

# Dois flagelos directamente associados

**D**roga e branqueamento de capitais foram os temas em debate no fórum que na passada quinta-feira o PCP realizou no Hotel Metropolitan, com a presença do Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e a intervenção de diversas entidades e especialistas nacionais e internacionais.

Na mesa, para além de Carlos Carvalhas, encontravam-se Sérgio Ribeiro, deputado comunista no Parlamento Europeu que dirigiu os trabalhos, António Filipe, deputado e membro do CC, Carlos Gonçalves, também do Comité Central, Manuela Bernardino e Carlos Aboim Inglez, da Comissão Central de Controlo, e Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política. Integravam ainda a mesa os italianos Leoluca Orlando e Francesco Forgiane, e o francês François Auguste, que a convite do PCP se deslocaram a Lisboa para participar no Fórum.

Na sala, entre uma assistência de mais de cem pessoas, podiam ver-se representantes da Procuradoria Geral da República, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, da Polícia Judiciária, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Gabinete de Planeamento, Coordenação e Combate à Droga, da Inspeção-Geral de Jogos ou da Associação Sindical dos Funcionários da Investigação Criminal da Polícia Judiciária. Alguns destes convidados entrevistaram colocando importantes questões com que os especialistas se debatem e sobre as quais existem por vezes dúvidas e posições divergentes. Questões que fundamentalmente se relacionam com a eficácia das medidas de combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais e que permitiram um debate de grande riqueza.

### Um controlo difícil

Alguns factos ressaltaram desde logo. É o caso da existência de uma «associação directa entre o branqueamento de capitais e a criminalidade internacionalmente organizada», para que António Filipe alertou, defendendo ser de importância decisiva para o sucesso de qualquer estratégia de combate à droga, o combate ao branqueamento de capitais - «parte essencial do "aparelho circulatório" das redes criminosas».

Há, pois, que reflectir sobre a razão por que, apesar da legislação em vigor desde 1993, é tão fácil o branqueamento de capitais e tão difícil o seu controlo.

Por sua vez, a Procuradora da República, Maria Clara Rodrigues, defendeu a necessidade de adaptar o sistema jurídico português - penal e judiciário - ao combate ao tráfico de droga e ao branqueamento. Combate dificultado pela falta de legislação de protecção às testemunhas e pelo facto de o ónus da prova recair sobre o Ministério Público.

O inspector Tomé, da Polícia Judiciária, falou da «juventude» da brigada que dirige - com apenas três anos - e do reduzido número de elementos que a integram, apenas sete, factores que dificultam a sua actuação.

Jorge Dias Duarte, delegado do Procurador da República, citou Pino Arlacchi, director executivo do Gabinete das Nações Unidas para o Controlo das Drogas e Prevenção do Crime, lembrando que se estima «que um bilião de dólares, provenientes de lucros do crime, sejam electronicamente introduzidos/transferidos, através dos mercados financeiros mundiais, diariamente».

Carlos Gonçalves denunciou «a desregulamentação globalitária deste fim de século», propiciadora de «conjunturas favoráveis ao branqueamento de capitais: «Sem o dinheiro da droga, cairiam por terra negócios colossais, seriam impagáveis algumas guerras, milhares de bancos e grandes empresas e alguns Estados entrariam em falência e provavelmente, em países como a Rússia, o relançamento da chamada "economia de mercado", ou seja, o domínio da economia pelo capital financeiro, seria impraticável».

### «Como peixe na água»

A caracterização do sistema financeiro e do sistema económico mundial e o seu funcionamento, os perigos de agravamento das operações de branqueamento resultantes da criação do euro, a velocidade a que hoje é possível fazer operações bancárias e transferências electrónicas, as medidas que o PCP preconiza para o combate a estes fenómenos, a experiência e soluções preconizadas por forças políticas de esquerda de outros países foram questões debatidas, algumas delas com bastante profundidade. Foi, no entanto, sobre o sigilo bancário e os chamados «paraísos fiscais» que sobretudo recaiu a atenção dos vários intervenientes, neste debate a que o adiantado da hora imprimiu também alguma velocidade.

Carlos Carvalhas encerrou os trabalhos agradecendo a participação de quantos quiseram contribuir para o enriquecimento de um debate que reflecte a profunda preocupação dos comunistas com a gravidade crescente da toxicodependência e do tráfico de drogas.

Para o Secretário-geral do PCP, «os autores e beneficiários do branqueamento de capitais são os principais responsáveis e são também os que obtêm fortunas fabulosas e com muito menores riscos do que os pequenos traficantes. São grandes senhores do dinheiro que, por diversas formas, disfarçaram as suas actividades, chegando até a financiar, por vezes, uma ou outra actividade filantrópica que lhes dá seriedade e credibilidade».

Hoje, com a «teologia do neoliberalismo, o livre movimento de capitais, as privatizações, a desregulamentação e o endeusamento do dinheiro e do lucro», sublinhou Carlos Carvalhas, o branqueamento de capitais «insere-se no sistema como peixe na água e alimenta os impressionantes fluxos financeiros e especulativos».

Por mais distante que se esteja destas questões, disse por fim, «ninguém fica insensível ao ver por estas cidades tantos e tantos jovens, arrumadores de carros, desunhando-se para conseguir comprar a dose diária...».

Daí que o PCP continue a agir «a nível nacional e internacional, nas instituições e fora delas, para que este flagelo seja combatido com empenho, com meios e com seriedade, não esquecendo que por detrás das grandes fortunas do narcotráfico estão muitos milhares de famílias, muitos milhares de cidadãos psicológica e fisicamente destruídos, muitas mortes por overdose».

## «Financeirização» marca capitalismo contemporâneo

Na caracterização feita por Carlos Aboim Inglez ao sistema económico capitalista mundial, são apontadas as «colossais somas de dinheiro» que vêm sendo deslocadas para a esfera improdutiva e especialmente aplicadas «em actividades rentistas e especulativas, bolsistas, cambiais, imobiliárias e em tráficos ilícitos vários altamente rentáveis».

Hoje, calcula-se que, em torno destes «negócios», girem anualmente mais de 60.000 mil milhões de dólares (em 1995 o Produto Mundial Global foi menos de 29.000 mil milhões), verificando-se um «processo e dinâmica de hipertrofia da esfera financeira, em detrimento da economia real».

Segundo alguns economistas, encontramos-nos ainda numa fase de «sobrepodução crónica latente» reflectida pela «sobredeterminação recíproca de dois movimentos estruturais»: a redução significativa e contínua da taxa de crescimento do produto nas últimas décadas, apesar da introdução das novas tecnologias, e a expansão e funcionamento

relativamente desconectado do crescimento da esfera financeira.

É assim que hoje a concentração e centralização do capital assume um volume assombroso. «Com efeito, as 500 maiores empresas do mundo, com mais de 35 milhões de assalariados directos, com 32.000 mil milhões de dólares de activos realizaram em 1995 um volume de negócios da ordem dos 11.400 mil milhões, com lucros de mais de 320 mil milhões de dólares. Só em 1996, «a fortuna conjunta dos 447 multibilionários mais ricos do mundo foi equivalente aos rendimentos anuais brutos de 50 por cento da população do mundo, isto é, mais de 2.600 milhões de seres humanos».

É, pois, num «mundo cada vez mais fracturado» que surge o «magno fenómeno do desemprego massivo e crónico». A que é preciso somar «a realidade em expansão do subemprego do mais variado tipo e a baixa dos salários reais, tudo desembocando na precarização crescente da existência, no crescimento da pobreza e da marginalização social».

Uma situação que propicia o desenvolvimento do tráfico de estupefacientes e outras actividades ilícitas e é alimentada pelas políticas económicas neoliberais e monetaristas.

Segundo estudos recentes do FMI, «cada ano, os lucros financeiros líquidos tirados de actividades criminosas representariam 500 mil milhões de dólares (praticamente 2% do PIB mundial). Mas as organizações criminosas, para além de lucros, querem «respeitabilidade e influência económica e política, isto é, poder». É aí que os «vários» dinheiros «se misturam e confundem», reconhecendo os próprios banqueiros a sua «porosidade» ao dinheiro ilícito - designadamente pelo «coriáceo segredo bancário».

Só o secreto mundo dos «negócios sem rosto», dos «paraísos fiscais e centros de finança off-shore, era já em 1991 avaliado em mais de 1 bilião de dólares US. Um mundo que pretende «mercantilizar tudo o que é humano» e a que é necessário dar «uma luta sem tréguas».



## PCP com os trabalhadores

# Defender e concretizar direitos

**«Valorizar o trabalho e os trabalhadores – Defender e concretizar direitos»**

é o lema da campanha nacional do PCP, lançada na passada terça-feira no Centro de Trabalho Vitória, com a intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, que definiu os objectivos desta iniciativa, alertando para um novo ataque ao mundo do trabalho.

A campanha que hoje aqui lançamos visa realçar, alertar e consciencializar os trabalhadores e a opinião pública sobre uma nova ofensiva protagonizada agora pelo PS, dissimulada com algumas medidas positivas, que estão a ser anunciadas pontualmente, para abrir caminho ao ataque contra direitos e a dignidade do trabalho e dos trabalhadores.

Esta campanha do PCP insere-se também no esforço que o Partido tem vindo a desenvolver para dar um novo impulso à organização e ao estreitamento e intensificação da sua ligação à classe operária e aos trabalhadores e às suas aspirações, lutas e justas reivindicações.

Esta ofensiva contra o “mundo do trabalho” procura dar corpo no plano legislativo a uma outra ofensiva que se desenvolve há vários anos, uma ofensiva assente na teologia e nos dogmas do neoliberalismo e na retórica discursiva sobre o social, procurando inculcar a ideia de que o único caminho para se dar resposta aos problemas de hoje está na crescente desregulamentação, precarização, liquidação de direitos, na privatização dos serviços públicos e no restringir as

funções sociais do Estado, a um mínimo assistencial. Tudo em nome da santa competitividade encarada na sua lógica de guerra, de esmagamento dos adversários e assente nos três rigores: orçamental, monetário e salarial. Que o mesmo é dizer: apertar o cinto a quem trabalha e arrasar tudo o que possa travar ou limitar o máximo lucro.

O poder do dinheiro dita os valores, os comportamentos e adapta a lei aos seus interesses e os mercados (leia-se capital financeiro, bolsa) que não têm



O PCP com os  
Trabalhadores

**Por  
salários  
dignos**

PCP

certidão de eleitor, escrutinam as decisões e são o alfa e o ómega do "politicamente correcto". É o credo do "Pensamento Único", ao serviço da plutocracia.

É nesta lógica que a polarização da riqueza e da pobreza, quer no quadro dos países mais desenvolvidos quer a nível mundial, atinge proporções jamais vistas e que pode ser exemplificado com os 60 milhões de pobres no país mais rico do mundo, os EUA, ou à escala planetária com as fortunas dos 358 multimilionários que é superior ao rendimento de 45% da população mais pobre (2,6 milhares de milhões de pessoas!).

É no âmbito desta pressão ideológica que os estrangulamentos da União Económica e Monetária concebida segundo os critérios neoliberais são usados como pressão sobre os salários, os direitos dos trabalhadores e as funções sociais do Estado.

Pressão que vai continuar e até acentuar-se. Ainda hoje um matutino (Diário Económico) nos dá conta que a Comissão Europeia recomenda no âmbito das grandes orientações da política económica que "Portugal deverá aproveitar as condições económicas favoráveis para rapidamente fazer baixar o seu saldo orçamental para uma posição próxima do equilíbrio ou mesmo excedentária tal como é exigido pelo Pacto de Estabilidade". É como se um corredor chegasse ao fim de uma corrida e depois em vez de parar ainda lhe fosse exigido continuar e em maior ritmo...

O PCP com os  
Trabalhadores

Por  
melhor  
segurança  
social

PCP



## Melhorar as prestações sociais

É também neste quadro que se inserem as chamadas reformas estruturais sobre a segurança social, a saúde e o ensino. Estas reformas, aparecem agora com mais clareza ligadas à necessidade de o Estado reduzir os gastos sociais para cumprir os critérios de convergência de Maastricht, que continuam ainda de forma mais rígida depois da entrada no Clube do Euro, como manda a Alemanha através do "Pacto de Estabilidade".

São reformas não no sentido de melhorar os sistemas. São reformas que vão no sentido de o Estado ainda se desresponsabilizar mais das suas funções sociais. São reformas que pretendem concretizar e acentuar o princípio neoliberal: **de quem quer saúde, ensino, segurança social que a pague e quem quiser ter benefícios orçamentais e pagar menos impostos só tem que se tornar rico ou tornar-se banqueiro.**

Em relação à Segurança Social, como sabeis, vamos insistir na Assembleia da República para que se verifique um aumento extraordinário de 3.000\$00 em relação às pensões inferiores ao salário mínimo, o que é justo no plano social e no plano de combate à

pobreza, é comportável no âmbito do Orçamento da Segurança Social e é um factor de dinamização económica.

O PP acenou agora com a elevação da pensão mínima do regime geral para o valor do salário mínimo nacional - que afinal não é esse valor, mas menos 11% - num prazo de cinco anos.

Nós, comunistas, estamos muito à vontade nessa matéria, porque há muitos anos, não só de agora, já defendemos "a melhoria das prestações sociais e a elevação dos seus valores, em especial das pensões que se encontram num nível mais degradado" e há muito que defendemos de facto a "aproximação gradual mas efectiva das pensões e das reformas mínimas do salário mínimo nacional".

O que é preciso esclarecer na "mistificação Portas" é que o PP pretende utilizar o aumento das pensões mínimas como engodo para destruir o sistema público de Segurança Social, reduzindo-o a um modelo assistencial de mínimos e liquidando os direitos de quem constrói a sua pensão através de contribuições ao longo da vida.

O que é preciso esclarecer na "mistificação" do PP é que a destruição do sistema público da Segurança Social, através de um tecto ou *plafond* muito baixo, é apenas um instrumento para a privatização da Segurança Social, para a entrega à rapacidade das seguradoras e das gestoras de fundos de pensões, do dinheiro e do

futuro dos actuais contribuintes, ainda por cima com chorudos benefícios fiscais à custa de todos nós.

Mas seria de esperar outra coisa de uma proposta de "reforma" da Segurança Social e que foi elaborada, segundo noticiou a comunicação social, por um administrador da *holding* Seguros e Pensões - o braço do Grupo BCP/BPA que já detém actualmente um quinto da quota do mercado desses produtos financeiros em Portugal?

Resta saber se também nesta questão o PP e o PSD não virão a servir de lebre para aquilo que o PS pretende fazer embora de forma mais camuflada.

E este é hoje o drama do PSD: não só vê o PS a praticar por vezes de forma mais hábil uma política neoliberal com a qual intimamente e nas questões mais essenciais está de acordo, como vê o PS ainda por cima a inaugurar aquilo que o cavaquismo iniciou!

E é este drama que explica que o PP e o PSD apareçam muitas vezes a fazerem o papel de lebres (privatização da CGD, RTP...) e é também o drama do PP que explica a "retórica de esquerda" e a gritaria oposicionista que o PSD inaugurou após o Congresso para cobrir a sua aliança com um partido ainda mais à direita.

Não somos só nós que o afirmamos. Quem o afirma são analistas, deputados, dirigentes dos dois partidos e até ministros!

## São eles que o dizem

Sérgio Figueiredo, em Março deste ano, escrevia no Diário Económico: "O PCP tem razão. A política económica socialista revelou-se exactamente igual à laranja."

Fernando Ká (militante do PS) disse no fim do ano: "É triste ver o PS seguir políticas que condenava na oposição. Agora faz coisas que causariam inveja ao PSD."

Paulo Mendo (ex-Ministro do PSD), afirmava há um mês (30/4/98): "Vejo com satisfação que a política do PS se aproxima da que foi a minha política e a do governo do PSD!"

Por sua vez, Pina Moura (Ministro da Economia), dizia no Independente (30/4/98) também recentemente: "O governo tem uma política de internacionalização que, aliás, foi em aspectos essenciais definida pelo anterior governo."

O célebre Alberto João Jardim em Março deste ano sublinhava: "Os governos do professor Cavaco e do PS na sua orientação económica são iguais. São dois neoliberais" e acrescentava: "Um dos meus maiores gozos é ver no poder, em nome da esquerda, os tipos que nos anos 70 falavam contra os Champalimauds, os Espíritos Santos e Mellos e agora lhes deram todos os sectores estratégicos do Estado".

Sintetizando tudo isto, Eduardo

Dâmaso, jornalista do Público, escrevia: "Mais do que uma "direita" dos interesses favorecida, existe sobretudo um "bloco central dos interesses" que, desde os anos 80, se tem perpetuado no poder, tanto à sombra protectora do PS como do PSD."

E Mário Melo Andrade, do DN, acrescentava em Abril (11/4/98): "À escala dos grupos económicos, nunca tanto em tão pouco tempo se pareceu com o que ocorreu no início dos anos 70: é "tudo o que quiserem". Há uma estratégia de governação que consiste em governar à direita com o apoio de um partido de esquerda!"

Nós não metemos todos os partidos no mesmo saco. Mas é infelizmente uma realidade que, tal como hoje analistas e comentadores de vários quadrantes formulam, nas questões mais estruturantes e essenciais o Governo PS continua, com mais ou menos retórica social, com mais ou menos encenação dialogante, a política que o povo português e em particular os trabalhadores quiseram ver derrotada.

Nós não combatemos siglas. Nós combatemos a política da direita e procuramos através de propostas e medidas alternativas mostrar que há outras opções e outros caminhos, mostrar que é necessário mudar de rumo na política nacional.



O PCP com os  
Trabalhadores  
Valorizar  
o trabalho e os  
trabalhadores,  
defender  
e concretizar  
direitos.  
PCP

## Um Partido que não baixa os braços

Somos um Partido que não baixa os braços, um partido que mobiliza consciências e congrega esforços e vontades, na acção reivindicativa, na defesa, exercício e conquista de direitos, na luta de massas por melhores condições de vida, um Partido cujo traço mais essencial se traduz por procurar através da acção concreta e através de propostas e medidas resolver os problemas e abrir perspectivas de esperança e de progresso.

Por isso decidimos lançar esta campanha que hoje aqui anunciamos e que se vai traduzir por uma diversificada e vasta acção de contactos com trabalhadores. Procuraremos demonstrar que na nossa intervenção política quotidiana, nas iniciativas legislativas que apresentamos fomos consequentes com o que dissemos nas campanhas eleitorais, com o que inscrevemos no nosso programa, que estamos com eles nas

empresas, na Administração Pública nos seus protestos e na sua luta directa, mas também com eles na Assembleia da República incorporando em lei, em projectos e propostas as suas justas aspirações, reivindicações e direitos.

Nas áreas do emprego, do horário de trabalho, dos salários, da higiene e segurança nos locais de trabalho e da sinistralidade, do combate ao trabalho infantil e às discriminações que recaem sobre os jovens e as mulheres trabalhadoras tomámos iniciativa e fizemos propostas. E em relação ao trabalho infantil queremos também deixar expresso nesta campanha o nosso apoio solidário à "Marcha global" contra a exploração do trabalho infantil a terminar em Génève por ocasião da Conferência da O.I.T.

Apresentámos alternativas, encontramos soluções e resistimos e procurámos corrigir os conteúdos mais gravosos dos sucessivos pacotes laborais.

Continuaremos com esta postura com empenho e determinação.

## Expo, pressão e chantagem

E permitam-me que aqui levante uma primeira questão que constitui simultaneamente um alerta e uma responsabilização.

O Governo tem vindo a reclamar aos trabalhadores e aos Sindicatos um período de estabilidade social em nome do êxito e da imagem da Expo'98. Mas é o Governo que parece que quer aproveitar o período da Expo para de forma célebre proceder a mais uma ofensiva legislativa desregulamentadora de direitos dos trabalhadores, contra a segurança e o conceito do emprego, contra os conceitos de retribuição e de profissão, contra o direito a férias e pelo alargamento da precarização nos contratos a prazo e no trabalho temporário.

Se o governo pede estabilidade, então não deve ser ele a desestabilizar e a avançar com alterações legislativas gravosas e polémicas durante a realização da Expo. O mínimo que o Governo tem a fazer é suspender esta ofensiva legislativa durante a realização da Expo'98.

O Governo não deve utilizar a Expo, que todos desejamos seja um êxito para Portugal, como pressão e chantagem para impor aos trabalhadores mais precarização e desregulamentação laboral. Este é o nosso alerta, que é simultaneamente uma chamada à responsabilidade do Governo. Se o não fizer, então será o Governo e não os trabalhadores e as suas organizações que propicia e procura a conflitualidade...



# 35 horas sem redução de direitos

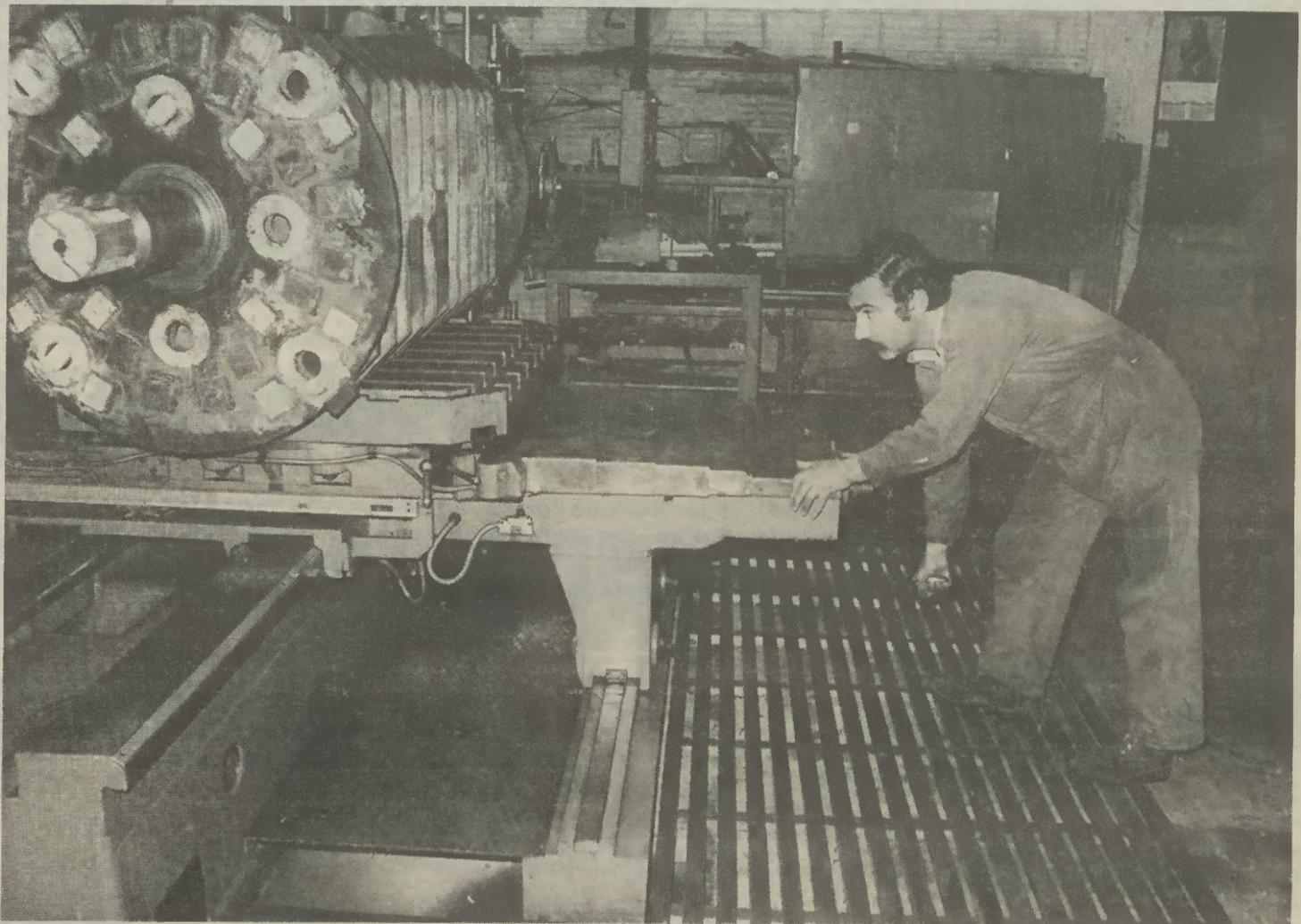
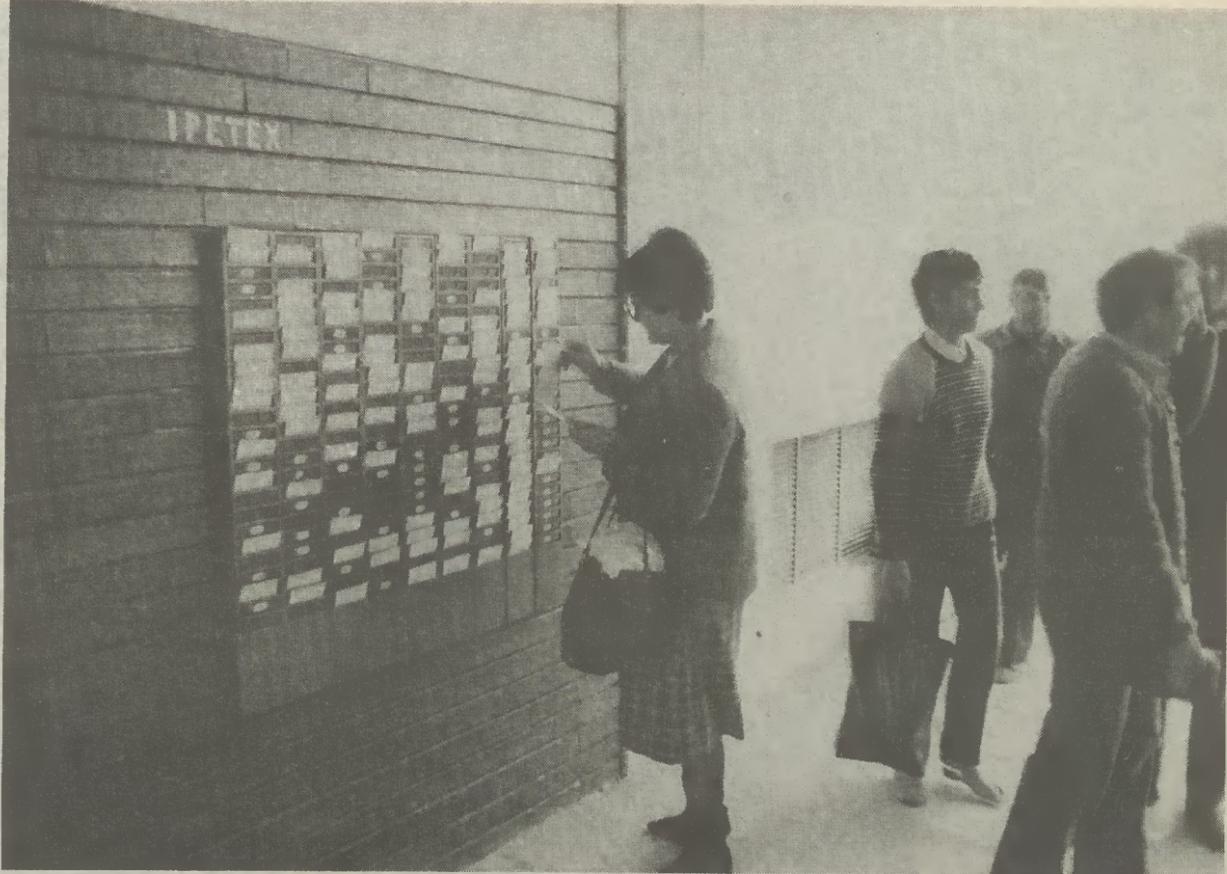
A campanha nacional do PCP pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela defesa e concretização dos seus direitos permitirá dialogar e debater com os trabalhadores as nossas propostas e a sua divulgação em termos mais gerais.

Em correspondência com a reivindicação da CGTP e do movimento sindical unitário anunciada no 1º de Maio, assumimos o compromisso de prosseguir e concretizar por **via da iniciativa legislativa**, a batalha da redução do horário de trabalho sem diminuição do salário e dos dois dias de descanso semanal. Tomaremos uma iniciativa legislativa neste sentido e juntaremos os nossos esforços aos de outras forças de esquerda e progressistas no sentido de que **as 35 horas sem redução de direitos e de salários seja uma realidade na União Europeia**.

Importa também consolidar as 40 horas, desenvolver esforços para evoluir na negociação na construção e na acção reivindicativa para que a Jornada de Trabalho tenha redução faseada. A nossa proposta de redução do horário do trabalho será sustentada na realidade económica do nosso país, no seu nível de produtividade, no seu desenvolvimento, isto é, será apresentada com sentido responsável e socialmente justo.

Iremos avançar também com a reposição de projectos-de-lei sobre a idade de reforma das mulheres trabalhadoras, de combate ao trabalho infantil, de valorização do salário mínimo nacional e das reformas e pensões mais degradadas, de efectivação da igualdade de direitos das mulheres e dos jovens trabalhadores, de propor medidas de defesa e modernização do sistema de Segurança Social como direito universal.

E se formos confrontados com este novo surto legislativo que o Governo tem em mente, a nossa opção e as nossas propostas terão como objectivo central defender o emprego com direitos, combater a desregulamentação e a precarização, firmados na convicção de que a cidadania também se cumpre e realiza e reforça a partir dos locais de trabalho.



# Há outra política alternativa

Não se pode aceitar que milhares e milhares de trabalhadores e suas famílias fiquem à margem do crescimento económico.

Não se pode aceitar que ao mesmo tempo que se anunciam com triunfalismo aumentos salariais de 2,5 e 3% para um ano, publicam-se e divulgam-se valorizações de capital de 30% num só trimestre e valorizações bolsistas de 60% desde o início do ano!

Não se pode aceitar que a distribuição do rendimento nacional continue a penalizar aqueles que vivem do seu trabalho.

Não se pode aceitar que Portugal tenha os mais baixos salários, o mais baixo salário mínimo, as mais baixas reformas sociais e os mais elevados níveis de pobreza e simultaneamente se equipare com os países mais desenvolvidos quanto aos níveis de concentração de riqueza...

Esta situação não é uma fatalidade. Os portugueses não estão condenados a esta política.

Já houve quem escrevesse (Vicente Jorge Silva) que "se hoje o guterrismo imita o cavaquismo, o marcelismo imitará o guterrismo de ontem" e conclua: "como é triste uma vida política reduzida à alternância entre Dupond e Dupont"...

Os portugueses não estão condenados a este rotativismo. Há outras alternativas.

Há quem queira aprisionar os cidadãos nesse falso dilema, são os que alimentam as campanhas legislativas como se fossem para eleger primeiros-ministros que não são. São para eleger deputados. São os que procuram dar a ideia que o que conta é o partido mais votado, o que é falso, o que conta são as maiorias que se formam. São os que se esquecem de tudo o que ontem escreveram para depois falarem que é preciso votar PS para derrotar a direita vendendo como útil a inutilidade do voto. São ainda os sacerdotes e os cardeais do pensamento único que procuram inculcar a ideia que esta é a única política com eficácia económica!

Querem-nos fazer crer com os dogmas do neoliberalismo que, perante o futuro tão incerto, o único remédio razoável, consiste em tornar o sofrimento suportável para os milhares de famílias em insegurança e exclusão social. Nós pensamos que não.

Que há outra política ao serviço efectivo do povo e do País.

Mas para que se venha a ter outro rumo é necessário que a esquerda que faz a diferença e a diferença que faz a esquerda seja reforçada pelo apoio dos trabalhadores e por aqueles que não se resignaram face às injustiças, às prepotências, à exploração desenfreada, ao dogmatismo, à irracionalidade e à hipocrisia dos que falando no social fazem a política dos grandes senhores do dinheiro.

Nesse rumo com os trabalhadores e com Portugal estará o PCP.

O PCP com os  
Trabalhadores

Mais  
emprego  
com  
direitos

PCP

# Uma teia internacional

Leoluca Orlando, Presidente da Câmara de Palermo, Sicília, e deputado da Rete, **Francesco Forgione**, da direcção nacional do Partido Refundação Comunista, e deputado da Assembleia Regional siciliana e membro da comissão parlamentar antimafia, e **François Auguste**, do Conselho Nacional do PCF e responsável da luta contra a droga, convidados a participar no Fórum sobre droga e branqueamento de capitais, falaram da experiência dos seus países e da «internacionalização» destes fenómenos.

Para Leoluca Orlando, o euro vem facilitar a circulação de capitais ilegais na Europa. Designadamente em relação à mafia, lembra que ela actua localmente, tem complicitades políticas nacionais mas investe internacionalmente. Daí que, para combater a mafia, seja necessário não só prender o braço armado e a inteligência política mas também golpear o «coração financeiro», que é internacional. Mas como o dinheiro se desloca a cada vez maior velocidade, é urgente criar formas de colaboração a nível internacional.

Francesco Forgione diz que o poder da mafia italiana reside na sua capacidade de controlar áreas inteiras do território nacional de um modo total: da actividade criminal ao tráfico ilícito, do

tecido económico ao mercado do trabalho, da banca ao aparelho do Estado. Uma força que lhe vem de um potencial bélico e militar rico e das armas nucleares provenientes dos países do Pacto de Varsóvia, por um lado, e da capacidade de condicionar a política e as instituições, por outro.

Neste quadro, para combater o narcotráfico, defende a despenalização das drogas ligeiras, pois, cabe sobretudo à esquerda passar da cultura e da prática jurídica da repressão do drogado à da repressão do traficante.

François Auguste defende a ilicitude da droga e aponta para uma política de prevenção, de inserção social e de saúde pública.

Alerta para a utilização pelos traficantes das redes de telecomunicações financeiras mundiais interbancárias como a SWIFT, que reagrupa à volta de 3800 bancos em 94 países e assegura um milhão e 600 mil transferências de fundos por dia.

«A utilização dos circuitos de evasão fiscal (os «paraísos fiscais») e o sigilo bancário estão na base da actividade de branqueamento», assegura.

E entre outras medidas que advoga na luta contra o branqueamento de dinheiro sujo, defende uma nova política internacional a favor dos países produtores de droga, a fim de travar o fenómeno na fonte.



O combate ao branqueamento de capitais é essencial no combate à droga, foi uma conclusão unânime do debate



## Um combate que requer eficácia

«A dimensão da toxicod dependência em Portugal exige uma resposta rápida e eficaz.» Contudo, se todos os aspectos de uma política integrada de prevenção são importantes, «o combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais é fundamental».

**Francisco Lopes**, membro da Comissão Política do PCP, a quem cabem estas afirmações, depois de fazer o diagnóstico à situação portuguesa no que se refere ao narcotráfico e ao bran-

queamento de capitais, aponta algumas ideias para reflexão e intervenção sobre a matéria a nível nacional e internacional.

Designadamente a nível internacional, o PCP defende uma nova ordem económica e social mais justa; a prioridade da economia produtiva; o controlo e taxação nos movimentos de capitais; o controlo dos *off-shore* e das operações realizadas a partir desses centros; o alargamento a novos países das regras sobre criminalização; a cooperação policial e o estabelecimento de instrumentos que facilitem a operacionalidade de contactos internacionais das autoridades judiciárias.

No plano nacional, os comunistas defendem, entre outras medidas, o aperfeiçoamento da legislação existente - processual, penal, bancária e sobre o branqueamento de capitais; a consideração da utilidade da criação de uma estrutura de coordenação e avaliação da prevenção do branqueamento de capitais envolvendo as entidades de supervisão e controlo e as estruturas da área de investigação e da justiça; o reforço dos meios e mecanismos de actuação das magistraturas e da Polícia Judiciária; o reforço da especialização dos operadores judiciários; a tomada de medidas para a melhoria da investigação da criminalidade fiscal; a superação de bloqueios e problemas de coordenação na investigação.

Por seu lado, o PCP, aberto à convergência com outras forças e sectores, «assumirá as suas responsabilidades com tomadas de posição e iniciativas no plano político e legislativo, a nível nacional, no Parlamento Europeu e na base de uma mais intensa cooperação internacional».



Carlos Carvalhas no encerramento do debate

## Como de sujo o dinheiro passa a branco...

**José Pitacas**, economista e bancário, deu particular enfoque à questão do sistema financeiro e o branqueamento de capitais, apresentando algumas reflexões.

Segundo estudos da Comissão Europeia, em países como Espanha e Itália, a «economia subterrânea» representa entre 15 a 20 por cento dos respectivos Produtos Internos Brutos, estimando-se que em Portugal, em 1980, esse valor rondasse os 20%, o que equivale a dizer que o valor da economia subterrânea portuguesa se aproxima dos 4 mil milhões de contos.

Traduzindo a palavra «branquear», Pitacas diz que significa «transformar grandes quantidades de dinheiro em numerário (notas e moedas) proveniente de actividades ilícitas em capitais legalmente utilizáveis, dissimulando a fonte e o verdadeiro proprietário dos fundos».

Na cobertura destas operações são utilizados «comércios, com volume de negócios similar, em numerário, nomeadamente restaurantes, antiquários, garagens, discotecas, salas de jogo, lavandarias e agências de câmbio automático ou com o estrangeiro, nomeadamente turismo ou operações de *import/export*».

A multiplicação de operações interbancárias é um dos princípios utilizados pelos traficantes, pois «gera a confusão e dissimula as origens e

os intervenientes». São, ainda, privilegiadas as operações que «garantam o anonimato», como os depósitos ou levantamentos em numerário, emissões de cheques ao portador ou à ordem de um banco, compra de títulos ao portador, transferências para ou de países com fiscalidade favorável e forte sigilo bancário (*off-shore*).

Neste último caso, a operação processa-se da seguinte forma: o numerário - de origem ilícita - é exportado dos países regulamentados para os países não regulamentados, é branqueado no sistema financeiro nacional, oficial ou não oficial desses «paraísos» e regressa particularmente sob a forma de transferências electrónicas, «com oportunidades seguras de aplicação».

Em 1995, segundo uma fonte da Polícia Judiciária, as receitas provenientes do tráfico de droga rondava os 100 milhões de contos, dos quais 20 milhões terão sido branqueados pelo sistema financeiro, sendo que, durante o ano passado, o sistema financeiro nacional terá identificado 27,4 milhões de contos de dinheiro sujo.

Para José Pitacas, temos, pois, «um quadro legal e regulamentar que dá resposta, na generalidade, ao problema do branqueamento», residindo o problema na insuficiente capacidade de detecção dessas mesmas operações.



A participação no Fórum de especialistas nacionais e estrangeiros permitiu um debate de grande riqueza



■ **LUÍSA ARAÚJO**  
Membro  
da Comissão Política

# O peso da consciência... ... de que se faz falta

**O** ENSINO não pode ser um objecto dos governantes para acenar nas promessas e maltratar nas políticas. Os trabalhadores jovens não podem ser uma reserva de mão-de-obra barata, sem direitos, que se vai buscar quando faz falta.

Dois exemplos: lei de financiamento do ensino superior público e discriminação salarial dos trabalhadores jovens. Tanto em comum. Jovens estudantes e trabalhadores alvo duma política que não lhes serve, que não os respeita, que não os protege, que não os incentiva, que não os reconhece como cidadãos imprescindíveis para o necessário desenvolvimento presente e futuro do país.

A Constituição da República é a lei fundamental, nela estão consagrados os direitos a que temos direito. O artigo 74, n.º 2, alínea e) consagra como competência do Estado "estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino". O artigo 59º, entre outros princípios, consagra "o princípio de que para trabalho igual salário igual" "sem distinção de idade...".

A lei de financiamento do ensino superior público decidida pela maioria da Assembleia da República, por proposta do Governo PS, impõe aos estudantes do ensino superior público um aumento brutal da propina, impondo igualmente este pagamento aos estudantes bolsiros. Esta lei, que demagogicamente foi "justificada" pelo Governo como medida para elevar a qualidade do ensino superior, só pode ter um significado objectivo: impor aos estudantes e às suas famílias o financiamento do ensino, cujo investimento é uma obrigação exclusivamente do Estado.

O Decreto-lei 69-A/87, decidido pelo Governo PSD, estabelece uma diminuição em 25% do salário mínimo a jovens, com menos de 18 anos, independentemente do trabalho que executam e estabelece ainda que praticantes, aprendizes e estagiários com menos de 25 anos têm uma redução de 20% do seu salário mínimo. Esta medida, que demagogicamente foi "justificada" como incentivo à contratação de jovens só pode ter um significado objectivo: "permitir ao patronato aumentar os lucros utilizando para as mesmas tarefas trabalhadores a quem paga uma remuneração diminuída".

Medidas que desrespeitam direitos conquistados e que são antecedidas ou acompanhadas de teorias que camuflam formas de exploração, que influenciam opiniões e que procuram encobrir os verdadeiros objectivos da classe que está no poder.

O PCP apresentou na Assembleia da República dois Projectos de Lei que visam alterar estas injustiças através da revogação da legislação que está na sua origem e fazer cumprir a Constituição da República. Relativamente à discriminação dos trabalhadores em função da idade o Projecto de Lei do PCP já foi aprovado na generalidade e está agora em apreciação na especialidade na Comissão de Trabalho Solidariedade e Segurança Social.

## Há ideologias

Cada um e cada grupo que vive as injustiças sociais precisa analisá-las numa perspectiva de classe, isto é, na perspectiva da

sua classe que é afectada pelos interesses de outra classe. A pretensão e tão propagandeada desideologização (palavra mais fácil de escrever do que dizer) dos problemas sociais só pode interessar os responsáveis pela situação criada. Enquanto se levar os afectados a não pensar nas verdadeiras causas, a exploração e a desresponsabilização do Estado, retarda-se o conhecimento e a consciência. É só uma questão de tempo, porque os dias vão chegando para cada um.

É curioso que o papão das ideologias, com o argumento de que elas desapareceram ou que elas só servem para dividir, vem da parte de quem utiliza a sua ideologia naturalmente para defesa dos seus interesses como classe dominante e exploradora, que está interessada em encobrir o carácter profundamente ideológico das suas teorias que não são mais do que uma linha de ideias velhas, apresentadas como novas ou originais.

Não têm nada de original as teorias para desacreditar as reivindicações e a luta das organizações e de amplos sectores sociais. Estas têm por objectivo a passividade, o abandono da vida social consciente, a sujeição política e a conciliação. São campanhas de propaganda para influenciar consciências e sustentar estratégias políticas.

É frequente ouvir as forças políticas que estão no poder acusar os sindicatos por não cooperarem com a resolução dos problemas do emprego e dos trabalhadores. Isto não é mais do que não reconhecer que os trabalhadores e as suas estruturas representativas têm profundo conhecimento da realidade, têm capacidade de analisar, fazer propostas e intervir para uma economia ao serviço do povo e do país. É cíclico ouvir os ministros da Educação, quando querem impor novas leis, dizer que os estudantes estão a ser movidos por manobras partidárias, não reconhecendo a capacidade dos estudantes e das associações que os representam de pensar por si próprios e reflectirem as consequências de uma muito negativa política do ensino e da educação e a capacidade para se fazerem ouvir e intervirem na resolução deste grave problema.

O PCP assume a sua ideologia em defesa da classe explorada, de

todas as camadas sociais afectadas pela política de direita. Aplica-a e transmite-a. Somos marxistas-leninistas na interpretação da realidade, nas respostas e propostas que temos para a resolução dos problemas sociais e para os caminhos da intervenção social e política que conduzem a uma sociedade desenvolvida, com igualdade de oportunidades, a sociedade socialista. O verdadeiro progresso só é realizado com a participação, a valorização e a promoção das capacidades humanas.

## A intervenção de cada um

Entre outras medidas, investir no ensino público gratuito e de qualidade e avançar com políticas de pleno emprego com qualidade e com direitos são vectores fundamentais para o desenvolvimento humano e para o desenvolvimento económico nacional. São factores fundamentais para a realização dos jovens, para o aproveitamento das suas capacidades e para a mobilização das suas vontades de intervir na sua realização pessoal e no contributo colectivo.

Portugal está entre os países da comunidade europeia que menos gasta no ensino. Tendo como referência o Produto Interno Bruto, Portugal gasta na educação menos de 4% do PIB enquanto que, por exemplo, a Dinamarca, a Bélgica e a Holanda ultrapassam os 6%.

Portugal é o país da União Europeia com a menor taxa de quadros técnicos e superiores. Entre os trabalhadores desempregados no nosso país, no final de 1996, 4,8% possuíam cursos médios e superiores. Esta percentagem corresponde a cerca de 23 000, dos quais, 65,8% têm menos de 30 anos. O desemprego global neste período teve um acréscimo de 26,5%, mas o verificado nos trabalhadores diplomados aumentou 96,9%. Além disto é do conhecimento comum que muitos, mas muitos mesmo dos recém-formados com trabalho estão em situação precária ou em áreas que nada têm a ver com o curso frequentado.

Em 1997, o desemprego de trabalhadores de idade entre os 15 e os 24 anos atingiu o número de cerca de 100 000. A situação de vínculo precário no trabalho na mesma faixa etária tem vindo a aumentar, atingindo no mesmo ano de cerca de 177 000 jovens, quando em 1996 esse número era de cerca de 154 000.

São muitos milhares de jovens que não encontram lugar no mercado de trabalho ou não encontram a inserção adequada e a oportunidade de utilizar e desenvolver as suas qualificações.

São frustrações muito grandes para a juventude portuguesa. Desperdícios que o tempo não perdoa, quer no plano humano e social, quer no plano económico.

É imprescindível desenvolver as capacidades de todos em igualdade de oportunidades. É imprescindível a consciência de cada um do direito que tem à realização pessoal.

Os jovens têm objectivos de realização e de participação. É preciso que se batam por eles. Isto só é possível com a consciência de que são imprescindíveis para a defesa dos seus direitos e dos seus projectos de vida. Os jovens não podem ceder à desilusão pela prática da vida comparada às promessas eleitorais em que a juventude é "uma prioridade" e a educação "uma paixão" ou pelos discursos de final de congressos em que se afirma estar a pensar "nos mais jovens".

É preciso que ajustem contas políticas com os partidos que exploram a falta de horizontes da qual são responsáveis e que não fazem mais do que adular a juventude, utilizando-a em proveito duma política de convergência de direita contra os interesses e perspectivas juvenis.

O PCP continua a insistir que só com uma política de esquerda se altera a situação vivida em Portugal. Para se alcançar este objectivo é determinante a intervenção e a luta dos que são atingidos pelas políticas de exploração e de retrocesso social. Também os jovens, estudantes ou trabalhadores, têm razões para intervir e lutar.

Para pôr fim às injustiças sociais é imprescindível a consciência e a intervenção de quem as sente.



# Uma política com princípios

T  
R  
I  
B  
U  
N  
A



■ Sérgio Ribeiro

**H**á muitas maneiras de se chegar e de estar na actividade política. Já sobre isto temos escrito, sobre vários caminhos para chegar ao que chamam a política, sobre vários modos de chegarmos ao que hoje é o nosso Partido. Porque, além de termos chegado ao que se chama política... tomámos partido. Estamos - temos de estar - na política de maneira diferente. Com princípios. Sendo por isso atacados de forma brutal. Por quem não tem princípios e que mais zanga nos tem por nós termos o que a eles lhes falta. E que, se calhar, gostariam de ter ou de não ter perdido.

Há muitas maneiras de se chegar e de estar na actividade política. Desde logo, talvez fosse necessário dizer que, na nossa perspectiva, tudo é actividade política e que o cidadão que mais apolítico se queira está a ter a actividade política mais desejada pelo poder, aquela que melhor o sustenta, mais ainda que a desenvolvida pelos seus apoiantes. É a actividade de suporte, por ser

## Os que tomaram (este) partido

Os que estamos neste partido, os que somos este partido, porque somos iguais a todos chegámos à actividade política por vários caminhos. Uns de nós chegamos ao partido por viverem na sua carne a exploração, como dizia Lenine, outros por sofrerem, no seu estômago, a fome de quem fome tem, como dizia Brecht; uns querendo libertar-se da única coisa sua, das grilhetas que os prendem, outros olhando à volta e não gostando do que os seus olhos vêem.

Por isso, como Cogniot nas suas memórias (*Parti pris...*), se tomou partido. Tomou-se partido pelos trabalhadores, pelos explorados, pelos pobres e excluídos; tomou-se partido por eles, atacando as causas e não as consequências, combatendo um sistema de relações sociais baseado na exploração do homem pelo homem.

Esta posição obriga este Partido a estar de maneira diferente na política. Fará isso passar maus bocados, poderá a intransigência quanto a valores e princípios - e apenas esta intransigência se defende - fazer com que nós e o partido que somos tenhamos dificuldades, que haja resultados (eleitorais, por exemplo) longê daqueles por que se lutou e que se esperaríamos. Podem, e devem!, procurar-se as responsabilidades próprias nesses resultados, e tudo fazer para melhorar o trabalho partidário, mas nunca se deverá deixar que a busca

Um PS diz preocupar-se com as pessoas na campanha eleitoral e faz da moeda única designio nacional nada preocupado com as consequências do projecto para as pessoas; faz da regionalização uma sucessão de golpes e contra golpes, de decisões e de compromissos que anulam decisões; coloca, por exemplo, a luta contra a droga entre as prioridades mas recusa sequer considerar a questão de quebra do sigilo bancário porque isso poderia incomodar eventuais investimentos vindos não se sabe de que origem; e muitos, muitos etc.

Um PSD avança para 99 disposto a fazer do seu líder primeiro-ministro e abusa de estratégias, táticas e manobrista, em que esse seu líder será brilhante; este faz um discurso que não envergonharia qualquer ultra-esquerdista (m-l) dos idos anos 60/70, com o claro intuito populista de ganhar votos à esquerda, e cozinha alianças que lhe segurem e ganhem os votos da direita em que possa não estar ainda a fazer o pleno; e muitos, muitos etc.

Um PP passa de um líder populista, apregoando-se de valores, de princípios, de coerências inabaláveis, contraditados por acordos pontuais, para um líder que joga tudo no mediático, na instrumentalização da comunicação social, numa espécie de "vale tudo" que esquece valores, princípios, coerências que, sendo o emblema do anterior líder, suposto seria que fossem património do partido que passou a liderar; faz uma campanha contra Maastricht e os seus critérios para a moeda única, em nome de um nacionalismo exacerbado, e, no final de uma etapa do processo, ao adoptar-se a dita - e mesma - moeda única, muda o voto contra pelo voto a favor sem passar sequer pelo purgatório da abstenção; e muitos, muitos etc.

Somos diferentes. Nem de outra maneira poderíamos ser. Fazemos política com princípios. O que não quer dizer que tudo seja princípios e que paralisemos em nome de princípios que talvez nem o sejam. Mais se dirá que poucos e claros devem ser os princípios e que, na defesa deles, se deve ser tão intransigente como flexível em tudo o resto.

Quais, então, eles, esses princípios? Não se decretam listas ou manuais, mas há duas coisas que se julga de sublinhar. A de que, como já se disse, nunca se esqueça o que trouxe cada um de nós ao partido, também a de que esses princípios se devem procurar - e estar - nos documentos definidores de uns estatutos, de um programa, de uma prática partidária.

## A zanga (e mais do que zanga) que nos têm

Ora quem é diferente tem sempre de confrontar os ataques, as calúnias, até o ódio de quem diferente não quer ser e não sabe (con)viver com as diferenças. Em política, tudo se agrava porque o que está em causa são projectos de sociedade, são formas de organizar o viver colectivo e ao serviço de quê e de quem.

Na sociedade "global" mercantil/financeira que se pretende impor, a exemplo do desporto profissional, em que os clubes desportivos se estão a transformar em sociedades desportivas (SD), entrepostos de seres humanos com habilidade nos pés, os partidos políticos parece que deveriam transformar-se em sociedades partidárias de responsabilidade limita-

da (SPrl), com o objectivo social de ganhar votos. E tal como os conselhos de administração das SD toleram os associados do ex-clube como indispensável alimento e folclore para as bancadas do espectáculo, os dirigentes das sociedades partidárias tolerariam os militantes dos ex-partidos, manipulando-os para serem os principais agentes angariadores de eleitores, com a ajuda do clientelismo.

Além disso, essas SPrl começam a ser, cada vez mais, filiais de outras SPrl de dimensão transnacional. Ele é o PPE (E de "europeu"), ele é o Partido Liberal (igualmente) Europeu, ele é o PSE, também "europeu" mas que, alargado à IS (Internacional Socialista), até tem quem defenda que inclua o PD (D de "democrático") dos Estados Unidos!

Neste quadro, um partido que é patriótico e que faz política com princípios incomoda muito. Não só os outros partidos como também muitos cidadãos que se sentem mal por confrontarem a prova que se pode ser diferente do que eles são, ou daquilo em que se transformaram.

Um partido que pretende ser um partido de militantes e que, sem menosprezar a batalha eleitoral e as suas posições institucionais, antes mantendo-se firme nela, não abdica dos seus princípios e faz uma política de massas, esse partido... deveria, para tranquilizar consciências, mudar. De nome, de bandeira, de programa, de maneira de estar na política. E até poderia ser muito útil ao "leque" das SPrl, no tal papel, já banalizado de tão citado, de "grilo do Pinóquio".

Não resisto a ilustrar com um episódio vivido intensamente por este militante do nosso partido, no desempenho das suas actuais tarefas. Coube-me ser o porta-voz do nosso voto contra a recomendação do ECOFIN (e da comissão de economia do PE) relativa à introdução do euro e designação dos países "fundadores". Foi a posição coerente com a recusa de um projecto e de uma estratégia, foi um voto assumido sem hesitações, foi um não explicado serenamente. Foi um não no meio da euforia mais balofa e inconsistente, como outros não dissemos "no meio da noite mais escura". Salvaguardadas as importâncias respectivas... mas foi um não de que também nos orgulhamos.

O que ele provocou de reacções! Que tínhamos sido os únicos portugueses, o que é verdade; que tínhamos sido os únicos do grupo, o que é redonda mentira; que se não estávamos sós estávamos mal acompanhados porque nos colavam a imagem hedionda dum senhor Le Pen, o que, pior que mentira, é inaceitável calúnia.

Como partido, devemos ter orgulho desse não que não fecha, antes abre, as portas para a luta futura. Um não que reflecte, também, muita dúvida, muita - pelo menos - desconfiança das pessoas, das populações, o que faz com que esta decisão de uns políticos tenha sido tomada contra um sentimento geral de reserva e de grande receio por parte dos povos, do que chamam opinião pública. E sendo um não de que nos orgulhamos, não se tratou, como insinuaram e afirmaram, de um não orgulhosamente só. Foram 65 que o disseram e mais 24 que se abstiveram, nalguns casos com grande significado. Deputados de todos os grupos políticos (menos um), de todos os países!

O euro vem aí. Assim como lutámos contra o modo como nos impuseram esse instrumento, e dele se aproveitaram para servir interesses financeiros transnacionais, iremos lutar para aproveitar as virtualidades que tem, como instrumento, e continuaremos a luta contra os malefícios que já provocou o processo da sua introdução e contra todos os previsíveis que acompanharão a sua instalação e a do seu Banco Central, essa perigosa anti-democrática instituição federal que vai comandar a política monetária "europeia" e a economia (ainda) portuguesa.

**Continuando a fazer uma política com princípios.**



a que, tudo aceitando acriticamente, tudo suporta. *Que suporta*, em toda a acepção do verbo...

Aliás, muito próximos destes, e até com eles se confundindo, estão os que limitam a sua actividade política ao depósito periódico de um voto escolhendo quem faça política por eles.

Não se pense, no entanto, que estas observações prévias são críticas para com estes concidadãos, que são mesmo as maiores vítimas de um poder que afasta da actividade política real as populações, os povos, fazendo política por eles e, a mor das vezes, contra eles, contra quem o suporta. Porque em democracia formal vivemos.

Dito isto, incluindo na actividade política, os que se reivindicam de a ela não ter chegado ou dela se terem retirado, os vários caminhos de chegar à actividade política têm, necessariamente, de condicionar o modo como nela se está.

de melhoria se faça cedendo em princípios, em objectivos, em razão de ser da luta, no esquecimento do que levou a que se tomasse partido. Já alguém pensou e disse que nunca se deve ser tão, tão do partido que se esqueça as razões que levaram a tomar partido.

## A nossa maneira diferente de estar na política

Insiste-se na ideia que, não sendo nós, cada um de nós, nem melhor nem pior que os outros, temos de ser diferentes, o que quer dizer que temos de estar de outra maneira na política. Essa diferença fica mais clara quando os "outros", de forma evidente e até despudorada, mostram a sua maneira de fazer política.

Pela dignidade em tempo de negócios

# EPAC em luta

**A**nsia de entregar aos lobbies privados o negócio dos cereais leva o Governo e a administração da EPAC, por ele nomeada, a tentarem esmagar os direitos mais elementares dos trabalhadores. Estes, que já foram dois mil mas hoje não chegam às três centenas, escreveram há um ano a António Guterres, reclamando do Governo a vontade política necessária para poderem «ir para casa com dignidade e não empurrados para o desemprego de longa duração, como está a acontecer». Perante novo surto de pressões e chantagem, agora sob a forma de cartas individuais a despedir 130 funcionários, os trabalhadores da EPAC decidiram recorrer à luta.

Para ontem, foi convocada uma vigília frente ao Ministério da Agricultura. De 25 de Março até final de Abril, os trabalhadores da sede concentraram-se diariamente, à hora de almoço, à entrada das instalações.

No dia 30 de Março, meia centena de trabalhadores foi levar um abaixo-assinado ao local onde decorria a assembleia de accionistas. No INGA — para onde foram transferidas competências da EPAC e que está a admitir pessoal como tarefeiros — foram entregues 49 currículos de trabalhadores da EPAC, numa acção que reafirmou a exigência de integração de eventuais excedentários na Função Pública.

A 1 de Abril realizaram mesmo, na Avenida Gago Coutinho, um «buziño» de protesto. Antes, responderam às cartas da administração colocando, frente ao edifício, uma faixa dizendo «A EPAC é do Estado — Não aos despedimentos». Depois de as estruturas sindicais terem sido chamadas à administração, que reclamou a retirada do pano, decidiram colocar mais quatro faixas: «Da rosa só vimos espinhos», «Governo líquida EPAC e despede trabalhadores», «Trabalho sim, desemprego não» e «Governo abandona trabalhadores da EPAC».

## Justa indignação

Os trabalhadores da EPAC têm motivos mais que bastantes para estarem revoltados. Durante décadas, a empre-



Na luta em defesa da EPAC, dos postos de trabalho e dos interesses nacionais, os comunistas estão na primeira linha, esclarecendo e apelando à unidade e mobilização dos trabalhadores e ao apoio da opinião pública, salientou, ao «Avante!», José Martins

sa foi objecto de várias alterações, sempre ao sabor de motivos políticos e sem auscultação do pessoal. Os principais problemas, no entanto, não foram resolvidos e a situação da empresa agravou-se, sobretudo com os efeitos da integração de Portugal na CEE, em 1986, e da política de ataque ao sector empresarial do Estado por parte dos governos do PSD e do PS.

Assumindo sem qualquer hesitação o facto de os comunistas não estarem «por trás» dos protestos dos trabalhadores da EPAC, mas «à frente desta luta», José Martins, que está na empresa há 34 anos e mantém forte actividade sindical e política, relatou ao «Avante!» alguns casos de «desumanidade» no comportamento da administração — que foi nomeada a 25 de Novembro de 1996 e incluiu logo, entre as primeiras medidas que tomou, a criação de um quadro de excedentários (chamado Quadro Geral Transitório) com uma centena de pessoas. Mudou o Governo, mudou a administração, mas a única «receita» para os males da EPAC continuaram a ser os despedimentos.

Outras soluções têm sido apontadas pelos trabalhadores e pelos sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (Fepces e CESP), que admitem ser necessário — depois de anos e anos de ataques à empresa — algum reajustamento na dimensão do quadro de pessoal. Mas a verdade é que, apesar de todas as promessas e compromissos, nomeadamente de Vítor Ramalho (ex-assessor do primeiro-minis-

tro e actual secretário de Estado da Economia) e do secretário de Estado da Produção Alimentar, a administração avançou com a nova vaga de despedimentos encapitados, através das cartas individuais.

Está em marcha — com ou sem aval da UE, conforme foi dito aos representantes sindicais — um projecto de divisão da EPAC, com a criação de uma empresa-filha que manteria apenas 170 trabalhadores, dos actuais 280. A formação da «EPAC Comercial», destinada a futura privatização, já está a ser usada para empurrar para o desemprego mais uma centena de pessoas. Mas esta não é a única forma de pressão que a administração usa para forçar a saída dos quadros da empresa.

Há actualmente quase duas dezenas de trabalhadores no famigerado Quadro Geral Transitório. Colocados numa área desactivada da sede, não têm quaisquer tarefas distribuídas e ocupam o tempo como podem, o que inclui jogar cartas ou fazer *crochet* e tapetes. «De outra forma, dá-mos em dóidos», confessaram à nossa reportagem alguns destes trabalhadores, que resistem e recusam abdicar do seu emprego.

O QGT pode, ainda durante esta semana, ser acrescentado de mais uma centena de pessoas, admitiu José Martins, reflectindo os receios que se fazem sentir na empresa.

A criação da «EPAC-filha», neste contexto, é também uma forma de pressionar os trabalhadores que deverão passar para o seu quadro a aceitarem a transferência sem uma clara definição das condições em que ela é feita.

E, como tem sido prática corrente em várias operações de privatização, há aqui também oportunidade de apartar, para futura entrega ao capital, o que de melhor haja na EPAC. É o caso do fundo de pensões dos trabalhadores: o projecto de cisão prevê que ele passe para a empresa-filha, ameaçando desde já que quem ficar na «EPAC-mãe» perderá o direito ao complemento de reforma.



Desde 25 de Março e até final de Abril, os trabalhadores concentraram-se todos os dias, à hora de almoço, à porta da sede

A determinação de prosseguir a luta foi reafirmada neste plenário, em que participou o coordenador da CGTP-IN



## Excepção injustificada

passasse para a CGA, «os problemas dramáticos que se vivem actualmente na empresa, na ótica da redução do seu quadro de pessoal, seriam minimizados».

Na carta entregue em São Bento no dia 14 de Abril do ano passado, os trabalhadores referem que as alterações estruturais da empresa (de Instituto dos Cereais a EPAC e de EP a sociedade anónima) tiveram lugar «apenas por vontade política». E salientam que a excepção a que continuam sujeitos é ainda mais incompreensível quando se sabe que os anos de trabalho na Função Pública foram sempre considerados para contagem de anuidades dos trabalhadores da EPAC que vieram de outros serviços do Estado e que também foram contados para o cálculo das indemnizações a atribuir aos trabalhadores da EPAC que tinham sido funcionários públicos.

Recordam ainda que, tal como sucedeu noutras empresas, muitos trabalhadores da EPAC pediram passar à reforma, quer pela sua idade quer pelos anos de trabalho.

A carta foi entregue, a promessa governamental de acabar com os despedimentos ficou registada, tal como o compromisso de publicação de uma portaria sobre regime de pré-reformas e reformas antecipadas, mas tudo na EPAC continuou na mesma linha. Quanto à integração de trabalhadores noutros organismos do Estado, contam-se casos em que tal sucedeu... com familiares ou amigos de deputados do PS ou membros do Governo.

Os trabalhadores da EPAC, «como funcionários do Estado que são, exigem ser tratados com dignidade e que lhes seja reconhecido o seu direito inalienável ao trabalho». Mas a

exigência, apontada pelas estruturas sindicais na denúncia da vaga de cartas de rescisão enviadas em Março, mostrou-se incomportável para um governo que não se cansa de apregoar as suas preocupações sociais.

«Os negócios e o poder dos grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros, ligados à distribuição e importação de cereais, falaram mais alto», acusa o executivo do Sector Público de Lisboa do PCP, num comunicado que distribuiu no início desta semana, apelando ao reforço da unidade e ao prosseguimento da luta e reafirmando que os trabalhadores «podem co com o empenhamento político do PCP, quer dentro da EPAC quer nos órgãos e instituições onde tem intervenção», nesta batalha pela defesa da empresa e dos postos de trabalho.

## 1933 A FNPT

A Federação Nacional dos Produtores de Trigo terá sido a primeira organização com atribuições e competências semelhantes às da EPAC. A «Campanha do Trigo», iniciada em 1929, levou à instituição dos celeiros concelhios dos produtores de trigo, em 1932. A FNPT foi criada pelo governo fascista em Junho de 1933, com o objectivo de orientar a produção de trigo no Continente e de promover a armazenagem, beneficiação, estabilização e warrantagem do trigo. As competências da federação foram definidas em Janeiro de 1935.

Na prática, este organismo — que só no nome se poderia considerar uma federação de produtores — funcionou como serviço público de compra, conservação e distribuição de cereais. Teve também outras funções, como colaborar no aperfeiçoamento das culturas, na selecção mecânica de sementes, em estudos económicos, no recenseamento dos produtores, na liquidação de financiamentos.

A FNPT, em regime de exclusividade, comprava, vendia e colocava na indústria o trigo produzido em Portugal. Juntamente com outros representantes do sector, como a Federação Nacional dos Industriais de Moagem, fazia parte do Instituto Nacional do Pão, criado em 1936.

## 1973 Instituto dos Cereais

Por decreto-lei de Agosto de 1972, a FNPT passou a designar-se Instituto dos Cereais. Neste foram incorporados o Instituto Nacional do Pão e as comissões reguladoras do Comércio de Arroz, das Moagens de Ramas, e do Comércio de Cereais dos Açores. Em Outubro, ficaram definidas as atribuições iniciais do novo instituto: coordenar e disciplinar as actividades de produção, transformação e comercialização de cereais e assegurar a compra da produção e as importações necessárias ao abastecimento da indústria transformadora, organizada na Federação Nacional dos Industriais de Moagem, no Grémio Nacional dos Industriais de Panificação e no Grémio Nacional dos Industriais de Massas Alimentícias, Bolachas e Chocolates. O decreto-lei produzia efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1973 e concedia ao Instituto dos Cereais a natureza de organismo de coordenação económica.

No instituto foi integrado o pessoal dos organismos extintos e nele incorporados.

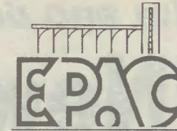
## 1974 Fim do corporativismo

O programa do Governo provisório constituído após a Revolução de Abril definia como linha de orientação a substituição progressiva do sistema corporativo por um aparelho administrativo ajustado às novas realidades do regime democrático. Por decreto-lei de 12 de Setembro de 1974, são extintos os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia, cujas funções e pessoal passam para os organismos de coordenação económica.

No Instituto dos Cereais são integrados a FNIM e 12 grémios, bem como o respectivo pessoal.

## 1977 Empresa Pública

Um decreto-lei de Agosto de 1976 procede à reestruturação do Instituto dos Cereais, criando a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio. A extinção formal do IC é formalmente decretada no último dia de 1977, com efeitos a 1 de



Dezembro; nesta data inicia funções a EPAC, empresa pública com funções de organismo público de intervenção no mercado.

Transitam para a EPAC o pessoal, património, direitos e obrigações do Instituto dos Cereais. Só então começa o processo de integração funcional real do tecido de dezasseis organismos públicos e corporativos. Posteriormente, com a extinção dos grémios da Lavoura, que suportavam a actividade regional da FNPT e do IC, passaram para a EPAC mais de 400 trabalhadores.

Era objectivo principal da EPAC, segundo os estatutos, «assegurar o abastecimento de cereais e sementes, tendo em conta a defesa da produção, as exigências do consumo e os superiores interesses da economia nacional». Incumbia-lhe legalmente a importação, em exclusivo, de todos os cereais, sementes e forragens, e a compra de todos os cereais de produção nacional aos preços estabelecidos pelo Governo (com o exclusivo da compra de trigo), bem como a venda dos cereais de produção nacional e importados. Até Setembro de 1981 deteve também o exclusivo da produção de sementes de trigo, cevada, triticale e arroz.

A partir de 1982 começam a cair os volumes de cereais vendidos pela EPAC e agrava-se a dívida do Fundo de Abastecimento e do Fundo de Garantia de Riscos Cambiais. Os aumentos de subsídios decretados pelo Governo não eram acompanhados das correspondentes dotações orçamentais para a EPAC.

## 1986 Adesão à CEE

A intenção de harmonizar o sistema de comercialização dos cereais com o vigente na Comunidade Económica Europeia foi expressa pelo Governo em Fevereiro de 1984, num decreto-lei que visava acabar com o exclusivo da EPAC na compra do trigo nacional e na importação. No Tratado de Adesão é prevista a transição em duas etapas: de Março de 1986 a Dezembro de 1990 e de Janeiro de 1991 a Dezembro de 1995. Só no início da primeira etapa são atingidos os objectivos de 1984, retirando à EPAC o exclusivo na importação de cereais e as tarefas de intervenção no mercado interno.

Em 1987, é criada a Silopor, por cisão do património da EPAC, que perde os seus silos portuários (Trafaria, Beato, Leixões, Montijo e Seixalinho).

A total liberalização da importação de cereais vigora a partir de 1 de Janeiro de 1990, com um ano de antecipação relativamente às exigências da adesão.

## 1991 Sociedade Anónima

Em Janeiro de 1991, o Governo decreta a transformação da «Empresa Pública de Abastecimento de Cereais» em «Empresa para Agroalimentação e Cereais, SA». A partir de Julho, é liberalizada a comercialização de cereais nacionais.

As quotas de mercado da EPAC sofrem uma redução drástica: 22 por cento na compra da produção nacional (49 por cento em 1985) e 22 por cento na importação (90 por cento em 1985). As vendas caem de quase 3 milhões de toneladas e 109 milhões de contos, em 1985, para menos de 1,25 milhões de toneladas e pouco mais de 55 milhões de contos, em 1991.

Mesmo assim, a EPAC mantém um lugar de grande destaque na economia nacional, detendo um riquíssimo património imobiliário e científico e ocupando uma posição única no apoio à agricultura. Em 1996, segundo o balanço social, apresentou um volume de negócios de 40 milhões de contos e um VAB (valor acrescentado bruto) superior a 5 milhões, números que a colocam no topo das empresas do comércio grossista e entre as maiores empresas a nível nacional.

Um ano depois...

# 'New Labour'

■ Manoel de Lencastre

A passagem do primeiro aniversário da eleição do governo trabalhista a que preside o advogado Tony Blair teve lugar há dias num clima de considerável indiferença popular.

Evidentemente, quase todos os jornais e programas televisivos e radiofónicos de actualidades políticas dedicaram páginas e tempo ao assunto. Mas o espanto e a surpresa relacionados com o vazio da trajectória do novo executivo dominaram todos os comentários realizados. Qual a obra deste governo um ano após a sua tomada de posse? Ninguém a conhece. A Grã-Bretanha, portanto, começou a viver um estranho período de inesperada perplexidade.

A 1 de Maio de 1997, o povo das Ilhas britânicas, absolutamente decidido a pôr fim ao domínio da vida política do país pelos governos conservadores, votou em massa por um novo caminho. A força da expressão do seu profundo desejo manifestou-se através de números nunca vistos. Votou-se em peso no regresso dos trabalhistas. E os «tories», que ocupavam o poder desde a derrota de James Callaghan e da entrada de Margaret Thatcher no nº 10 de Downing Street em 1979, sofreram uma derrota memorável que, assim parecia, os depositava no caixote do lixo da História. Nesta situação, toda a Grã-Bretanha ficou à espera do momento em que comesçassem a surgir as prometidas transformações.

## — só para inglês ver

parte da ínfima minoria de chacais que dominam toda a economia do país.

O que encontramos, enfim, ao fim de um ano de cinzas? O governo continua a evidenciar relutância em aceitar que o desemprego atinge 4

milhões de pessoas em vez dos 1 861 000 que as estatísticas oficiais anunciam; percorre, alegremente, as avenidas das grandes companhias transnacionais e mostra má vontade em receber representantes sindicais. Ao mesmo tempo, Blair jura que as leis antilaborais promulgadas nos dias odiosos dos governos Thatcher não serão removidas ou alteradas. A luta contra o desemprego apenas existe no papel e nas palavras pretensamente iluminadas do primeiro-ministro.

### O escândalo dos comboios privatizados...

Os menos reservados tinham esperado medidas tendentes a eliminar o escândalo nacional representado pelas consequências das privatizações dos caminhos-de-ferro. A verdade é que todo o país está a sofrer com o estado de clara decadência dos serviços e assiste, atônito, à tresloucada corrida aos lucros rápidos por parte das novas companhias que substituíram a British Rail. Essas companhias privadas assistem, calmamente, à destruição gradual do material circulante, reduzem em milhares o número de trabalhadores ao seu serviço, não respeitam os horários e eliminam rotas — mas aumentam os preços. Tony Blair, contudo, nada fez e nada pretende fazer. Coube a um grupo de cidadãos, que adoptou a designação de «Save our Railways» (Salvem os nossos caminhos-de-ferro) a tarefa de explicar ao país que representam certos serviços ferroviários a cargo de companhias como a «South West Trains», a «Connex South Eastern» e a «Connex South Central». O material circulante utilizado por estas empresas é o mesmo que pertencia à British Rail e tinha servido durante dezenas de anos. Nem sequer o mandaram pintar. O pessoal é cada vez menos. Não se executam reparações urgentes nas carruagens, nas locomotivas, nas próprias vias. As novas companhias ferroviárias não investem um simples guinéu na modernização.

### ... e outros

Noutros serviços públicos e em determinadas indústrias básicas, a situação obedece aos mesmos princípios de administração capitalista, ainda que sem os vergonhosos exageros dos novos operadores de transportes por caminho-de-ferro. O povo britânico, todavia, gostaria de ver a renacionalização do gás, da electricidade, da água, dos telefones e telecomunicações, dos portos de mar, dos aeroportos — todos caídos sob o controlo de tubarões nacionais e estrangeiros por preços irrisórios e, às vezes, subsidiados pelo próprio Estado. Mas falar a Tony Blair em renacionalizar os telefones, por exemplo, equivaleria a dizer-lhe que o Iraque possuía uma poderosa esquadra em operações no Canal da Mancha.

Toda a Grã-Bretanha assistiu com desconforto e algum horror, recentemente, à chegada de um carregamento de material nuclear a uma estação de depósito e tratamento do mesmo na Escócia. Esse material provinha da Geórgia, uma das antigas repúblicas soviéticas, de onde o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, exigira a sua saída. Mas, não desejando receber o material em questão no seu próprio país, Clinton intimou a Grã-Bretanha a aceitá-lo. A digna ministra britânica do Comércio e Indústria, Margaret Beckett, recusou pôr a sua assinatura na respectiva licença de importação. Mas Clinton telefonou a Blair. E este, obedientemente, satisfaz logo a exigência do seu recente companheiro no projecto de exterminação do povo iraquiano.

Doze meses após as eleições, os serviços de saúde britânicos continuam prisioneiros de um declínio e de uma devastação inconcebíveis sob um governo «Labour». Mas Blair e o seu Chanceler do Tesouro, Gordon Brown, não possuem a necessária vontade política para travar o passo à proliferação dos hospitais particulares e aos abutres que dirigem as companhias de seguros

dedicadas a esse ramo. É por isso que as listas de espera nos estabelecimentos hospitalares estatais recomeçaram a alongar-se e a profissão da enfermagem contesta os precários aumentos recebidos... a prestações. Inevitavelmente, o governo e os estrategos do «New Labour» começaram a tomar consciência de que o país acorda para a realidade e de que começa a instaurar-se um clima de descrédito e desconfiança quanto a certas figuras ministeriais e a certos membros da nova e juvenil fornada de deputados à Câmara dos Comuns. Resolveram, prontamente, tomar medidas espectaculares que projectassem Tony Blair para o centro de gran-

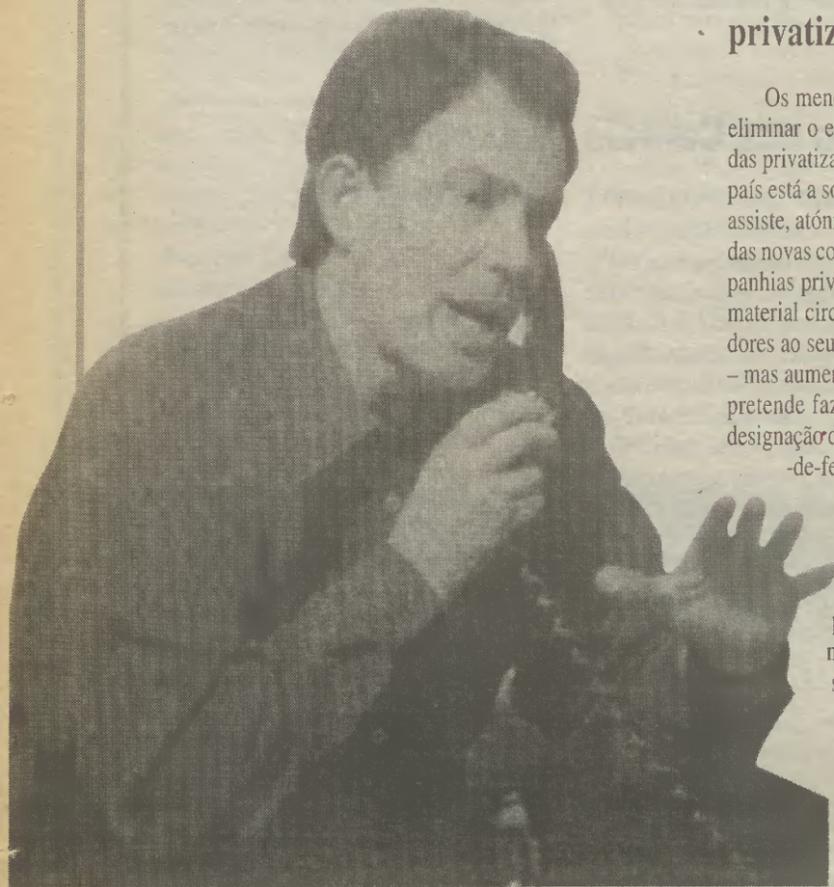
des acontecimentos internacionais e calassem, por efeito desses acontecimentos, os protestos da esquerda trabalhista, que permanece viva, e de determinados sectores mais politizados do povo britânico. Já o projecto de anulação de subsídios a favor das mães solteiras tivera de ser retirado dos programas governamentais devido à revolta de uma boa parte das bancadas do Partido Trabalhista.

### Estadista insignificante

Assim, para além das negociações que levaram à conclusão do Acordo de Sexta-Feira Santa na Irlanda (ainda sem a assinatura dos representantes do Sinn Fein), que examinaremos num próximo trabalho, Blair foi atirado, ou atirou-se ele próprio, para o fogo de outros problemas internacionais que não conhecia nem conhece — tudo na esperança vã de poder surgir, mais tarde, junto do povo britânico, como um indiscutível triunfador, um estadista de alta estirpe no mundo. Mas tudo acabou em espectáculos de rara humilhação do primeiro-ministro. A Grã-Bretanha sentiu-se envergonhada face ao insignificante papel do seu principal chefe político que pretendia mediar entre as posições dos palestinianos e dos israelitas e entre os interesses dos diversos países da chamada União Europeia.

Blair, como é evidente, não é um político experimentado nos negócios internacionais. Não possui cultura europeia e nunca viveu ou estudou os problemas dos povos de outras regiões do mundo que sofrem situações e conflitos com profundas raízes históricas, socioeconómicas e outras. É todo sorrisos e promessas. Mas não põe substância nos seus actos. Toda a gente o viu diante das câmaras de TV perdido como um naufrago num oceano de contradições que não sabia nem podia resolver. Porém, nunca lhe faltou arrogância. A Inglaterra concluiu, rapidamente, que os antigos governos trabalhistas do «Old Labour», a que presidiram Clement Attlee, Harold Wilson e James Callaghan, tinham tentado, pelo menos, dar algumas respostas às responsabilidades que haviam assumido perante o eleitorado. Por isso, esses governos foram sempre implacavelmente hostilizados pelos conservadores e pelos meios de comunicação social sob o seu controlo. Com Blair em Downing Street, entretanto, a grande imprensa que vende papel pelo preço de notícias e comentários especializados, sente-se feliz. Blair é o seu homem e Rupert Murdoch, hoje por hoje, dá ordens em Downing Street.

Sejamos justos num ponto, ao menos. Devorado pela loucura da vitória eleitoral de há um ano, o primeiro-ministro cumpriu a promessa de realização do referendo escocês que dará lugar a eleições gerais no país de Walter Scott em 1999. Quando surgir o novo Parlamento em Edimburgo e as forças políticas escocesas tomarem posições favoráveis à independência e ao fim do Tratado de União de 1707, Blair chorará lágrimas de sangue e arrependimento. E dirá ao mundo: «Por que diabo cumpro a minha palavra?»



### Amigo do casino

Mas Tony Blair, que enganou escandalosamente o povo britânico mas nunca tinha convencido os mais experientes observadores da vida e da política imperialista de que o governo de Whitehall é um mero agente, cedo demonstrou que o programa que lhe dera um tão retumbante êxito eleitoral se caracterizaria por: a) uma completa submissão da Grã-Bretanha aos interesses globais do capitalismo; b) a continuação da política de desindustrialização e de desemprego em massa e de abandono dos valores do progresso económico e social. Blair, assim, colocava-se abertamente ao lado do casino da City e começava, serena mas inflexivelmente, a trabalhar pelo estrangulamento das primeiras provas de descontentamento popular. Já se perguntava, um pouco por todo o país: «Então onde está o cumprimento das promessas feitas antes das eleições?» Tem de conceder-se, evidentemente, que a chegada do «New Labour» (Novo Trabalhismo) ao governo deu ao país uma certa e necessária acalmia. Entretanto, afirmavam-se novas esperanças no coração de gerações que já tanto tinham visto, tal como no de outras, mais recentes, que só conheciam a Grã-Bretanha dividida por revoltantes e fatais lutas de ratos e por interesses de classe opostos e contraditórios. Blair confirmou todas as suas promessas. Mas não cumpriu nenhuma. Na prática, o novo primeiro-ministro deu logo a impressão de privilegiar o estilo, nas suas intervenções políticas, e de abandonar a substância que o país ansiosamente esperava. Mostrou-se, enfim, uma espécie de pregador evangelista, visionário, profetizante. Com os olhos postos na distância, fala de uma nova Grã-Bretanha. Empenha-se, porém, na continuação da apropriação da riqueza nacional por



■ Miguel Urbano Rodrigues

**BRASIL**

# Montra do cancro neoliberal

**A**o deixar São Paulo em Julho de 97, o Brasil afundava-se numa crise muito complexa e grave. As Polícias Militares estavam em greve em quase todo o país; as bolsas acusavam os efeitos do primeiro *crash* no Sudeste Asiático; a estabilidade do real disfarçava mal o carácter artificial da sua quase paridade com o dólar: a política de privatizações tornava-o cada vez mais dependente.

Transcorridos dez meses, reencontrei um Brasil mergulhado numa crise que, na aparência, se aprofundou.

Tento compreender o que diferencia a actual da anterior, da qual esta é o prolongamento natural. Não é fácil explicar. Creio que, depois da China e da Índia, o Brasil é um dos países cujos problemas, considerados do estrangeiro, são mais impenetráveis.

Na perspectiva das instituições, o panorama, antes nevoento, apresenta-se mais desanuviado. Tudo indica que Fernando Henrique Cardoso será reeleito em Outubro próximo. Uma íntima aliança com a direita tradicional - cujo partido, o PFL, é hoje o seu sustentáculo e instrumento de acção - permitiu-lhe impor uma engenhagem de reeleições (incluindo a Presidencial) que fez do regime, na prática, uma ditadura constitucional de fachada democrática.

A esquerda, desunida, está a demonstrar incapacidade para cumprir o seu papel, abrindo caminho à vitória do inimigo.

Lula, duas vezes derrotado, em 89 e 94, por Collor e FHC, não era o candidato ideal. Mas, após negociações difíceis, fora possível estruturar uma ampla, embora frágil, coligação de partidos de esquerda. O PDT, de Leonel Brizola, caudilho populista da Social Democracia, o Partido Socialista, de Miguel Arraes, e o Partido Comunista do Brasil, cuja área de influência aumenta de ano para ano. O eixo dessa aliança (e a garantia do seu funcionamento) era o compromisso tácito dos partidos de não lançar candidato próprio em estados governados por outra força da oposição. Inesperadamente, no dia 26 de Abril, a convenção regional do PT do Rio de Janeiro decidiu apresentar candidatura própria ao Governo, retirando o seu apoio a António Garotinho, do PDT. A resposta a este partido foi imediata. Brizola considerou que a atitude do PT-Rio implicará, na prática, uma ruptura da aliança existente. Logo o PDT de Porto Alegre - cidade que tem sido um bastião do PT - informou que na situação criada retiraria o seu apoio a Olívio Dutra, o candidato local do partido de Lula.

Em Pernambuco, Estado governado por Miguel Arraes, a unidade das forças da esquerda também foi abalada.

A perspectiva é agora, à escala nacional, a de uma multiplicação em muitos estados e municípios de candidaturas da oposição.

No auge de uma crise complexa, o Presidente FHC vê a sua tarefa extraordinariamente facilitada. No momento em que acabava de perder os seus dois mais influentes colaboradores - o ministro Sérgio Motta e o líder do Governo na Câmara dos Deputados, deputado Luís Eduardo Magalhães - ambos falecidos quando se encontrava em Espanha - a fragmentação da oposição foi «um presente caído do céu», no dizer de um analista da direita.

Lula apressou-se a criticar a decisão dos seus correligionários do Rio.

«Sempre afirmei claramente» - declarou - «que a minha candidatura dependia de alianças, mas jogaram-na por terra.»

Leonel Brizola, que seria o vice de Lula, considera que a coligação foi destruída à escala nacional e encara já a hipótese de disputar a Presidência.

O «golpe» do PT do Rio foi, paradoxalmente, lançado em nome da defesa do princípios de uma suposta pureza revolucionária. O candidato apresentado, Vladimir Palmeira, é um ex-esquerdista que nos anos 60 se destacou como dirigente estudantil pelas suas posições radicais nas lutas contra a ditadura militar. Posteriormente, transformou-se num político do sistema, mas manteve a sua popularidade. Orador carismático, sabe utilizar a demagogia em doses adequadas aos seus objectivos.

Em princípio, uma convenção nacional do PT pode anular a decisão do PT-Rio, isto é, a candidatura de Palmeira, mas, mesmo que isso ocorra, as feridas abertas produziram já efeitos irreparáveis.

A esquerda brasileira, esfrangalhada, mostrou a sua enorme fragilidade. Como se não bastasse a ausência de um programa comum contendo uma alternativa credível ao neoliberalismo, apresenta-se desunida perante um adversário poderoso e, o que é pior, perante o povo brasileiro.

Fernando Henrique pode neste contexto ser eventualmente eleito logo na primeira volta, sem necessidade de segundo

turno. A acontecer, isso coincidiria, paradoxalmente, com uma crise explosiva quando o seu governo está desprestigiado e desenvolve uma política neoliberal que agrava os grandes problemas nacionais.

## Tudo pior

Tudo piorou desde a minha última visita. A moeda continua estável (um dólar vale 1,18 real). O salário mínimo subiu de 120 para 130 reais (uns 23 contos). Como o custo de vida é um dos mais elevados do mundo, a política de contenção salarial atira para a miséria dezenas de milhões de trabalhadores. A taxa de desemprego, muito elevada em São Paulo, aumentou. As estatísticas sobre Educação e Saúde colocam o Brasil num dos últimos lugares da América Latina. A criminalidade cresce assustadoramente (em São Paulo ocorre um crime cada 20 segundos). O que restava da Previdência foi destruído.

As privatizações foram levadas adiante no âmbito de uma legislação que somente encontra paralelo pelo seu carácter mafioso na Rússia de Ieltsine. Citarei apenas um exemplo expressivo. Na lista das maiores e mais prósperas empresas do

No Nordeste, a maior seca dos últimos 15 anos colocou milhões de sertanejos perante um problema angustiante: o da fome.

Em algumas cidades, o povo, reagindo à incapacidade do Governo Federal para responder às situações criadas, começou a assaltar supermercados e armazéns.

A Igreja, pela palavra de alguns bispos, declarou considerar legítimo o saque como opção última dos esfomeados em luta pela sobrevivência, ou seja, pela vida, bem supremo. Fácil é imaginar a reacção do Governo.

Dirigindo-se ao país pela TV, o Presidente FHC criticou duramente os bispos e os dirigentes políticos que apoiaram os saques. Os grandes *media* apoiaram-no.

O programa de combate à seca é, entretanto, notoriamente insuficiente. Exclui mais de 4,7 milhões de pessoas, metade dos atingidos pelo flagelo. Não receberão qualquer auxílio os reformados e aqueles que tenham outra fonte de rendimento. Ora, as reformas nas áreas rurais assoladas pela seca são irrisórias.

Não surpreende que a CUT - a grande Central Sindical -, os partidos da oposição e o Movimento dos Sem Terra, motor da luta de massas, adoptem uma posição incompatível com a de FHC.

Os dirigentes do MST informaram que, se a lista de reivindicações por eles apresentada com propostas sobre a seca no Nordeste não fosse atendida até ao início de Maio, o Movi-



Brasil publicada pela Revista «Exame» constam 21 que pertenciam ao Estado. Aparecem com um património líquido de 22 mil milhões de dólares. Foram vendidas em leilão por apenas 6600 milhões de dólares com a peculiaridade de o Estado haver recebido em dinheiro somente 1190 milhões. O resto, isto é, quase tudo, foi pago em «moedas podres», ou seja, títulos públicos adquiridos no mercado com descontos que chegam a 40% do valor facial.

As elites brasileiras - a palavra, hoje rotineira, abrange o conjunto dos elementos activos da classe dominante - atravessam uma fase de prosperidade crescente. Os seus padrões são os mais elevados do mundo. O estilo de vida, caracterizado por uma ostentação arrogante dos atributos exteriores de riqueza, é mais faustoso do que o de muitos bilionários dos EUA e da Europa. O nível da classe média alta é também muito elevado.

O abismo entre a pequena minoria dos muito ricos e grande maioria dos muito pobres aprofundou-se. A miséria do povo tornou-se mais transparente. Dezenas de milhões de párias de novo tipo vegetam numa existência à beira do desespero. O panorama das medonhas favelas de São Paulo e do Rio não difere hoje muito do oferecido por cidades africanas de peso. A devastação ecológica assume em alguns Estados proporções apocalípticas.

mento daria o seu apoio a saques generalizados numa ampla região do país.

«Saquear para matar a fome não é pecado» - declarou José Rainha, líder do MST.

«Sugerimos que os trabalhadores façam vigília em frente dos supermercados!» - aconselha Deolinda de Sousa, sua mulher, destacada activista do Movimento.

Noutro país, situações similares seriam o prólogo de uma crise generalizada numa atmosfera de repressão e caos.

No Brasil, a história ensina-nos que a luta de classes se desenvolve quase sempre à margem da lógica aparente. As mesmas causas raramente aqui produzem os efeitos que geram noutras sociedades.

Mas, para os observadores estrangeiros com um mínimo de objectividade, tornou-se transparente que a política de FHC é um mostruário dos malefícios do neoliberalismo. O espectáculo oferecido pelo Brasil na viragem do milénio desencadeia sentimentos de dor, angústia e indignação.

*Este artigo do nosso camarada Miguel Urbano, enviado de São Paulo, já estava composto para entrar nesta edição quando, no Rio de Janeiro, o Directório Estadual do Partido dos Trabalhadores anulou a candidatura de Vladimir Palmeira. A decisão, tomada por maioria mínima, foi polémica e, tal como MUR previa, a crise no PT (e na esquerda) não foi resolvida.*

## A vontade e as maiorias

Não se pode acusar o PS de António Guterres de falta de originalidade na questão do referendo sobre o aborto (chamemos-lhe assim para simplificar). Decidir fazer campanha eleitoral pelo sim e pelo não, em simultâneo e sob a mesma bandeira partidária, ora aí está mais um prodígio a enriquecer a galeria das «originalidades do processo democrático em curso». Não que seja estranhável a presença, no partido do Governo, de dois pontos de vista opostos sobre a mesma questão. É natural como a vida. Nem sequer causa espanto que, no apuramento democrático da opinião maioritária no interior do partido, o PS, nesta questão, haja resvalado para mais uma ambiguidade. É natural como o PS.

O que se assinala - e apenas se assinala - é que este PS de António Guterres tenha imposto, na questão do aborto e em nome da liberdade de consciência, a subversão do princípio democrático que tanto incensa (o do primado da maioria), quando o não fez nem faz noutras questões ponderosas que envolvem, por exemplo, a sobrevivência quotidiana de centenas de milhares de portugueses, quer se fale de políticas de emprego ou de segurança social, de saúde ou assistência.

Aí, se necessário e em nome da vontade da «maioria», aplica-se o garrote da disciplina partidária ou de voto, mandando às malvas

## PONTOS CARDEAIS

a consciência de todos os que, no interior do próprio PS, tenham sobre o assunto graves reservas. Será que a moral e a consciência, mais do que elásticas, agora já são um negócio de pronto-a-vestir?

### Racismos

Um tribunal militar belga condenou esta semana a 12 meses de prisão, seis dos quais com pena suspensa, um sargento do Exército julgado por comportamento racista durante a missão da ONU em 1993 na Somália. O acusado - um sargento de 26 anos - já havia sido condenado em Março, em primeira instância, a três meses de prisão com pena suspensa. O extraordinário deste processo está na matéria criminal comprovada em tribunal: o sargento Dirk Nassel «ofereceu» uma jovem somali menor aos seus soldados durante uma festa de aniversário e amarró outra criança somali a uma viatura. Numa Bélgica actualmente em choque pelas sucessivas descobertas de novos crimes de pedofilia no seu próprio território, cometidos por respeitáveis concidadãos e vitimando crianças do próprio país, seria inadmissível ver hoje um tribunal - militar ou civil - aplicar tão benevolente pena a um criminoso com o «desempenho» deste envergamento do Exército belga.

Mas as crianças vítimas do sargento Nassel não eram loirinhas, europeias e, sobretudo, belgas.

Eram negras, africanas e simplesmente somalis.

Pelo que a leve condenação decidida pelo tribunal militar belga para castigar crimes racistas configura, ela própria, um escandaloso acto racista.

### Comício-anedota...

Uma perspicaz reportagem do Público, assinada por Rui Baptista, descobriu a careca ao «grande comício» com que Paulo Portas, em Aveiro, quis fazer a sua estreia «de massas» como líder do PP. Apesar do engodo da actuação dos Delfins no final, «Portas não conseguiu juntar um milhar de cidadãos. E a maioria eram militantes vindos de todo o país, mas era grande o número dos que pareciam mais empenhados em ouvir as músicas do grupo liderado por Miguel Ângelo do que em escutar o líder do CDS/PP». Marcado para as 18 horas, o comício «foi sendo adiado sucessivamente, sempre à espera da enchente de apoiantes que nunca chegou. (...) Estava já Nobre Guedes a «agradecer a Aveiro por ter respondido à chamada», quando Portas surgiu em palco, em mangas de camisa e mãos na cintura, mesmo a tempo de entrar em directo no Jornal da Noite da SIC. E a primeira coisa que Portas fez,

mal tomou conta do microfone, foi afirmar que começava ali, naquela praça, com aquelas pessoas estrategicamente colocadas no corredor coberto pelas câmaras de televisão, «a reconquista do CDS/PP». Seguiram-se mirabolantes propostas de reformas na Segurança Social e outras patacoadas com que o novo líder julga provar que lidera, rematando o jornalista que, «espalhados pela praça, monteiristas como Jorge Ferreira, Nuno Correia da Silva e até Girão Pereira não conseguiram para de rir». É o risco de se querer um comício para contar anedotas: normalmente acaba-se numa anedota de comício.

### ... e anedota tout court

Mas o anedotário parece ter dado forte no PP, esta semana. Noutro local - nem mais nem menos que na Assembleia da República -, foi a vez do ex-líder do PP, Manuel Monteiro, ser forçado a sair à liça para defender o seu «consulado» à frente do partido, dado que mais ninguém da sua

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

### Um João entre milhares

**Judite de Sousa** - Um jovem português de 15 anos morreu em Espanha, para onde foi trabalhar ilegalmente e sem conhecimento dos pais. O jovem terá sido mais tarde aliciado por uma rede de prostituição infantil e durante dois meses ninguém soube do seu paradeiro. Só agora a família tomou conhecimento da sua morte em circunstâncias ainda por esclarecer.

**Freitas Ribeiro** - Eles colocam os jovens no mercado do trabalho ou na prostituição, recebem os ordenados e depois distribuem como lhes convém. Esta é a história do João. Tinha 15 anos, vivia em Carraceda de Montenegro, em Trás-os-Montes. Um dia desapareceu de casa.

**Mãe de João** - Iam para lá de Chaves, mas arrependeram-se e voltaram para trás.

**F. Ribeiro** - Não se sabe por que se arrependeram.

**Mãe** - Arrependeram-se porque as moças que iam também se aperceberam, por certas conversas, de



bancada se dispôs a fazê-lo. A questão prendia-se com a controversa nova legislação sobre contribuição autárquica produzida pelo Governo do PS e que o PP de Manuel Monteiro viabilizou na Assembleia da República. Incomodado com as constantes críticas ao PP vindas de vários pontos do hemiciclo, Manuel Monteiro quebrou o silêncio a que se remetera desde o Congresso de Braga, que o apoiou da direcção do partido, para retorquir, em sibilina farpa à nova direcção do PP, que «tenho por hábito honrar o passado - um hábito que talvez esteja em desuso», acrescentando que o PP tinha viabilizado o Orçamento de Estado que permitiu aumentar a contribuição autárquica «no quadro de uma negociação de boa-fé com o Governo, que nos prometeu que enviaria à AR uma proposta de lei geral tributária, o que afinal não aconteceu». Octávio Teixeira, líder parlamentar do PCP, é que não deixou Manuel Monteiro descansar em tão ético desagravo político. Voltando-se ironicamente para o ex-líder dos «populares» observou: «Só 17 meses depois o CDS-PP se apercebeu da posição de voto que então assumiu»...

que os homens não eram sérios. Voltaram para trás e trouxeram o meu também. Passados quinze dias, eles voltaram cá e levaram o meu.

**F. Ribeiro** - O João foi levado para muito longe. Atravessou a fronteira e foi levado para Alfaro, uma localidade próxima de Logroño, no norte de Espanha, a 700 quilómetros de casa. Partiram no dia 1 de Agosto, só dois meses depois é que os pais souberam do João.

**Mãe** - Uns senhores ciganos vieram às 5 da manhã a minha casa e disseram-me só que tinha tido um acidente. Vinham buscar o bilhete de identidade, só que eu não dei. Eu disse: «Quando chegarem lá digam onde ele está e eu vou levar o bilhete de identidade.» Já sabiam que ele tinha morrido e não me quiseram dizer. Pensaram levar um casal amigo, a fingir que eram pais, para identificarem o corpo, só que os senhores da adega não acreditaram. Se não, eles tinham-no enterrado e eu nunca saberia de nada.

**Júlio Magalhães** - O João foi colocado a trabalhar nesta adega. Os patrões, que não quiseram falar para as câmaras, explicaram que o João aproveitara a hora do almoço para pegar nesta máquina e brincar. Ao dar aqui uma curva, o tractor passou-lhe por cima. Quando chegaram, estava morto. Uma versão que as autoridades estão a investigar. Aqui, Alfaro, paraíso das cegonhas, é também o paraíso de angariadores de jovens portugueses que trazem para trabalhar. São eles que assinam os contratos, sob identidade falsa, recebem o dinheiro do ordenado destes jovens, para depois o distribuírem. São milhares os que vêm para aqui trabalhar cada Verão, em busca de um paraíso que rapidamente se pode transformar num inferno. Como aconteceu ao João.

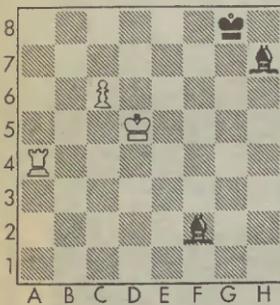
(Telejornal, 6-5-98)

## XADREZ

DCLVII - 14 DE MAIO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X20

Por: A. Troitzky

«L'Echiquier», 1930 - 1.ª Menção Honrosa  
Pr.: [3]: Bs, f2, h7 - Rg8  
Br.: [3]: Pc6 - Ta4 - Rd5



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998X20 [A. T.]

1. Tg4+!, Rh8; 2. c7, Bf5; 3. Tf4, Bg3 [b6];  
4. Tf5, B:c7; 5. R:c6, Bg3; 6. Th5+, R~;  
7. Tg5+ e ganha.

A. de M. M.

## DAMAS

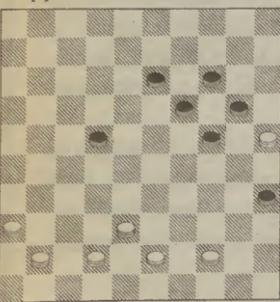
DCLVII - 14 DE MAIO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D20

Por: Pierre Garlopeau

Au Coeur du Problème, França, s/d

Pr.: [7]: 13-14-19-20-22-24-35

Br.: [7]: 25-36-38-41-42-43-44



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998D20 [P.G.]

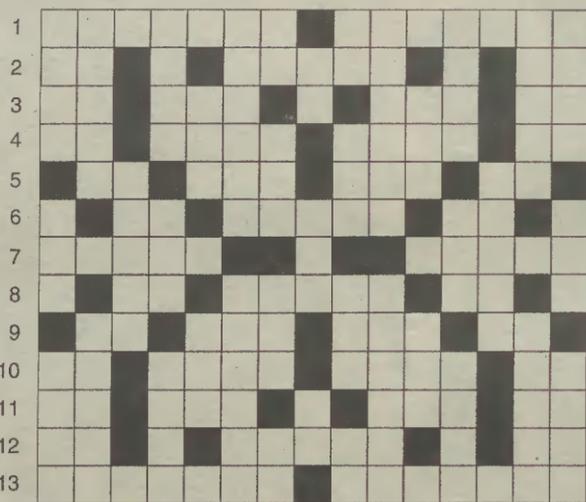
1. 44-40! (35x44); 2. 43-39 (44x33); 3. 38-29, 27x33; 4. 42-38, e 5. 41-37 e 6. 36x9

(7. 25x23 +

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Acto ou efeito de deslizar, rede usada na pesca de arrasto pelos pescadores da província do Algarve (pl.). 2 - O primeiro de todos os números; penhor; espécie de escumilha. 3 - Neptúnio (s.q.); mil e quatro romanos; rochedo (bras.); Índio (s.q.). 4 - Rio costeiro de França; condutor de palanquin, na Índia; gemidos (bras.); à quele. 5 - Sim (ant.); acrescentei; grande quantidade; preposição. 6 - Cântamo de Manila; cada uma das peças rígidas que entram na constituição do endosqueleto da maioria dos vertebrados (pl.); entra na formação de várias palavras, designando intensidade, separação, oposição, etc. 7 - Esquiva-se; assalta. 8 - Concede gratuitamente; doença grave que ataca os cães e gatos, caracterizada por acessos furiosos seguidos de paralisia; prefixo, de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação. 9 - Utensílio de cozinha; tenho conhecimento; profundo; língua que se falava outrora ao sul de Loire (França). 10 - Graça; chuva (pop.); descaramento (pop.); aspecto. 11 - Caminhais; cem metros quadrados; naquelas; observei. 12 - Actínio (s.q.); conjunto de cerimónias prescritas para a celebração de um culto (pl.); antemeridiano (abrev.). 13 - Bigoma bifurcada de marceneiros (pl.); vestimenta rústica.

**VERTICAIS:** 1 - Acumulação ou monte de areia nas regiões desérticas e nas regiões litorais, sob a acção do vento de direcção quase constante; rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo; braços de rio. 2 - Estaca que serve de suporte às videiras e outras plantas sarmentosas ou trepadeiras (pl.); designação especialmente aplicada a um pequeno pássaro com mancha vermelha no mento, na garganta e no peito, sedentário e muito comum em Portugal. 3 - Qualquer composto cuja fórmula se pode obter do amoníaco ou da amina primária. 4 - Sacerdote budista tibetano; cinge com nó; prova automobilística. 5 - Íntima; criatura. 6 - Descarado (reg.); governara. 7 - Érbio (s.q.); o m.q. lírio; dama de companhia; caminhais. 8 - Ruténio (s.q.); passa para fora; Astatino (s.q.). 9 - Antigo soberano persa; espécie de boi selvagem; cruel; Ósmio (s.q.). 10 - Estabelecimento de caridade para albergar pessoas necessitadas (pl.); doméstica. 11 - Deus dos raios e do trovão, filho de Odin; base aérea portuguesa. 12 - Pron. pess. feminino (pl.); amarra; o m.q. asco. 13 - Árvore do Sri Lanka e Malaca, que produz madeira valiosa, muito rija e de cor negra. 14 - Combinam; escavar. 15 - Inércia; o tio americano; poema.

sa. 11 - Tor; oia. 12 - Elias; atar;asca. 13 - Ebanho. 14 - Aliam; cavar. 15 - Sonor; Sant; rima. ser. 6 - Zavador; regera. 7 - Er; his; atar; is. 8 - Ru; sal; Al. 9 - Xa; ur; vil; Os. 10 - Astilos; amam; nas; samarra.

**HORIZONTAIS:** 1 - Deslize; ávagas. 2 - Um; arrras; is. 3 - Np; MIV; ita; In. 4 - Aa; amal; ulos; ao. 5 - Si; ad; for; em. 6 - Md; ossos; ab. 7 - Evtia; ataca. 8 - Dd; riva; an.

SOLUÇÃO

AGENDA

**ALCOCHETE**

Quinta, 14 - Venda pública do Avante! e contactos com trabalhadores da Autarquia

**ALMADA**

Quinta, 14 - Venda pública do Avante! junto à Lisnave e Arsenal, na Pç. do MFA e no Mercado da Cova da Piedade

Sexta, 15 - Contactos com trabalhadores do Arsenal

Sábado, 16 - Contactos nos mercados de Almada, Cova da Piedade, Monte da Caparica

Domingo, 17 - Contactos nos mercados de Laranjeiro e Levante

Terça, 19 - Contactos com trabalhadores da Têxtil

Quarta, 20 - Contactos nos Transportes Sul do Tejo

**AMADORA**

Distribuição e outras acções de propaganda no concelho - dias 18, 19 e 20

**BARREIRO**

Quinta, 14 - Venda pública do Avante! no Terminal Rodo-Ferro-Fluvial e noutras zonas públicas e junto a várias empresas

Terça, 19 - Contactos com trabalhadores na Quimigal/Quimiparque, Soflusa, CP e CM; encontro com membros de ORT's sobre a situação social no concelho (às 11h)

Quarta, 20 - Contactos com trabalhadores na Essence, EMEF, Sete Portais e Nicola

**Distrito de BRAGA**

Quinta, 14 - Venda pública do Avante! e contactos com a população e trabalhadores no Complexo Grundig em Braga; no Parque Industrial de S. João da Ponte; na Têxtil Lameirinho e no centro da cidade, em Guimarães; na Têxtil Sampaio

Ferreira, em Riba d'Ave, e na Mabor no Lousado (V. N. Famalicão)

**GRÂNDOLA**

QUARTA, 20 - Reunião da célula dos trabalhadores da Autarquia, às 16h, no CT do PCP

**O PCP com os Trabalhadores**

**Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos.**



**Campanha Nacional de Propaganda**

**MOITA**

Sexta, 15 - Contactos com trabalhadores na Guston

Terça, 19 - Contactos com trabalhadores na Frisat's

Quarta, 20 - Contactos com trabalhadores nas instalações da CM no Matão

**OEIRAS**

Distribuição e outras acções de propaganda no concelho - dias 18, 19 e 20

**SEIXAL**

Quinta, 14 - Venda do Avante!; contactos de jovens na Pioneer; contactos com os trabalhadores nas oficinas da CM

Sexta, 15 - Venda do Avante! e distribuição de outros documentos da Campanha; contactos de jovens na Delfim

Sábado, 16 - Plenário com membros do Partido nas ORT's e Movimento Sindical, às 15h

Terça, 19 - Contactos com a população nos barcos (7h), Santa Maria de Corroios (12h), Indelma (15h30)

**SETÚBAL**

Quinta, 14 - Contactos com os trabalhadores da CM (Poçoilos), SAPEC, CRSS, SODIA, LISNAVE/GESTNAVE (Mitrena)

Sexta, 15 - Contactos com os trabalhadores da Portucel, Hab. e Urbanismo da CM, INAPA, CPPE, Merloni; Banca (10 às 12) junto aos Belos/CT do PCP

Sábado, 16 - Bancas no Mercado do Livramento (das 10 às 12) e no Largo da Misericórdia (15 às 18)

**VILA FRANCA DE XIRA**

Sexta, 15 - Plenário concelhio de Trabalhadores em Empresas: às 15h, no CT de Alhandra, com a participação de José Ernesto Cartaxo

**LISBOA**

Iniciativas várias das células e organizações da cidade integradas na campanha, de 14 a 20 de Maio:

- Venda pública do Avante! e distribuição de outros documentos da Campanha em vários locais da cidade - dia 14

- Distribuição do documento nacional na Rua do Carmo - dia 14, 8h30/10h

- Contacto com as empresas da Construção Civil - dia 14, hora do almoço

- Com os trabalhadores da Coop. Resistência (Ameixoeira) - dia 15, 12h

- Com os trabalhadores das principais unidades hoteleiras de Lisboa - dia 18

- Distribuição e outras acções de propaganda junto de empresas dos sectores Energia e Telecomunicações de toda a cidade - dias 14, 15, 18, 19 e 20

**Baleizão**  
Domingo, 17 de Maio  
**HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA**

com a participação de CARLOS CARVALHAS

Às 15h - Romagem  
às 15h30 - Comício

\*

**EXCURSÃO A BALEIZÃO**  
promovida pela Direcção da Cidade de Lisboa do PCP: inscrições nas Organizações da cidade e no CT Vitória



JCP Lisboa  
Organização do Ensino Superior

**DEBATE COM LUÍS SÁ**

sobre "Questões do Socialismo"  
Dia 14, às 21h30 no CT Vitória

**Em debate**

**PORTO**

**● Nova legislação laboral**

A Direcção da Organização Regional do Porto promove um encontro-debate público sobre "O PCP, as propostas de nova legislação laboral e as suas consequências" no próximo dia 19 (terça-feira), às 18h, na Junta de Freguesia de Sto. Ildefonso. Participa Jerónimo de Sousa.

**LISBOA**

**● Lisboa Oriental em Debate**

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa leva a efeito no próximo sábado, 16, na Esc. Secundária Prof. Herculano de Carvalho, nos Olivais, um debate público sobre os diversos problemas e perspectivas que se colocam à reabilitação, reconversão e qualificação da Zona Oriental de Lisboa. Entre os participantes estará António Abreu, vereador da CML.

**QUELUZ**

**● O Manifesto Comunista e o projecto do PCP**

Com a participação de Álvaro Cunhal, realiza-se sábado, dia 16, um debate sob o tema «O Manifesto Comunista e a Actualidade do Projecto do PCP» na Escola Primária do Monte Abraão, antecedido por almoço-convívio no mesmo local (Inscrições pelos tels. 4353667 e 9142336).

**CASCAIS**

**● A Moeda Única**

- debate em Rebelva com a participação de Sérgio Ribeiro: sábado, 16, às 21h, no GIMBRE-Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva (frente ao LIDL).

**Monte Abraão**

**ALMOÇO-CONVÍVIO COM ÁLVARO CUNHAL**

promovido pelas organizações de Monte Abraão, Massamá e Queluz  
Sábado, 16, às 13h

**Almada**

Arsenal do Alfeite - Plenário da célula: dia 15, no Centro de Trabalho de Almada

**Braga**

**PLENÁRIO DE QUADROS** dos sectores profissionais, sindicalistas e autarcas e de todas as estruturas de direcção do Partido no distrito, pelo reforço e alargamento da influência do Partido na Região: dia 16, às 15h, na Esc. André Soares, com a participação de António Lopes e Henrique de Sousa

**Lisboa**

**Reunião de Quadros da Área de Energia** (designadamente EDP, Petrogal, GDP) sobre situação política e social nas empresas: quinta-feira, dia 14, às 18h30, no CT da Av. Duque de Loulé

**Sector Serviços** - Encontro de militantes do Sector, com a participação de Francisco Lopes: dia 16, às 14h30, no CT da Av. Duque de Loulé. Convívio no final

**Setúbal**

**Lisnave/Gestnave/ENI** - Plenário da célula: dia 15, às 18h, no CT Concelhio S. Simão, Belos/Azeitão; **Gonvarri, Soares da Costa** - Assembleia plenária das organizações: na garagem do cam. Jorge Sousa, dia 16, às 21h

**Seixal**

**Trabalhadores da CM** - Plenário da célula: hoje, dia 14, às 16h30, no Refeitório do Fogueteiro  
**ORT's e Trabalhadores** - Plenário aberto a não militantes do Partido, integrado na campanha "Defender e concretizar direitos": dia 16, às 15h, no Auditório do CT do Seixal

**Vendas Novas**

**PLENÁRIO CONCELHIO DE QUADROS**: sexta-feira, 22, às 21h, no Centro de Trabalho local, com a participação de José Soeiro

**V. Franca de Xira**

**Vialonga** - Plenário preparatório da próxima V Assembleia da organização local, sob o tema «Movimento Associativo e Popular na freguesia»: hoje, dia 14, às 21h30, no CT de Vialonga.  
**Alhandra** - Plenário de militantes da freguesia, preparatório da Assembleia da Organização Concelhia: dia 16, às 16h, no CT local.

**Plenários de células e organizações do PCP**

**VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

**5ª Assembleia da Organização Concelhia**

Domingo, 17, às 14h, na Escola Secundária com a participação de Carlos Luís Figueira

**ALMADA**

**7ª Assembleia da Célula da Lisnave-Gestnave**

Domingo, 17, no Centro de Trabalho do PCP

**LISBOA**

**4ª Assembleia da Organização da Zona Ocidental**

(Ajuda, Alcântara, Campolide, Lapa, Prazeres, Sta. Isabel, Sta. Maria de Belém, Sto. Condestável, Santos-o-Velho, S. Francisco Xavier, S. Mamede)

Sábado, 16, na Junta de Freguesia de Alcântara, com a participação de Vítor Dias

**OEIRAS**

**7ª Assembleia da Freguesia de Porto Salvo**

Sábado, 16, às 15h30, na SIMPS

**PALMELA**

**5ª Assembleia da Freguesia de Palmela**

Sexta, 15, às 21h, no Cine S. João

**5ª Assembleia da Freguesia de Pinhal Novo**

Sábado, 16, às 15h, no CT de Pinhal Novo

**VILA FRANCA DE XIRA**

**3ª Assembleia da Freguesia de Póvoa de Sta. Iria**

Domingo, 17, às 15h, no Grémio Dramático Povoense, com a participação de António Andrez

**Vidigueira**

Dia 20 de Maio no Pavilhão de Selmes

**ENCONTRO CONCELHIO DE REFORMADOS**

promovido pela Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Vidigueira / MURPI  
Lanche-convívio  
Grupo Coral de Reformados de Ferreira do Alentejo  
(Inscrições até 15 de Maio)

**CDU**

**Cova da Piedade**

Realiza-se hoje às 21h, no CT Concelhio do PCP (Pombal) uma reunião de membros das listas/97 à autarquia para análise do trabalho que tem sido desenvolvido pela CDU no actual mandato, com o objectivo de recolher opiniões e sugestões de ajuda.

**Rio de Mouro**

Eleitos na freguesia visitam no próximo domingo, da parte da tarde, a localidade de Francos. A concentração de todos os que queiram participar é às 15h30 junto ao largo da Escola de Francos.

**TEMPO DE ANTENA do PCP**

SEXTA-FEIRA • 15 de Maio  
Na RTP 1 (a seguir ao telejornal)

**"ALMOÇO em MAIO"**

Almoço-convívio no CT da Graça, promovido pela Org. da Freguesia de Penha de França  
Sábado, 23  
(Inscrições: Tel. 8138119)

TELEVISÃO

Quinta, 14

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.30 Perdidos de Amor
- 16.15 Reis do Estúdio
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.10 As Lições do Tonecas
- 21.35 Terra Mãe
- 22.30 Grande Entrevista
- 00.20 24 Horas
- 01.10 Especial Musical - «Ricky Martin»

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo

Sexta, 15

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.15 Perdidos de Amor
- 16.10 No Tempo em que Você Nasceu
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Terra Mãe
- 22.00 Concurso 1, 2, 3
- 00.10 24 Horas
- 01.00 Máquinas
- 01.35 Ruas Sangrentas (de Raymond Martino, EUA/1992, com Michael Nouri, Joey Travolta, Vanity, James Russo. «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.15 Euronews

Sábado, 16

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.15 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 14.55 Futebol / Final da Taça de Inglaterra: Arsenal-Newcastle
- 17.05 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
- 18.05 Jet 7
- 18.45 Há Horas Felizes
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Cais do Oriente
- 21.20 Nós, os Ricos
- 22.00 Serviço de Urgência
- 23.00 Enviado Especial
- 24.00 24 Horas
- 00.55 A Face Oculta (de George A. Romero, EUA/1990, com Timothy Hutton, Amy Madigan, Michael Rooker, Julie Harris. «Terror»)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Música Maestro - Uma Canção para a Europa
- 12.55 Horizontes Selvagens
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento

Domingo, 17

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 11.30 Automobilismo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 15.00 Kung Fu
- 16.00 Pestinhas ao Ataque (de Michael Gottlieb, EUA/1993, com Terry «Hulk» Hogan, Sherman Hemsley, Austin Pendleton. «Comédia»)
- 17.50 Casa Cheia
- 18.25 Riscos
- 19.25 Domingo Desportivo
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Cais do Oriente
- 21.00 Major Alvega
- 21.45 Assalto à Televisão
- 23.15 Domingo Desportivo
- 00.45 24 Horas
- 01.25 Nos Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.20 Sobrevivência
- 12.30 Sinais do Tempo
- 13.30 Jornal d' África

Segunda, 18

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.30 Perdidos de Amor
- 16.15 Top +
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 20.55 Futebol: Jogo das Estrelas
- 23.00 Terra Mãe
- 24.00 24 Horas
- 00.50 Ciclismo
- 01.05 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Madeira - Artes e Letras
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Hugo
- 20.10 Tudo em Família

Terça, 19

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.30 Perdidos de Amor
- 16.15 Made in Portugal
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Terra Mãe
- 22.00 Herman 98
- 23.45 Millennium
- 00.45 24 Horas
- 01.35 Desporto

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Jogo Falado
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Informação Religiosa
- 17.55 Futebol: Alemanha-Portugal
- 20.05 Tudo em Família
- 20.30 Histórias de Sempre

Quarta, 20

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.00 Perdidos de Amor
- 15.45 Concurso 1, 2, 3
- 18.10 Maria do Bairro
- 18.40 País País
- 19.10 País Regiões
- 19.35 Futebol: Real Madrid-Juventus
- 21.45 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.45 Terra Mãe
- 23.45 Na Linha de Fogo (de Wolfgang Petersen, EUA/1993, com Clint Eastwood, John Malkovich, Rene Russo, Dylan McDermott. Ver Destaque)
- 01.20 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews



Herman José de regresso à RTP1 na terça-feira com «Herman 98»



Judite de Sousa e Margarida Marante são esta noite «vizinhas» nos nossos televisores com as habituais entrevistas



«Profiler», uma das séries da TVI



Inspiração em aventuras imaginadas por Júlio Verne, «A Volta ao Mundo de Willy Fog» é uma nova série de desenhos animados, em estreia na RTP

- 20.10 Tudo em Família
- 20.35 Musical: «Prodigy»
- 21.10 Cidade Louca
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Underground - Era Uma Vez Um País (de Emir Kusturica, Alem./Fr./Hungria/1995, com Miki Manojlovic, Lazar Ristovski, Mirjana Jokovic, Slavko Stimac. Ver Destaque)

SIC

- 08.10 Buêrére
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Baila Comigo
- 11.10 Fátima Lopes
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêrére
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Anjo Mau / Por Amor
- 22.15 Ai os Homens
- 23.30 Esta Semana
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Flash
- 02.10 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Terra: Conflito Final
- 23.00 Seres na Escuridão (de Jorge Montesi, EUA/1995, com Faith Ford, Stephen Tobolowsky, Thomas Gibson, Charles Dutton. «Terror»)
- 01.15 Seinfeld
- 01.45 Ponto Final

- 17.45 Informação Religiosa
- 18.15 Um, Dó, Li, Tá
- 18.55 Futebol: Brasil-Portugal
- 21.05 Quem Sabe, Sabe...
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Segredos e Mentiras (de Mike Leigh, Gr.Br./1996, com Brenda Blethyn, Timothy Spall, Marianne Jean-Baptiste. Ver Destaque)
- 01.10 Falatório
- 02.10 Ternuras e Arrufos

SIC

- 08.10 Buêrére
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Baila Comigo
- 11.10 Fátima Lopes
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêrére
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Bom Baião
- 21.20 Anjo Mau / Por Amor
- 22.45 Ponto de Encontro
- 23.45 Donos da Bola
- 02.00 Último Jornal
- 02.40 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 A Esquadra de Brooklyn
- 24.00 Consulta para a Morte (de William A. Graham, EUA/1993, com Markie Post, Corbin Bernsen, Kelsey Grammer. «Policial»)
- 02.00 Seinfeld
- 02.40 Fora de Jogo

- 15.00 Cães Extraordinários
- 16.00 Festival Pop (Baden-Baden)
- 17.00 Desporto 2
- 19.30 2001
- 20.15 Jogo do Alfabeto
- 21.00 Onda Curta (A Velha Senhora e os Pombos, La Vieille Dame et les Pigeons, de Sylvain Chomet, Fr./Can./1996; O Gato das Botas, Kot V Sapoghakh, de Garri Bardine, Rússia/1995. Ver Destaque)
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.25 Coitado do Jorge (de Jorge Silva Melo, Port./1993, com Jerzy Radziwilowicz, Angela Molina, Manuel Wiborg, Graziella Galvani, Luís Rego. Ver Destaque)
- 01.15 A Ciência do Sexo

SIC

- 08.00 Buêrére
- 11.30 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Animação
- 14.10 Imagens Reais
- 14.40 Norte e Sul
- 16.00 Xena, a Princesa Guerreira
- 17.00 Walker
- 18.00 O Leão de África (de Kevin Connor, EUA/1987, com Brooke Adams, Brian Dennehy, Josef Shiloh, Don Warrington. Aventuras)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Mundo VIP
- 21.25 Corpo Dourado
- 22.25 Big Show Sic
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 Noite em Nova Iorque (de George Kaczender, EUA/1987, com David Birney, Season Hubley, Susannah York, Yaphet Kotto. «Policial»)

TVI

- 10.00 Animação
- 12.40 Gémeas
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 Feed Back
- 15.55 Os Julgamentos de Rosie O' Neill
- 16.50 Uma Mulher de Corpo Inteiro
- 18.30 F/X: Efeitos Mortais
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Uma Nova Família (de Linda Otto, EUA/1993, com Joseph Gordon-Levitt, Bill Smitrovich, Kathleen York. «Drama»)
- 01.00 Revolver (de Gary Nelson, EUA/1992, com Robert Ulrich, Dakin Matthews, Steven Williams, David Ryall, Assumpta Serna. «Espionagem»)

- 14.00 Desporto 2
- 18.10 Nazaré (de Manuel Guimarães, Port./1992, com Virgílio Teixeira, Helga Liné, Artur Semedo, Maria José, Luís Campos, Maria Olgum. Ver Destaque)
- 19.35 Bombordo
- 20.00 Artes e Letras - História da Arte Americana (III)
- 21.00 Orgulho e Preconceito
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.05 Teatro: «Na Solidão dos Campos do Algodão»
- 00.05 Vidas do Século - «O Último Czar»

SIC

- 08.30 Buêrére
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Animação
- 14.10 S.O.S.
- 14.40 Viper
- 15.40 Stargate
- 16.40 Demónio de Saias (de Susan Seidelman, EUA/1989, com Meryl Streep, Roseanne Barr, Ed Beagley Jr., Linda Hunt. «Comédia»)
- 18.50 Desporto
- 20.35 Jornal da Noite
- 21.15 Camilo na Prisão
- 21.45 Corpo Dourado
- 22.45 Surprise Show
- 23.45 Perigo Iminente (de Ridley Scott, EUA/1982, com Harrison Ford, Rutger Hauer, Sean Young, Edward James Olmos, M. Emmet Walsh, Daryl Hannah. Ver Destaque)
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 Gémeos

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.10 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
- 14.50 O Céu Como Horizonte
- 15.40 Adultos à Força
- 16.30 Uma Mulher de Corpo Inteiro
- 18.30 Nightman
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Causa Justa
- 23.00 Encruzilhada de Traições (de James Kaufman, EUA/1990, com James Brolin, Meg Foster, Dorothee Barryman, June Chadwick. «Policial»)
- 01.15 Futebol (Campeonato Italiano)

- 20.35 Histórias de Sempre
- 21.10 Sarilhos com Elas
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.45 Jogo Falado
- 23.45 Gente Fina, Um Vira-latas no Parlamento (de Jonathan Lynn, EUA/1992, com Eddie Murphy, Lane Smith, Sheryl Lee Ralph. «Comédia»)
- 01.45 Duckman, o Trapalhão

SIC

- 08.10 Buêrére
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Baila Comigo
- 11.10 Fátima Lopes
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêrére
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Médico de Família
- 22.00 Por Amor
- 23.00 Passado Perfeito (de Jonathan Heap, EUA/1996, com Eric Roberts, Nick Mancuso, Saul Rubinek, Laurie Holden. «Drama»)
- 01.00 Último Jornal
- 01.25 Em Nome do Pai
- 03.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pensacola
- 23.00 Linha de Fundo
- 00.50 Seinfeld

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Profler
- 23.00 PSI Factor
- 24.00 Seinfeld
- 00.30 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.10 Tudo em Família
- 20.35 Histórias de Sempre
- 21.10 Os Simpsons
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Um João Ninguém (de Frank Capra, EUA/1941, com Gary Cooper, Barbara Stanwyck, Edward Arnold, Walter Brennan. Ver Destaque)
- 00.55 Falatório
- 01.45 Musical: «The White Room»

SIC

- 08.10 Buêrére
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Baila Comigo
- 11.10 Fátima Lopes
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vidas Cruzadas
- 15.50 Buêrére
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Médico de Família
- 22.00 Por Amor
- 23.00 Passado Perfeito (de Jonathan Heap, EUA/1996, com Eric Roberts, Nick Mancuso, Saul Rubinek, Laurie Holden. «Drama»)
- 01.00 Último Jornal
- 01.25 Em Nome do Pai
- 03.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Ponto de Encontro
- 22.30 Herói Acidental (de Stephen Frears, EUA/1992, com Dusty Hoffman, Geena Davis, Andy Garcia, Joan Cusack. «Comédia»)
- 01.05 Seinfeld
- 01.35 Lanterna Mágica
- 02.15 Fora de Jogo

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**Underground**  
**- Era Uma Vez Um País**

(Quinta, 22.50, RTP2)

Durante o bombardeamento de Belgrado em plena II Guerra Mundial, um punhado de resistentes descobre uma cave abandonada onde se preparam para fabricar armas. Mas, 20 anos passados, aquele grupos de pessoas ainda continua encerrado naquela cave, convencidos por um de entre eles (que assegurava as ligações com o exterior e entretanto se metia em negócios de armamento) de que a guerra ainda durava... Passam mais 30 anos e o mesmo oportunista continua a traficar armamento. Só que, agora, à superfície decorre a guerra da Bósnia... Como é bem de ver, estamos perante uma surpreendente e fabulosa alegoria, a um tempo dramática e sarcástica, na qual o realizador Emir Kusturica se debruça, no seu estilo habitualmente talentoso e truculento, sobre a história contraditória dos últimos 50 anos de um país dividido pelas guerras. Problema é saber até que ponto e em que sentido os sentimentos do cidadão influíram na focagem das objectivas do artista.

**Segredos e Mentiras**

(Sexta, 22.50, RTP2)

Numa semana em que «Cinco Noites, Cinco Filmes» celebra alguns filmes premiados em Cannes, o cineasta britânico Mike Leigh tem aqui a sua merecida presença, já que este filme é uma obra cinematográfica admirável. *Segredos e Mentiras*, pela primeira vez transmitido na televisão, celebra o reencontro entre uma mãe e uma filha ao cabo de quase 30 anos, circunstância que vem perturbar o quotidiano e a rotina de uma família mas acabando, no fundo, por trazer muito maior calor e transparência às relações entre os seus componentes. Isto porque a filha em questão é negra e vem reencontrar a sua verdadeira mãe após a morte da mãe adoptiva.

**Onda Curta:**  
**A Velha Senhora e os Pombos e O Gato das Botas**

(Sábado, 21.00, RTP2)

Nestas duas curtas-metragens incluídas na emissão de hoje de *Onda Curta*, a RTP transmite um pequeno filme de Sylvain Chomet, no qual o realizador utiliza as técnicas de desenho em acetato e animação computacional, e um segundo filme tendo por inspiração a



Um fotograma de «Perigo Iminente - Blade Runner», de Ridley Scott

por um punhado de representantes dessa comunidade. Destaque para as interpretações de Artur Semedo, Maria Olguim ou Luís Campos.

**Perigo Iminente**

(Domingo, 23.45, SIC)

Sem dúvida que Ridley Scott, um cineasta vindo da publicidade, sabe como poucos dominar o design de uma produção ou explorar com inegável mestria as capacidades técnicas que lhe colocam à disposição, embora em *Alien* (1979), *Telma e Louise* (1991), *Cristóvão Colombo* (1992) ou, sobretudo, na sua obra-prima *The Duellists* (1977) - nunca mostrada nas nossas televisões - sejam muito mais evidentes e decisivos a sua inteligência e talento de cineasta. *Blade Runner* pertence ao núcleo dos seus filmes mais «espectaculares» mas sofre, entretanto, de um argumento desigual no qual funcionam algumas personagens sem grande chama. Mas é um fogo de vista para os olhos!

**Brigadas Vermelhas**

(Terça, 22.50, RTP2)

Um dos últimos filmes de John Frankenheimer, um rotineiro do cinema de acção. Aqui, como o título português solitamente esclarece, trata-se de uma história que faz mergulhar um jornalista americano no mundo romano do terrorismo político, da morte e da violência dos anos 70, tendo no centro dos acontecimentos o assassinato de Aldo Moro. Mas o terrorismo dito «esquerdista» sempre deu pano para mangas ao alimentar do confusão político, pelo que, vindo de onde vem, é caso para desconfiar. E muito.

**Um João Ninguém**

(Quarta, 22.50, RTP2)

Uma jornalista que havia sido despedida do jornal onde trabalhava inventa uma carta assinada por

um tal John Doe na qual, desgostoso com as agruras por que passa o mundo, este anuncia a intenção de suicidar-se. O certo é que a carta provoca um imenso êxito, a jornalista é readmitida sob a condição de continuar a explorar o filho John Doe, até que tem mesmo de servir-se de um ex-jogador de baseball, agora na miséria, para que este passe por aquela inventada personagem que se tornara cada vez mais popular, chegando a ser manipulado pelo director do jornal para conseguir uma candidatura à presidência. É então que, desgostoso com a evolução dos acontecimentos, o suposto John Doe decide suicidar-se (tal como na carta inventada) sendo salvo *in extremis* pelo amor da jornalista. Este típico filme de Frank Capra mantém-se fiel aos temas que ilustraram outras obras suas e que aqui são retomados como suporte para uma outra história: a exploração da pureza dos bons sentimentos para fins lucrativos; a luta humanista contra a injustiça; e, desta vez, numa referência lateral, a denúncia da «disciplina hitleriana», até porque estávamos em plena II Guerra Mundial. Nos principais papéis, o destaque vai para Barbara Stanwyck e Gary Cooper.



Brenda Blethyn e Marianne Jean-Baptiste, em «Segredos e Mentiras», um filme do britânico Mike Leigh



Gary Cooper e Barbara Stanwyck, em «Um João Ninguém», de Frank Capra

**Na Linha de Fogo**

(Quarta, 23.45, RTP1)

A história deste «thriller» é um achado: um vilão de meter medo (fabulosamente interpretado por John Malkovich) trata de perturbar o sangue-frio de um veterano dos Serviços Secretos, ameaçando assassinar o Presidente dos EUA. O problema é que não o faz inocentemente: ele sabe que aquele agente carregava consigo o sentimento de culpa de ter sido incapaz de impedir o assassinato de John F. Kennedy, três décadas atrás... Este é um dos ingredientes que dá maior «sabor» a uma história bem urdida e bem posta

em cinema por Wolfgang Petersen um especialista germânico do cinema-espectáculo - mas é ao autor do argumento (Jeff Maguire) que se deve o principal mérito da escrita fílmica. E a Clint Eastwood, que tem aqui um das melhores interpretações da sua carreira.

## CABO &amp; SATÉLITE

**Cinema (1)**

Se ainda não teve a oportunidade de ver, aproveite esta sessão da uma da manhã no canal TNT para assistir à projecção de um filme de Robert Wise que, ao que julgamos, nunca foi transmitido pelas nossas televisões. «*Marcado Pelo Ódio*» (Somebody Up There Likes Me), tem como intérprete principal Paul Newman no papel de Rocco Barbella, um delinquente menor, desertor, que descobre na prisão militar onde passa uma temporada que é dotado para o boxe e que, depois da libertação, assina um contrato com um manager sob o nome de guerra de... Rocky Graziano. Uma obra cuja autenticidade está fora de causa e que nos mostra, para além da sordidez do mundo do boxe, as incidências do percurso de um futuro campeão do Mundo de pesos médios. A preto e branco, como convém, e em versão original sem legendas. (TNT, Segunda, das 01.00 às 03.00)



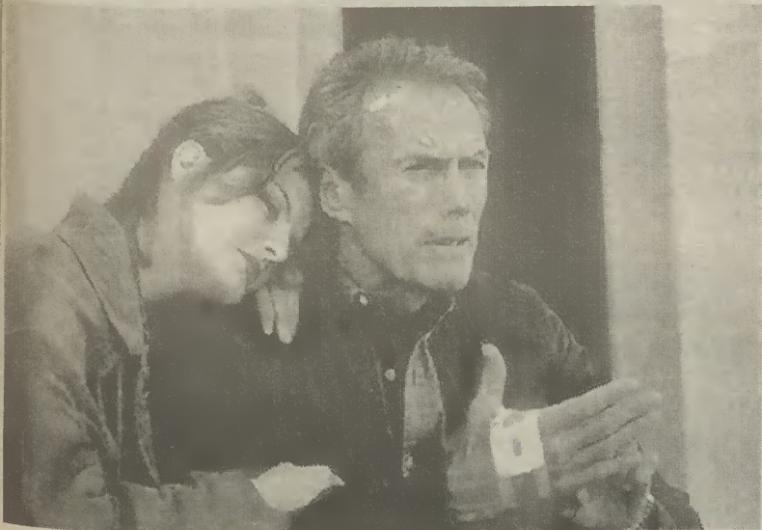
vigarista de segunda ordem o qual, saído da prisão, arranja ocupação como motorista de uma prostituta de alto gabarito. Interpretações brilhantes de Bob Hoskins, da estreante Cathy Tyson e do sempre inquietante Michael Caine. Versão original com legendas. (Hollywood, Quarta, das 23.00 à 01.00)

**Cinema (2)**

Numa semana fraca de cinema nos canais hertzianos, não há dúvida que nesta área até há alternativas via cabo e satélite. Por exemplo, «*Mona Lisa*», que passa esta semana no canal Hollywood, é um filme negro realizado pelo escritor e argumentista Neil Jordan e que nos dá a ver o mundo da prostituição de luxo através do percurso de um

**Mais uma viagem!**

Não são propriamente viagens pequenas aquelas que Michael Palin (figura proeminente dos *Monthy Pyton*) costuma fazer nas séries documentais que tanto êxito colhem junto do público. Agora, a BBC World acompanha o conhecido actor em mais um périplo, desta vez desde o Pólo Norte até ao Pólo Sul, na série «*Pole to Pole*», durante a qual ele viajará ao longo do paralelo situado a 30° Este de Greenwich, por 17 países da Europa e da África, até à Antártida. (BBC World, Domingos, das 20.05 às 21.00)



Rene Russo e Clint Eastwood, em «Na Linha de Fogo», um «thriller» político de Wolfgang Petersen

velha fábula do *Gato das Botas*, segundo a interpretação do cineasta russo Garri Bardine. A descobrir.

**Coitado do Jorge**

(Sábado, 23.25, RTP2)

Interessante o «descaramento» de Jorge Silva Melo, o realizador cinematográfico, ao escolher como *Filme da sua Vida* a sua própria obra *Coitado do Jorge*... Trata-se de um filme recente, co-produção luso-franco-espanhola datada de 93, na qual o cineasta se debruça sobre a invasão do quotidiano de um casal bem instalado na vida por um marginal que acaba por trazer à luz do dia uma certa hipocrisia da ideia de estabilidade emocional e segurança económica, em plena era «cavaquista». As referências sublinham que, para além do invulgar interesse da intriga, a direcção de actores e o trabalho de encaenação são admiráveis.

**Nazaré**

(Domingo, 18.10, RTP2)

Com argumento de Alves Redol e realização de Manuel Guimarães, o filme *Nazaré* foca o dia-a-dia, tão trágico quanto sofrido, da população piscatória da Nazaré, a partir das histórias vividas

# De Moscovo e arredores

Ia já alta a noite quando, em dose dupla, a SIC transmitiu «O Czar Boris», extenso telefilme documental acerca do actual senhor de todas as Rússias, como se dizia dos soberanos anteriores a 17. Ou, decerto mais rigorosamente do actual capataz de todos esses territórios, pois, como se vai sabendo cada vez mais claramente, o verdadeiro poder sobre tamanhas extensões não está sediado em Moscovo mas um pouco mais a Ocidente, do lado esquerdo do Atlântico quando se olha o mundo representado num planisfério tradicional.

Ia, pois, já alta a noite, e por isso raros terão sido os telespectadores que viram o programa. No que diz respeito ao conhecimento de Boris Ieltsin, pouco ou nada perderam: com maior ou menor pormenor, toda a gente sabe que o digno sucessor de Gorbachev subiu a escadaria do poder político menos a golpes de génio que a goles de vodka, lendarizando-se pelos desembarques de avião completamente borracho, pelos joviais apalhões distribuídos a assessoras perante as câmaras de TV, pelas súbitas «doenças» que o impedem de participar em reuniões internacionais em que a sua presença seria importante se ele tivesse capacidade de decisão que sobrasse dos ditames do seu staff «made in USA». Quanto a isso, «O Czar Boris» não acrescentou nada e até terá pecado por omissões. Foi, porém, esclarecedor quanto à actual situação da Rússia. Não por ter trazido informações inéditas, mas sim por ter confirmado, com a especial credibilidade que corresponde a uma fonte insuspeita, o que vem sendo conhecido com crescente nitidez.

## Preservar a memória

E o que vem sendo conhecido é que a Rússia, após a derrota da ex-URSS na guerra-fria que contra ela desencadearam as potências ocidentais, se tornou terreno livre para o saque e a pilhagem a que, como aliás é tradicional, se entregaram os vencedores. Neste caso, com a prestimosa colaboração de agentes (comerciais) autóctones rendidos à evidente superioridade da iniciativa privada quando praticada com pragmatismo e sem complexos. Naturalmente que esse decisivo progresso foi acompanhado pela instalação

local de associações formadas segundo o modelo que nos anos do grande desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, designadamente na década de 20, tornou mundialmente conhecida a cidade de Chicago. Mas não consta que esse aspecto secundário tenha afectado a altíssima taxa de rendibilidade dos capitais investidos e, portanto, tudo bem. Quanto à poliforme miséria que grassa na Rússia, lembrará, quando muito, a miséria terrível que desabou sobre os Estados Unidos nas décadas de 20 e 30 e de que restam, aliás, remanescências que atingem cerca de 30 milhões de norte-americanos. Pergunta-se, porém, por que não há-de ser assim. Por que não hão-de os russos, que aliás cometeram o feio pecado de sonhar uma sociedade diferente e melhor, sofrerem o que sofreram tantos súbditos da Wall Street.

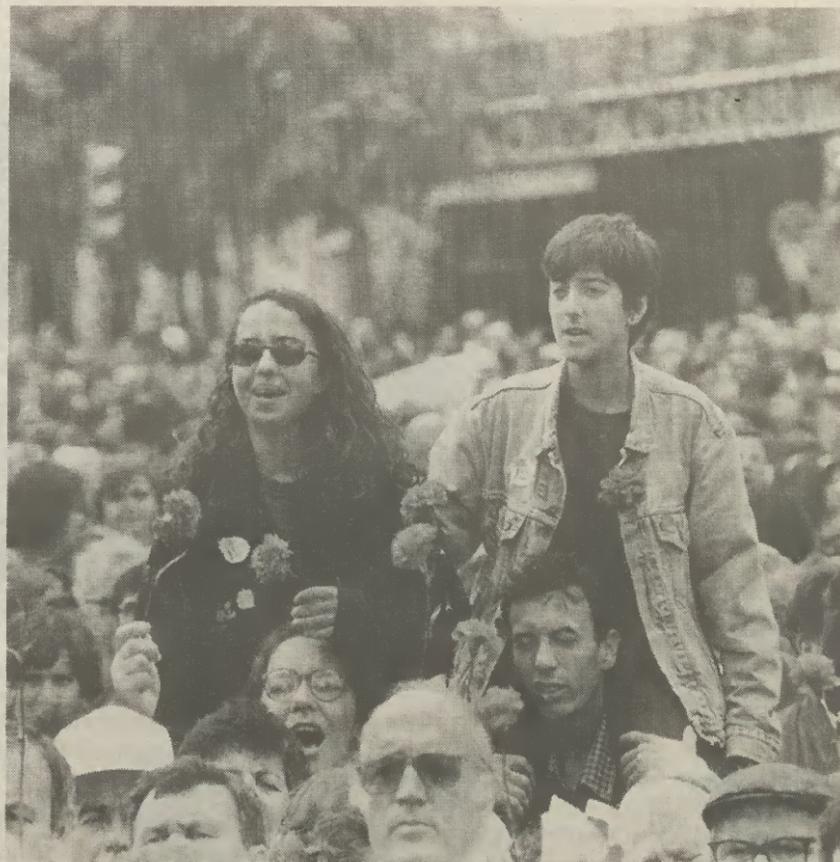
Nesta matéria, por esclarecedor que tenha sido «O Czar Boris», não o terá sido mais que o livro «O Grande Salto Atrás», do francês Henri Alleg (que, lembrem-se?, na década de 60 emocionou o mundo com «La Question», testemunho acerca da sua experiência às mãos dos torcionários do exército colonial na Argélia), publicado há cerca de seis meses pela Editorial «Avante!». A leitura do livro de Alleg permite, aliás, mais algu-

ma coisa que o telefilme transmitido pela SIC: não apenas estabelecermos uma visão adequada do que é hoje a ex-URSS libertada enfim do flagelo colectivista mas também recolhermos contribuições para assentarmos ideias acerca

do próprio percurso histórico da URSS e dos motivos da sua derrota. Não é improvável que muita gente óptima só encontre a plena paz consigo própria depois de ter percebido a sério, e não apenas na base de versões amavelmente cozinhadas e servidas por adversários, o que se passou entre 17 e 91 em Moscovo e seus arredores. Até certo ponto, «O Czar Boris» pode ter dado uma ajuda. «O Grande Salto Atrás» dá-a ainda mais. Mas o imperativo entendimento das coisas por parte de quem não queria fazer favores a quem não os merece reclama uma maior recolha de elementos e mais reflexão. Porque não basta impedir o objectivo, perseguido por quem nele está muito interessado, de nos destruírem a memória: é preciso também que não no-la falsifiquem.

## TVISTO

■ Correia da Fonseca



## Juventude, revolta e projecto de esquerda

Estava eu a discutir com uma jovem camarada as formas de dar expressão à indignação que a ambos nos causava a “missa” por alma do finado Salazar. No meio dos argumentos que terçávamos, ela a favor de um envolvimento directo no protesto, eu contra, percebi que havia ali matéria para reflexão mais alargada.

A ânsia e disponibilidade para a acção com que os jovens muito rapidamente se mobilizam em torno de causas e acontecimentos, às vezes aparentemente insólitos ou distantes, é no fundo a mesma que caracterizou a “geração” do 25 de Abril. É o enorme manancial de energia e generosidade com que há 24 anos saíamos à rua, vitoríamos o MFA, virávamos as escolas do avesso, erguíamos barreiras à reacção, enchíamos as ruas...

Com uma diferença: é que naqueles meses a seguir ao 25 de Abril tivemos o privilégio de participar na construção da história do nosso país, dia a dia sentíamos que muito dependia também da nossa acção, da nossa participação nos acontecimentos. É um tempo que marcou profundamente todos os que viveram, mesmo que alguns hoje se sentem nas cadeiras do poder económico e político e façam os possíveis por esquecer os “devaneios” abrilistas em que se meteram. É algo que não se repete todas as décadas nem todas as gerações.

Mas é certo que uma parte muito considerável dos jovens de agora possui essa mesma vontade e disponibilidade para sacudir o que está errado, para derrubar obstáculos e tentar construir coisas novas. É surpreendente – ou talvez não – como as acções de solidariedade com Cuba, com Timor, com o movimento dos sem-terra brasileiros se enchem com centenas de jovens ávidos de grandes causas, de conhecer, de fazer algo. Os zapatistas mexicanos despertam grande interesse, os seus materiais passam de mão em mão, não é em vão

que em certas acções aparecem jovens encarapuçados.

Podemos olhar para tudo isto como manifestações de “pernicioso radicalismo”, ou podemos ir mais fundo a tentar perceber por que é que tanta energia se canaliza nestas direcções e não noutras, quais as formas de organização que não interessam e as que mobilizam, qual o grau e as razões de descrédito da política tradicional, dos discursos, do “sistema”.

A direita clássica (e mesmo o PS de direita hoje no poder) não tem capacidade de atracção, representa o “politicamente cor-

recto”, erige a estabilidade em valor absoluto, é ou representa aqueles e aquilo contra quem os jovens se revoltam, quando se revoltam.

Tenho para mim como certo que só um projecto de esquerda, transformador, viável porque alargado, palpável porque vertido em soluções concretas saídas das lutas, pode ser mobilizador dessa enorme energia juvenil que se sente, que anda aí à procura.

Esta situação tem que ser tida em conta na iniciativa dos comunistas. Nomeadamente e desde já no Portugal 2000 – Debates para uma Política de Esquerda. Na amplitude dos debates, na escolha dos temas, na busca da participação juvenil, nas formas de divulgação. Sobretudo na nossa forma diferente de fazer política, que não tem de aparecer com soluções “prontas-a-aderir”, mas pode e deve apelar a que venham concebê-las e construí-las connosco.

Com a consciência de que quanto mais se consolidar a ideia da alternativa de esquerda mais atractiva ela se torna e, portanto, mais sólida. E de que quanto mais gente nova nela participar maior e mais duradora é a força de mudança.

## CRÓNICAS DE ALMEDINA

■ Jorge Gouveia Monteiro

## ESCAPARATE

## MÚSICA

## Grupo de Metais do Seixal faz anos

Um dos mais prestigiados grupos de música de câmara portugueses - o Grupo de Metais do Seixal - completa agora o seu 9º aniversário. Hoje à noite, no Fórum Cultural do Seixal, realizar-se-á um concerto comemorativo com a participação do Bartók Ensemble, da Orquestra Lisboa Latina e do próprio grupo aniversariante. A entrada será livre e o concerto está marcado para as 21.30. Parabéns!



## TEATRO

## Um espectáculo para crianças grandes

Na área dos espectáculos teatrais, destaca-se aqui a peça «A Menina que foi Avó» - Peça Teatral em Jeito de Conto de Fadas, com texto e encenação de Carlos J. Pessoa, que vai ser levada à cena pelo Teatro da Garagem nos dias 16, 17 e 18 pelas 21.30 no Pequeno Auditório do CCB. Segundo o texto da sua apresentação, nesta peça «a imaginação toma conta do quotidiano, conduzindo-nos à infância - a esse tempo de inocência e perversidade, tempo de escolhas e de construção de modelos. As personagens provêm do outro lado do espelho, pertencem ao mundo fantástico, da banda desenhada e da ficção científica. E é neste universo de todos os possíveis que se esboça uma nova ordem como forma de sobrevivência».

## CINEMA



## Encerra o ciclo «Um Mar de Filmes»

Com o a chegada ao fim do «Festival dos 100 Dias», termina também o ciclo de cinema «Um Mar de Filmes» que, desde Fevereiro, tem sido apresentado na Cinemateca Portuguesa (R. Rosa Araújo, Lisboa). Nesta recta final, a chamada de atenção vai para «O Deserto Vermelho» (1964) de Michelangelo Antonioni e «E Fez-se Luz» (1989) de Otar Iosseliani, na sexta-feira 15, respectivamente às 18.30 e 21.30; «Amo-te, Amo-te» (1967) de Alain Resnais e «Ondas de Paixão» (1996) de Lars von Trier, na terça-feira 19, às 18.30 e 21.30; «O Intendente Sansho» (1954) de Kenji Mizoguchi, na quarta-feira 20 às 21.30; «Maine Ocean» (1985) de Jacques Rozier e «Para Sempre Mozart» (1996) de Jean-Luc Godard, na quinta-feira 21 às 18.30 e 21.30; e «O Navio» (1983) de Federico Fellini, na sexta-feira 22 às 18.30.

## Actividades do Cine-Clube do Barreiro

Sob a denominação «Germania 0», o Cine-Clube do Barreiro dedica neste mês de Maio um ciclo especial ao cinema expressionista alemão. Das obras programadas para este ciclo, destacamos, no dia 16, «O Golem Como Veio ao Mundo», de Paul Wegener; no dia 23, «Despojos», de Lupu Pick; e, finalmente, no dia 30, «Tabu», de Friedrich W. Murnau. As sessões realizam-se pelas 22 horas na sede do Cine-Clube, R. Almirante Reis, 111 (Barreiro).



## Chega ao fim o «Festival dos 100 Dias»

No Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, será por estes dias encerrado o Festival dos 100 Dias, organizado pela Expo '98, com duas obras inéditas do compositor inglês Michael Nyman. A primeira, que subirá à cena em duas ocasiões - 19 e 21, às 21.30 - é um Ciclo de Canções sobre Fernando Pessoa e foi composta por Nyman a partir de poemas escritos por Kevin Power inspirados pelo «Livro do Desassossego». Actuará como

voz solista a cantora Hilary Summers, presença habitual nos concertos do compositor, e o acompanhamento estará a cargo da Michael Nyman Band. Entre estes dois espectáculos, haverá um terceiro (dia 20, às 21.30, também no Grande Auditório) preenchido com uma peça inédita sobre a qual o compositor mantém rígido segredo...

## Terminam os «Encontros de Música Contemporânea»

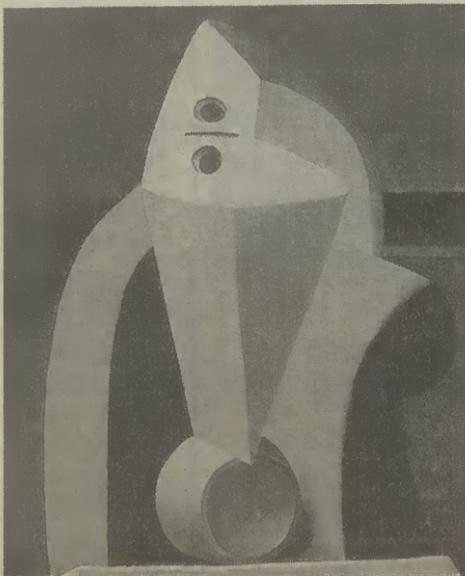
Nos próximos dias 16 e 18, respectivamente sábado e segunda-feira, pelas 21.30, realizar-se-ão no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian os últimos dois concertos dos «22.º Encontros de Música Contemporânea», ambos pertencentes ao Ciclo Mauricio Kagel. No primeiro destes concertos serão executadas «A Cidade Eterna» para orquestra e fita magnética (1998) de João Pedro Oliveira (em estreia absoluta), «Interview avec D.» (texto de Claude Debussy) para recitante e orquestra e «Variações sem Fuga sobre as «Variações e Fuga sobre um Tema de Händel» op. 24 de Johannes Brahms, para orquestra, 1 actor e 1 mimo, de Kagel, ambas em primeira audição portuguesa. Actuarão a Orquestra Gulbenkian sob a direcção de Michael Zilm, sendo director cénico e recitante o próprio Mauricio Kagel, com a colaboração de Melim Teixeira (actor) e Raimundo Ziegler (mimo). No segundo concerto, o Schönberg Ensemble interpretará «Sul, Este, Noroeste e Oeste» do ciclo «As Peças da Rosa dos Ventos», também de Mauricio Kagel.

## EXPOSIÇÕES



## Dia Mundial dos Museus

Celebra-se no próximo domingo 17 o Dia Mundial dos Museus. Entre outras actividades comemorativas, destacamos aqui aquelas que decorrerão numa organização do Museu de Arte Moderna de Sintra. Tudo começa com a actuação de uma Banda no Jardim. Depois, entre as 14 e as 16 horas, decorrerá um Atelier de esculturas e mobiles em cartão cancelado para crianças dos 4º, 5º e 6º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Segue-se, às 17 horas, a inauguração da Exposição «Novas Aquisições da Coleção Berardo» cuja visita guiada será conduzida por Francisco Capelo e que ficará patente ao público de 4ª a Domingo das 10 às 18 horas. Finalmente, às 18 horas, será inaugurada uma outra Exposição-Venda de T-Shirts criadas por Serge Kliaving, pela primeira vez apresentadas no nosso país.



## Uma cimeira original em Lisboa

Incluída na programação da Expo'98 e promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, realiza-se na capital portuguesa a chamada 4ª Cimeira Mundial do Tango. Trata-se de uma organização do Instituto de Formação, Investigação e Criação Teatral que, a partir de hoje e nos próximos dez dias, procurará divulgar as várias facetas que deram fama a esta forma de música popular, com especial incidência urbana na capital argentina. Para além das actividades que decorrerão no Mercado da Ribeira (nas áreas do disco e do vídeo) e da dança, por várias Academias de Dança, haverá exposições e outras realizações um pouco por toda a cidade. No Instituto Franco-Português, por exemplo, entre as várias sessões programadas, destacamos: na 3ª feira 19, a partir das 21 horas, um recital pelo Trio Opus 3 (Israel) que apresentará numa linguagem clássica alguns espécimes do tango; o espectáculo representado, cantado e dançado intitulado «Tiempo de Tango», originário da Colômbia e concebido como uma homenagem a Carlos Gardel e a Astor Piazzolla; e o recital pelo grupo instrumental português 4 Portango (Aveiro); na 4ª feira 20, também a partir das 21 horas, o espectáculo compreenderá as actuações da Orquestra la Milonga (Tampere), o único conjunto instrumental finlandês especializado no tango clássico e popular argentino e da música milonga das pampas gaúchas; o Duo Atlântico (Lisboa), com José Luís Fernandes (flauta) e Carlos Gutkin (guitarra); e, ainda, o espectáculo «El Tango», pela actriz e cantora Mabel Gonzalez (Montevideo) acompanhada pelo trio Tango Tupambaé (Holanda), com Lodewijk Hulsman, René de Veer e Ramco Mannetje. Uma tão fascinante quanto surpreendente miscelânea cultural, a não perder!



# ATALHE DE FOICE

## Desassombro

Por uma qualquer obscura necessidade de se balizar em imperiais valores, Vasco Pulido Valente definiu-o como um «patrício romano nascido numa família senatorial».

Gore Vidal, o ensaísta norte-americano conhecido por não ter papas na língua, foi suficientemente educado para não contraditar o anfitrião: limitou-se a usar da palavra para se confirmar uma vez mais como «uma das poucas pessoas que falam contra o império». Foi na Gulbenkian, no passado dia 6, durante um seminário subordinado ao tema «Europa e Cultura».

Realizado em plena euforia da criação do euro, o seminário teve em Vidal a pedrada no charco que tanto incomoda as acomodadas consciências. Aos 72 anos, o norte-americano mais odiado pelo New York Times - diz que o jornal o odeia tanto que deverá ter feito alguma coisa certa durante estes anos - veio a Lisboa lembrar que «uma moeda comum significará a cobrança de impostos comum, o que levará à constituição de uma polícia comum e, finalmente, no longo prazo, a uma tirania... e a um enorme desperdício de tempo a curto prazo». Fazendo votos para que o euro «não seja o nosso novo deus», mas tão-só um passageiro «bezerro de ouro», Gore Vidal deixou no ar algumas perguntas tão comezinhas como esta: «Em vez de sonharmos com uma nova ordem mundial, com sede em Bruxelas ou Estrasburgo, por que é que não aceitamos simplesmente o facto de que as pessoas querem viver separadas?»

Vidal parte da experiência que melhor conhece, a dos Estados Unidos, que classifica de «um império mundial que fez tanto mal aos cidadãos norte-americanos como ao resto do mundo, onde criámos tantos problemas». Não fala de cor. Fala de uma realidade onde um por cento da população detém 70 por cento da riqueza, servida por 20 por cento de outros pagos a peso de ouro para que o sistema funcione e garanta, designadamente através do domínio dos meios de comunicação, o controlo de pensamento da população. Fala de um sistema que afirma nada ter de bipartidário, já que o que existe nos EUA são «duas alas direitas» de uma força política ao serviço do capital, «de toda a gente excepto do povo em geral». Fala de um país que não hesita em classificar de «imperial»: «Estamos acima de qualquer lei, e toda a gente deve obedecer às nossas leis (veja-se Cuba...) Isto não é imperial?»

Silenciado nos EUA, onde a imprensa só lhe publica os ensaios sobre linguística e a televisão lhe rejeita um horário nobre por ter um discurso excessivamente «ousado» que põe em causa os fundamentos do sistema, Gore Vidal dá voz à 'outra' América que os bem pensantes da velha Europa preferem ignorar, mas nem por isso deixa de existir. À míngua de argumentos, não falta até quem deite mão de soezes recursos, como sucedeu na Gulbenkian, onde alguém chegou ao ponto de fazer referência às opções sexuais de Vidal numa miserável intervenção que conspurca até o caixote do lixo de onde não devia ter saído.

O que diz Vidal não é para muitos de nós nada de novo, mas é importante que seja dito com o desassombro deste homem que perturba a pax americana com uma constatação terrível: «Dizem-nos que a democracia é uma garantia contra o mau uso do poder. Não sei, nunca vivi numa democracia.»

■ Anabela Fino

# VI Congresso da Fenprof em tempos de mudança

Está a decorrer em Braga, entre 13 e 15 de Maio, o VI Congresso da Fenprof, estrutura sindical que reúne mais de 60 mil professores da Grande Lisboa, Norte, Centro e Sul do país, Açores, Madeira e a trabalhar no estrangeiro.

Um Congresso que se realiza "num tempo de profunda mudança", como se sublinha na proposta do Secretariado Nacional, "em que se vivem preocupantes processos de desfazamento entre as possibilidades abertas pelo formidável progresso científico e tecnológico" e o desajustado "conjunto de respostas dadas a diversos níveis - político, económico, social, cultural, educativo e ecológico".

Em debate estão dois documentos que deverão orientar a acção da Fenprof para os próximos quatro anos. A proposta do Secretariado Nacional - *Uma Educação e uma Escola para o Século XXI* e a de um grupo de sócios - *Devolver o Poder aos Professores*.

O documento *Uma Educação e uma Escola para o Século XXI* desdobra-se em três capítulos em que são abordadas algumas questões fundamentais: *Numa Europa e num mundo em acelerada transformação; Um sistema educativo que urge transformar* e *A Fenprof à entrada do Séc. XXI*.

Na análise e propostas relativas ao sistema educativo, o documento da direcção da Fenprof aborda questões gerais como a qualidade e cumprimento da educação, o alargamento da escolaridade, formação dos professores e "o papel da comunidade e seu envolvimento na melhoria da qualidade do sistema educativo".

"Uma escola inclusiva e promotora do sucesso educativo e social", é outro importante tema aprofundado, e que abarca tópicos que vão desde a autonomia e gestão democrática à política de acção social, rede escolar, apoios educativos, projecto educativo/currículo/avaliação ou condições de trabalho.

A situação dos professores, como "suporte da função educativa", é também amplamente tratada.

Como eixos centrais da acção reivindicativa, o documento apresentado pela Direcção da Fenprof propõe:

- A afirmação da importância social da profissão docente aliada à defesa e valorização de uma escola pública de qualidade para todos;

- A reestruturação e consequente revalorização das carreiras docentes;

- A construção da autono-

mia das escolas e no exercício da profissão docente, assentes num modelo organizacional, democrático e participado, que privilegie a componente pedagógica da administração dos estabelecimentos de ensino;

- A reorganização da rede escolar por forma a quebrar isolamentos sem contribuir para a desertificação de vastas regiões do país;

- O combate pela defesa da estabilidade de emprego para milhares de docentes sem vínculo à administração pública e pela indexação das pensões de aposentação;

- Uma intensa actividade em torno da defesa da humanização dos espaços escolares e da criação de condições de trabalho nas escolas e jardins de infância que criem condições para elevar a qualidade da educação e do ensino, fazendo das escolas locais mais atraentes para as crianças e jovens.

# Mais e melhor saúde pretende o PCP

Realizou-se na terça-feira, no Ministério da Saúde, e com a presença da respectiva ministra, secretário de Estado e director-geral de Saúde, a primeira reunião com o PCP no quadro da proposta do Governo do estabelecimento de negociações para a reforma do sector da saúde. O PCP esteve representado por Edgar Correia, membro da Comissão Política.

No decurso desta reunião em que se procedeu a uma abordagem geral dos problemas existentes na área da saúde foram sublinhados pela parte do PCP e entre outros, os seguintes pontos:

- o entendimento dos comunistas de que as alterações que é necessário e urgente introduzir na área da saúde devem ser portadoras de um inequívoco sinal de mais e de melhor saúde, e de

defesa e de aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Saúde, como garante de um direito social fundamental conquistado pelo povo português com o 25 de Abril;

- a preocupação com prementes problemas que continuam a verificar-se no SNS, designadamente: a questão da acessibilidade aos centros de saúde e unidades hospitalares, em relação à qual o PCP tem sustentado a necessidade do estabelecimento de um plano de emergência que ponha termo a listas de espera e a atrasos no atendimento de utentes; a necessidade de concretização de um conjunto de medidas em relação aos medicamentos - introdução de genéricos, aprova-

ção de um Formulário Nacional para o ambulatório (a exemplo do que já existe a nível hospitalar), desenvolvimento da função farmacéutica nas unidades do SNS - que permitam racionalizar gastos e reduzir as despesas dos utentes; e a necessidade de ser posto cobro à promiscuidade entre o sector público e o sector privado, causa de bem conhecidos fenómenos de ineficácia do SNS e de aumento das despesas públicas;

- a avaliação positiva do propósito de serem proporcionados ganhos em saúde aos cidadãos.

Ficou previsto o prosseguimento da discussão agora encetada, para abordagem detalhada da questão do financiamento da saúde.

# Indonésia Repressão sangrenta

Seis estudantes mortos à queima-roupa e dezenas de feridos é o trágico balanço (provisório) dos violentos confrontos registados anteontem na Indonésia, onde a contestação ao regime de Suharto parece já incontrolável. A polícia abriu fogo contra cerca de 5000 estudantes que pretendiam desfilar da universidade até ao Parlamento, depois de bloquear o «campus» universi-

tário com veículos blindados. Segundo testemunhas, os jovens foram atingidos com tiros na cabeça e nas costas, na que é já considerada a mais sangrenta repressão registada na capital indonésia.

À hora do fecho desta edição, a população de Jacarta manifestava-se na rua, solidária com os estudantes, exigindo reformas económicas e o afastamento de Suharto.



**Este ano a compra antecipada da EP dá direito a desconto!**

O custo da EP é de 2500\$00. Se comprares antecipadamente terás um desconto de 20%

# Trabalhador morre em acidente de trabalho

Mais um trabalhador morreu, vítima de um acidente de trabalho, ficando outros dois feridos. Desta vez, foi na construção de um viaduto em Grândola, numa obra de engenharia da Brisa de que o empreiteiro é a Somague.

Em nota distribuída à imprensa, a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção questiona: "Será que o dono da obra ou o empreiteiro ministraram formação aos trabalhadores, na área de higiene e segurança, conforme estipula o D.L. 441 de 1991? Será que os trabalhadores no local estão com vínculo efectivo? Será que foram acauteladas todas as normas de segurança?"

Numa primeira avaliação da situação, a Federação considera que as normas de Segurança não foram acauteladas. Concretamente, os trabalhadores não tinham

formação nem informação sobre as normas de Segurança nem formação profissional adequada. Por outro lado, não existe Comissão de Higiene e Segurança, a regulamentação do D.L. 441/91, no que diz respeito aos representantes dos trabalhadores e dos empregadores, não existe. E, mais ainda, a própria "aceleração do processo de trabalho, pelos curtos prazos para a conclusão das obras, obriga a situações desta natureza".

A concluir, sublinha-se no comunicado de imprensa, que "os acidentes só diminuirão quando o dono da obra, empreiteiros e subempreiteiros responderem criminalmente pelos acidentes".



5 603199 000445